
**A SUA HISTÓRIA
É MUITO IMPORTANTE
PARA A HISTÓRIA
DA NESTLÉ.**



A maior alegria da Nestlé é participar de cada momento de sua vida. Fortalecendo laços de amizade que se renovam a cada novo dia e a cada nova história.

Nestlé®
Sua vida, nossa história.



A DEFESA NACIONAL

323

SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

APOIO À BRIGADA DE AVIAÇÃO DE COMBATE:	
O CALCANHAR DE AQUILES DO EXÉRCITO	42
Stuart W. Gerald	
A COOPERAÇÃO DE DEFESA E SEGURANÇA DOS	
PAÍSES NÃO-ALINHADOS	52
Anton Alex Bebler	
UM IDEÁRIO POLÍTICO PARA O ATLÂNTICO SUL	124
Francisco Heitor Leão da Rocha	

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

CORONEL RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA –	
O SOLDADO, O ENGENHEIRO E SUAS OBRAS	7
Luiz Gonzaga de Mello	
AMÉRICA DO SUL – CONE SUL	84
Euclimar Lima da Silva	
A INTEGRAÇÃO BRASIL-ARGENTINA: RISCOS,	
POSSIBILIDADES E CUSTOS	99
Leopoldo Mármora	
O CAMINHO PARA O ACORDO DE MUNIQUE –	
ALGUNS DADOS SOBRE A CRISE OCORRIDAS NA	
EUROPA, MEIO SÉCULO ATRÁS	137
Josef Soucek	
E QUESTÃO AGRÁRIA – AINDA INRESOLVIDA	146
Pedro Montenegro Barbosa	
ESTRANGEIRISMO QUE INCOMODAM	152
Roldão P. Simas Filho	
PALAVRAS AOS JOVENS TENENTES	158
Everaldo de Oliveira Reis	

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

O PREPARO DA MARINHA DOS PRÓXIMOS 10 A	
30 ANOS – DÚVIDAS, SUGESTÕES E COMENTÁRIOS	71
Mário César Flores	

EDITORIAL	5
DESTAQUES DA IMPRENSA	162
INFORMAÇÕES	170

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Primeiros Tinentes: BERTOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA RIBEIRO

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redatores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéu Cavalcante, Euclydes Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

Nestlé Indl. e Coml. Ltda	2ª capa
Cia. Vale do Rio Doce	3ª capa
ALCAN Alumínio do Brasil S.A.	4ª capa
Banco Bamerindus do Brasil S.A.	4
Fundação Habitacional do Exército	6
MSA do Brasil	83
CHESF — Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	123
Novatração Artefatos de Borracha S.A.	167/168/169
Produtos Alimentícios Fleischmann e Royal Ltda.	175



NOSSA CAPA

1989, o que será para o Brasil e para o Mundo.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente:	Gen Bda Arnaldo Serafim
Diretor-Secretário:	Cel Sady Nunes
Diretor-Administrativo:	Cel Geraldo Martinez Y Alonso
Diretor-Tesoureiro:	1º Ten Camilo Bezerra Roberto
Conselheiros:	Cel Celso José Pires Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal:	Cel José Antonio Gama de Menezes Cel Salim Nigri T C Márcio Paiva Barroso
Suplentes:	T C Hiroito Soares Gonçalves Onça T C Jorge Tavares da Costa T C Antonio José de Rezende Montenegro

Revista *A DEFESA NACIONAL*

Redator-Chefe:	Gen Bda Arnaldo Serafim
Redator-Executivo:	Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis Cel Cláudio Moreira Bento CMG José Correia de Sá e Benevides Professor Jorge Boaventura
Publicidade:	Cel R/1 José Eugênio de Carvalho
Produção Gráfica:	Edison Alves de Azevedo

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura anual (6 números) exterior e número avulso, ligar para serviço de Relações Públicas da Bibliex – tel: (021) 253-7535
As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
CEP 20445 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.
Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.
Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE

Tallent's Produções Gráficas e Publicidade Ltda.
Rua Senador Dantas, 117 grs. 1742/43
CEP 20034 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tels.: (021) 533-0037 e 533-3910



BAMERINDUS

Quem é cliente Bamerindus, conta com o mais jovem entre os grandes bancos brasileiros. Um banco de gente criativa, que está sempre lançando novas e boas: Cobrança Remunerada, Poupança Automática, Caixa Automática. Gente ousada, que revolucionou o mercado financeiro com a Conta Remunerada. E desconcertou muita gente ao garantir os cheques dos seus clientes. Esse é o Bamerindus: gente do nosso tempo. Como você.

Gente do nosso tempo.





EDITORIAL

UM NOVO ANO PARA O BRASIL E PARA O MUNDO

Em relação à segurança mundial, 1988 terminou pontilhado de esperanças. A recuperação da economia dos países desenvolvidos do mundo ocidental, a autocritica do mundo socialista e o esfriamento ou contenção de guerras localizadas revelam sintomas que prenunciam um 1989 regido por maior lucidez.

No âmbito nacional, todavia, 1988 chegou ao fim marcado por preocupações e incertezas, que se projetam no ano que se inicia. A prática democrática, tão desejada pela Nação, revelou-se eivada de todos os vícios do passado, comprometendo a racionalidade da transição política em andamento. A vontade nacional continuou sendo manipulada e impedida de se mostrar legítima, numa conjuntura carente de grandeza.

1989 nasce, assim, como um painel de interrogações.

Que reflexos trarão, à vida nacional, a vigência dos pontos controversos que a nova Constituição instituiu, em clima de serenidade comprometida? Que destino estará reservado à saúde econômica do País, resistente às terapêuticas do ano que findou, segundo diagnósticos da mais variada fundamentação da moratória ao pacto social? Como se comportarão as tensões sociais? Poderão elas ser superadas sem confrontos suicidas? Que motivações conduzirão a sociedade às urnas? Que papel conferirão, ao Brasil, as eleições de novembro vindouro?

A chegada de um ano novo estimula otimismo.

Nele reside a esperança de que a vontade nacional venha a definir-se lúcida, harmonizando divergências e controlando paixões, no sentido de posicionar o Brasil para a virada do século em condições de ocupar o lugar que lhe cabe no cenário mundial, integrado ao progresso e ao bem-estar nos padrões exigidos pelos anos 2000, e não os do alvorecer dos 1900.

Praza Deus não seja uma esperança vã.

O que você espera de um plano de poupança e casa própria, que ainda lhe oferece um seguro de vida e acidentes?

Se a resposta é que:

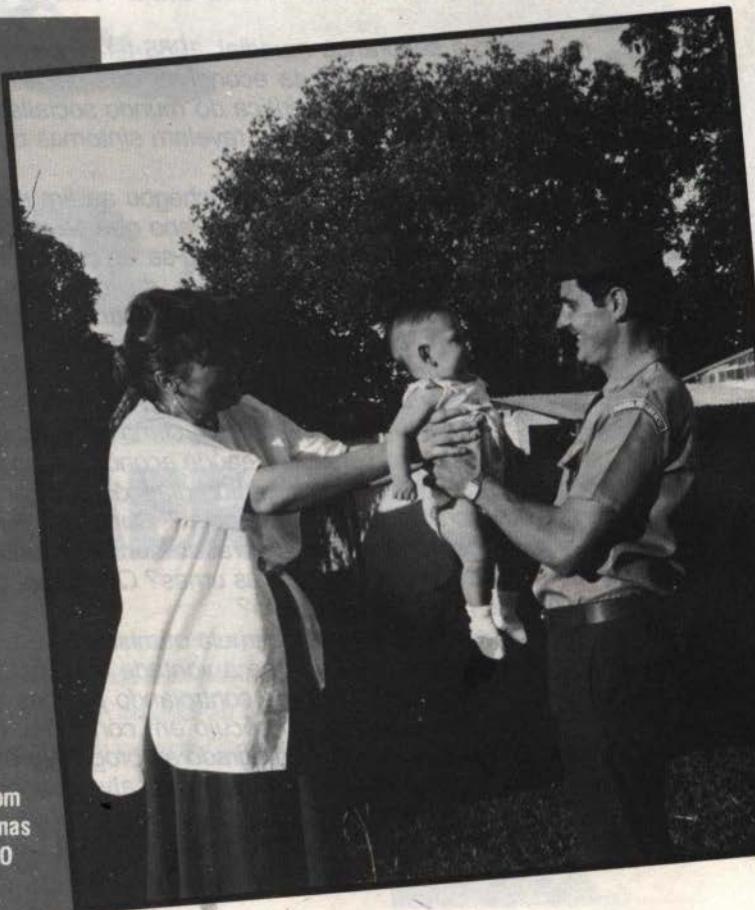
- seja extremamente confiável
- proporcione estabilidade financeira
- esteja sempre atualizado
- facilite o acesso à casa própria
- dê segurança e tranquilidade à sua família

Então você já o encontrou.

Trata-se do FUNDO DE APOIO À MORADIA - FAM

- o único que lhe proporciona tudo o que você procura.

Não pense duas vezes. Fale com os REPRESENTANTES da FHE nas ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO mais próximas.



FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO



CORONEL RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA — O SOLDADO, O ENGENHEIRO E SUAS OBRAS

Luiz Gonzaga de Mello

Matéria extraída de palestra proferida pelo autor, no dia 2 de agosto de 1988, no auditório do Instituto Militar de Engenharia (IME), ao ensejo da primeira comemoração festiva do Dia do Quadro de Engenheiros Militares (QEM), e em exaltação ao seu patrono — Coronel do Real Corpo de Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra.

Contém o extrato biográfico de uma personalidade marcada por valores que se procura, hoje, depreciar. Revive episódios da nossa história que a dialética revisionista dos nossos dias se empenha em menosprezar ou, mesmo, denegrir.

Isso justifica sua publicação, em número de páginas que excede o limite usualmente obedecido por "A Defesa Nacional", além da homenagem que presta aos integrantes do QEM.

Ricardo Franco nasceu em Lisboa. De seu natalício sabe-se, apenas, que ocorreu em 1748. Provinha de família talvez humilde. Ao que

parece, o pai, José de Almeida Serra, serviu, por toda a vida, como criado palaciano de dois dos reis de Portugal, Dom João V e Dom José I.

Há carência de informações a respeito de sua meninice e de boa parte de sua juventude.

Quanto à sua vocação para a carreira das armas, é muito provável que ela possa ter começado a despontar nos dias seguintes ao do terrível terremoto que quase destruiu Lisboa totalmente, em 1755. Na mesma oportunidade, também é possível ter sucedido o surgimento de sua inclinação para o campo das atividades técnicas.

Justificam-se tais julgamentos porque, nesses dias de pavor, luto, saque, incêndios e desordem, o menino, de seus oito anos, deve ter tido inúmeras ocasiões de ver e de observar, curioso e atento, a atuação das numerosas tropas chegadas à Capital para imporem ordem e segurança à vida citadina. E, logo em seguida, pôde apreciar, de perto também, aqueles outros militares, os engenheiros, quanto reduzidos numericamente, mas em sua plena atividade reconstrutora, no afã de planejar e erguer uma nova e moderna capital lusitana.

Nunca se tinham visto tantas fardas e tantos militares em ação dentro daquela que tinha sido uma boa e tranqüila metrópole.

O menino Ricardo Franco impressionou-se. Tudo, aliás, naquelas contingências se prestava para sugestionar. Dentro de uma variedade enorme de fortes

insinuações, uma circunstância feliz, por insignificante que possa ter sido, acabaria por fazer despestar na criança a sua vocação de soldado e, ao mesmo tempo, a sua inclinação de engenheiro.

Passou-se mais algum tempo. Ricardo Franco, agora com seus treze anos de idade, tomou conhecimento da guerra desencadeada entre a Espanha e Portugal, da invasão do solo pátrio, das providências governamentais, das ações bélicas, e do pouco recomendável desempenho por parte de muitos dos militares portugueses.

Soube Ricardo Franco que o aliado inglês não fugiria aos compromissos e já concordara em ajudar. Porém enviou, tão somente, um pequeno estandomaior, com um chefe septuagenário e alquebrado, antigo representante diplomático. Novos entendimentos e, de uma frota de transporte, desembarcaram cerca de 8.000 soldados.

As forças terrestres portuguesas foram reforçadas com o arrebanhamento de jovens desocupados, a perambular pelos logradouros ou a flanar em tabernas. Soldados à força, enquadados por veteranos, passaram a integrar a tropa aliada em marcha para as operações de guerra.

Solicitação anterior ao aliado inglês fizera chegar a Lisboa o Conde de Lippe, acompanhado

do de coadjuvantes seus. Uma verdadeira missão militar, mas não apenas de assessoria. Gozavam todos os seus integrantes de regalias contratuais e, por conseguinte, assumiram comandos, puseram-se a dirigir setores importantes e passaram a ter ação direta e decisiva em assuntos da caserna.

Não obstante, não muito puderam realizar nessa emergência. As forças terrestres portuguesas tinham ficado relegadas por mais de quarenta anos de paz interna e externa. Assim como o povo, elas tinham perdido o espírito belicoso que as animara e impulsionara no passado.

Todavia, o susto e a lição bem que foram valiosos. A paz depressa se restabeleceu. Mesmo assim, as atividades do Conde de Lippe puderam seguir seu curso.

A situação militar modificou-se a partir de então. As reformas implantadas começaram a surgir e a surtir efeito. Novas organizações militares se formaram e fortificações se ergueram em locais adequados. Material bélico foi adquirido. Livros de assuntos castrenses foram traduzidos e publicados. O Conde de Lippe apresentou os seus regulamentos, que ficaram célebres, e eles foram impressos, distribuídos e vendidos. O Exército se modernizou e se tornou mais profissional e operacional.

Mais vivido e maduro, Ricardo testemunhou tal transformação. Novos motivos teve, portanto, para se impressionar. Contudo, continuava a observar e a ponderar. A hora de se decidir definitivamente estava quase chegando. E a sua vocação e inclinação, submetidas a tão salutar exercício de exame de consciência, mais ainda se acentuavam e se firmavam.

* * *

A documentação oficial revela que Ricardo Franco freqüentou a Academia Militar, sediada em Lisboa, na qualidade de Partidista. Acredita-se, por isso, tenha sido aluno ganhador de prêmio escolar, pecuniário, ou de subsídio incentivador, ou subvenção para fazer face a despesas de manutenção, enquanto estudante militar.

Já agora na Academia, constatou que lhe era admitido tornar-se, a uma só vez, tanto militar quanto técnico. Não argüiam de incompatível o exercício conjunto das atribuições e encargos da vocação e da inclinação, pois o próprio monarca, em 1732, facultara, nas Academias Militares, a formação de oficiais combatentes e a habilitação de oficiais engenheiros. O rei se convencera de que devia se valer somente do reduzido e limitado número de seus próprios engenheiros militares.

Como Partidista, Ricardo Franco passaria 2 anos, 2 meses e 6 dias nos bancos acadêmicos. Ao cabo do curso, conquistou seu primeiro posto, o de ajudante.

Deve ter-se submetido, logo em seguida, a um estágio militar, ou técnico, ou quem sabe, técnico e militar, para seu aperfeiçoamento. Esse período de provação e capacitação se estendeu ao longo de 9 meses e 12 dias.

Uma vez aprovado, e só então, a 9 de setembro de 1766, se lhe deu começo à contagem do tempo de serviço.

Cerca de 2 anos mais tarde, a 15 de novembro de 1769, o posto lhe seria confirmado, por carta-patente. A partir daí, a enunciação de seu nome em documentos oficiais se faria acompanhada do posto, da arma de origem e da indicação técnica. Assim seria: Ricardo Franco de Almeida Serra, Ajudante de Infantaria, com exercício de Engenheiro.

* * *

O Tenente-Coronel de Infantaria, com exercício de Engenheiro é Quartel-Mestre-Geral do Exército, Guilherme Elsden, após a data de 25 de outubro de 1777 ao atestado em que elogiou Ricardo Franco pela execução das missões recebidas como Engenheiro, relacionou as mesmas, e declarou que seu

subordinado servira, sob as suas ordens e orientação, pelo decorso de mais de 10 anos sucessivos.

Ricardo Franco esteve se desincumbindo de encargos de engenheiro, pelo visto, a partir da data em que se passou a contar a efetividade de seu tempo de serviço militar, isto é, a 9 de setembro de 1766. Dessa data até a do atestado de Elsden, seriam os "mais de 10 anos" declarados no documento. E estaria conforme a suposição apontada de estágio militar ou técnico, ou, melhor ainda, mais técnico do que militar.

Esses "mais de 10 anos sucessivos" devem ser repartidos em suas fases distintas de atividades, segundo o citado documento registra:

A Primeira – Com cerca de 6 anos de duração, estendeu-se por vasta área e por locais bem diversos. Compreendeu serviços variados, alguns de natureza delicada, envolvendo grande ou maior responsabilidade que os outros, pois abrangeram terras pertencentes ao rei, em que a caça era proibida a particulares, e deviam ser assinalados nelas os pontos nos quais corria a caça grossa. Realizou serviços em terras planas e alagadiças, às margens do Tejo, e em terras de particulares, para saber-lhes as áreas e a produção agrícola. Esteve trabalhando no Ribatejo, levantando mapas

de todas as suas vilas, da parte Norte e Sul, este na foz do rio Lima e em campos circunjacentes, para estudar seus níveis e fazer projeto para a sua abertura e conserto. As minas de carvão de pedra, em Buarcos, mereceram atenção, e fez levantamentos e mapas do local e de área abrangendo uma légua de distância. Vários outros locais tiveram seus mapas delineados, como o sítio de Olhos d'Água até a Vila de Setúbal, os campos vizinhos à vila de Figueira e rio Mondego, os campos de Alcobaça, Alfizerão e foz do rio São Martinho.

É de supor-se, com base no citado documento do Tenente-Coronel Elsden, que as derradeiras tarefas executadas por Ricardo Franco, nessa primeira fase, tenham sido as feituras da planta da cidade de Coimbra e a do terreno em que se comprendiam as freguesias circunvizinhas e confinantes com as dessa cidade.

Seu desempenho de engenheiro, nessa primeira fase, foi variado, envolveu habilidades, conhecimentos e capacidade específica de agrimensor, topógrafo, cartógrafo, hidrógrafo e estatístico. E seus trabalhos se desenvolveram em localidades, no campo e nos escritórios técnicos.

A Segunda – Essa fase, de menor duração, pois de pouco mais de 4 anos, parece, todavia,

ter sido mais importante, pela natureza dos trabalhos levados a cabo, e por ter exigido e revelado sua plena capacidade técnica. Ricardo Franco então empregou-se, efetivamente, em medir, calcular, projetar, dirigir e fiscalizar as obras dos edifícios novos que se ergueram e dos que se ampliaram na Universidade de Coimbra, destinados ao estudo e ao ensino das Ciências Naturais. Para o seu desempenho, Ricardo Franco deslocou-se, repetidas vezes, de modo a aprontar e fazer deslocar de lugares distantes, alguns materiais necessários. Para tanto, foi à mata da Magarasa, na serra da Estrela, a fim de melhorar caminhos e abrir novos, até a foz do rio Alva para, com maior facilidade, se transportarem as madeiras que da referida mata fez conduzir para as obras em preço.

Seu desempenho, nessa segunda fase, envolveu habilidades, conhecimentos e capacidade de arquiteto, engenheiro construtor civil, sapador rodoviário, sapador florestal e de oficial de estado-maior, encarregado da logística. E seus vários encargos se desenvolveram na cidade, no campo, ao pé das obras, nos canteiros de obras, nos cais, em embarcações, em meios de transporte terrestre e nos escritórios técnicos.

Os chefes daquela época eram bastante parcimoniosos em seus louvores. Eis como o Reformador e Reitor da Universidade de Coimbra, o Bispo Dom Francisco de Lemos de Faria Ferreira Coutinho, um brasileiro, se pronunciou a respeito da atuação de Ricardo Franco: "... executando sempre com ciência, zelo e atividade tudo quanto lhe foi determinado". E, mais adiante: "... Serviu no modo referido a dita Universidade com a honra indispensável da sua obrigação ...".

O Tenente-Coronel Elsden, chefe imediato de Ricardo Franco, assim externou, ao fim de 10 anos de trabalhos a ele subordinados: "... ter servido... sempre com satisfação, honra e atividade".

Essa mesma parcimônia ressaltava, mais ainda, o valor semântico que cada vocábulo deveria encerrar.

Ricardo Franco, pelas qualidades pessoais reveladas e pelo correto cumprimento das missões a ele atribuídas, destacou-se em seu grupo de colegas engenheiros. Em consequência, missões de maior realce não tardariam a confirmar e aumentar o alto conceito em que já era tido.

A assinatura, em 1º de outubro de 1777, do Tratado Pre-

liminar de Santo Ildefonso, tendente a solucionar as questões de limites entre as colônias portuguesas e espanholas na América do Sul, veio a calhar para esse propósito.

Em meu entender, os três documentos atestatórios que lhe foram passados, no findar desse ano de 1777, evidenciam que Ricardo Franco fora dispensado daqueles encargos no Reino, para se preparar e aperfeiçoar, como soldado e técnico, para as novas missões de que seria encarregado, estas, agora, no ultramar.

Nesse interregno preparatório, Ricardo Franco julgou-se com direito à promoção. Requereu, mas foi-lhe negado o acesso. O despacho declarava inexistir vaga no reduzido e limitado quadro de engenheiros a que pertencia.

Não obstante, a promoção lhe viria, até mesmo antes do embarque. Era costumeira a prática de fazer os oficiais galgarem um ou mais postos, quando nomeados para servirem nas possessões ultramarinas.

Os principais componentes da 3ª Partida de Demarcação de Limites na América, relacionados com o Tratado de 1777, foram os seguintes:

— militares, na qualidade de geógrafos: Ricardo Franco de Almeida Serra, e Joaquim José Ferreira, ambos capitães de In-

fantaria, com exercício de Engenheiro, e portugueses;

— *civis*, na qualidade de astrônomos: Francisco José de Lacerda e Almeida, e Antônio da Silva Pontes, ambos Doutores em Matemática e Astronomia, e brasileiros formados pela Universidade de Coimbra, em dezembro de 1777.

Zaparam de Lisboa no dia 8 de janeiro de 1780, e aportaram em Belém do Pará, em 26 de fevereiro. Velejaram, portanto, 49 dias.

Nessa cidade, o grupo de técnicos vindos de Portugal deveria aguardar notícias dos demarcadores espanhóis, visando a combinarem as medidas para o início de seus trabalhos conjuntos.

Enquanto esperavam, Ricardo Franco empenhou-se em desenhar o mapa geográfico das Capitanias de São José do Rio Negro, Grão-Pará, Maranhão e Piauí. Seu colega de farda e compatriota, Joaquim José Ferreira, foi-lhe de valiosa ajuda no traçar desse mapa, que abrangeia áreas mais tarde conhecidas como Províncias e Estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí.

E nada de notícias dos demarcadores espanhóis...

Por isso, João Pereira Caldas, Capitão-General, Governador daquelas Capitanias e Comissário-Chefe da 4ª Partida de

Demarcação, a do Setor Norte, referente ao Tratado de 1777, decidiu levar consigo os componentes do grupo chegado de Portugal. Partiram, a 2 de agosto de 1780, e desembarcaram em Barcelos, capital de São José do Rio Negro, à margem direita desse rio, a 17 de outubro. Foram dois meses e meio de penosa viagem, em pequenas embarcações, a vela e a remos alongada por sucessivas paradas e escalas.

Até fins de dezembro, nada ainda dos espanhóis e, igualmente, das embarcações que, mandadas de Mato Grosso, deveriam transportar a comissão portuguesa para essa Capitania, local definitivo de seus trabalhos de demarcação.

João Pereira Caldas era, de há muito, experimentado administrador português no Brasil. Zeloso e empreendedor, carecia, porém, de pessoal habilitado. Por conseguinte, não hesitou em tirar partido da presença e inatividade forçada de tão numeroso grupo de profissionais competentes. Encarregou-o do reconhecimento e exploração dos rios Negro e Branco, e de terras confinantes com as que viriam a constituir a Venezuela e as Guianas.

Vão ter início, agora, as três importantes expedições sertanejas de que Ricardo Franco participaria.

Ao se formarem os dois gru-

pos, coube a ele, como chefe e geógrafo, e ao Dr. Silva Pontes, como astrônomo, o reconhecimento e a exploração relativos ao rio Branco.

Deixaram Barcelos em 1º de janeiro de 1781. Desceram e subiram rios. Pousaram em localidades, foz de cursos d'água e ilha. Ricardo Franco apanhou forte e molesto resfriado. Passaram, com dificuldade e perigos, pelos trechos de cachoeiras. Vírou-se a canoa e Ricardo Franco esteve a ponto de morrer afogado. Não sabia nadar, mas foi salvo, por se agarrar a um galho de árvore. Atingiram o velho Forte de São Joaquim. Passaram por povoados. Pernoitaram em cabeceira de rio, após trecho percorrido a pé o dia inteiro. Atingiram povoação indígena. Exploraram lanços de rios. Por terra, rumo leste, encontraram, afinal, a nascente do rio Branco. Queriam prosseguir os exploradores. Ricardo Franco, porém, teve que renunciar ao projeto. O inverno estava se fazendo muito rigoroso. Ademais, o Capitão-General lhe ordenara estar em Barcelos no correr do mês de maio. A 17 deste, por fim, chegaram de volta, após 137 dias de exploração e reconhecimento. Foram 4 meses e 17 dias.

Os demarcadores da 3ª Partida, com Ricardo Franco à frente, permaneceram em Barcelos, aguardando o transporte fluvial

para Vila Bela, capital de Mato Grosso. Enquanto esperavam, dedicaram-se à redação dos diários e memórias da expedição, ao registro das ocorrências geográficas, e à confecção dos mapas das regiões que tinham levantado.

Eis que chegaram as canoas de transporte. Os demarcadores se aprestaram para partir. Ia ter começo a segunda expedição importante, na qual deveriam realizar o levantamento dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé.

Ricardo Franco, seus três companheiros e a comitiva partiram de Barcelos, a 1º de setembro de 1781. Desceram o Negro, entraram no Amazonas, e chegaram, no dia 9, à boca do Madeira. É onde têm início as observações astronômicas e o levantamento desse rio.

O seu trecho inferior, francamente navegável, eles o percorreram lentamente. Bem mais abaixo, silvícolas atacaram a expedição. Seus integrantes se viram forçados a repeli-los com os tiros de suas armas. No começo de outubro, deixaram para leste o rio Machado ou Giparanaí. Uma semana mais tarde, passaram o salto de Santo Antônio, o primeiro dos 17, inclusive corredeiras, mais 12 delas no Madeira, e ainda outras 5 no Mamoré. Esses acidentes se sucederam e se espaçaram, numa distância de 390 km, penosamente percorridos em 73 dias.

Tiveram ainda que transpor as corredeiras do Macaco, e chegaram ao grande salto do Teotônio, de 40 palmos de altura. Perderam uma semana, atarefados em desviar as canoas pelo varadouro. A 21 de novembro, ainda na região encachoeirada, constatações embarracosas: 30 doentes e falta de suprimentos.

Prosseguiram viagem. Deixaram o Beni para oeste, e penetraram no Mamoré, e passaram por Guajará-Mirim, livraram-se da última das cachoeiras e, depois, entraram pelo Guaporé, já nos princípios de 1782. Atingiram o antigo Forte da Conceição, onde se demoraram seis dias, para se refazerem. A 17 de janeiro, pernoitaram no Real Forte do Príncipe da Beira, em fase de conclusão. Continuaram a jornada e chegaram a Vila Bela, a 28 de fevereiro. À espera deles, estava Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáreres, Capitão-General, Governador da Capitania de Mato Grosso e Comissário-Chefe da 3ª Partida de Demarcação do Tratado de 1777.

Em tal estado de miserabilidade física e sanitária se encontravam os expedicionários que o seu tratamento e a convalescença se prolongaram por mais de quatro meses.

Tão logo pôde, Ricardo Franco deu início a uma série de reconhecimentos parciais e de levantamentos topográficos

dos afluentes superiores do Guaporé e do Paraguai. Reconheceu e levantou as vertentes e afluentes dos grandes rios e as suas cabeceiras, desbravou linhas de separação de suas águas, as serras próximas, as zonas de campos, e chegou a explorar um varadouro. Objetivavam tais trabalhos o conhecimento de pormenores da circunvizinhança de Vila Bela, e de mais além, e a obtenção de dados para completar os mapas daqueles rios de suma importância.

Ricardo Franco era, na verdade, um homem de terra firme. Certo dia, tentou transpor um ribeirão crescido pelas chuvas. Sua montada focinhou. O cavaleiro caiu na água. Arrastado pela correnteza e não sabendo nadar, livrou-se, contudo, do afogamento, porque prestimoso auxiliar rápido o socorreu. Salvo das águas pela segunda vez!

Muitas vezes, chuvas torrenciais faziam transbordar os cursos d'água e inundar os terrenos. Ricardo Franco e seus auxiliares recolhiam-se a Vila Bela. Dedicavam-se, então, às tarefas próprias de escritório técnico. E, também, desincumbia-se ele de outras missões, e não foram poucas nem de pequena monta, que lhe atribuiu Luís de Albuquerque.

Até que, em princípios de 1786, pôde engajar-se na terceira da série das grandes explo-

rações que realizou. Foram seus colaboradores, como astrônomos, os brasileiros, Dr. Lacerda e Almeida e Dr. Silva Pontes.

Essa terceira expedição saiu de Vila Bela a 30 de abril de 1786. Dez dias depois, os expedicionários se detiveram, debaixo de chuvas. Ricardo Franco adoeceu, com ataque de febre intermitente. Mas, 5 dias após, desceram todos o rio, até a foz onde, no dia 19 de maio, começaram os trabalhos de levantamento do rio Paraguai. E, então, navegam, desembarcam, sobem elevações, para giros do horizonte e melhores observações, navegam por rios, lagoas e canais, chegam a diversas povoações, e passam pelas bocas de muitos rios. A 9 de julho de 1786, atingem o Presídio de Coimbra, onde repousam uns dias. O frio, as chuvas e as inundações fora de estação dificultam os trabalhos e maltratam os expedicionários. Os campos, inundados, criam problemas, e suas tentativas de retomar o rumo obrigam os expedicionários a buscar novos práticos em Corumbá. Retomam os trabalhos, voltam a subir rios, pisam terra firme e marcham por várias localidades e fecham o circuito chegando a Vila Bela, a 2 de novembro de 1786. Gastaram 187 dias na expedição. Agüentaram 6 meses e 1 semana de árduos trabalhos e enormes sacrifícios.

Num desses numerosos trabalhos de campo, exatamente naquele em que explorou e levantou o rio Barbados, Ricardo Franco desincumbia-se da medição da Fazenda de Casalvasco, de 840.000 ha, uma enorme área banhada pelo Alegre e seu afluente, o Barbados, em cujos belos campos Luís de Albuquerque escolhera o local para erger uma estação de veraneio para os Governadores e estabelecer uma fazenda de criação. A povoação de Casalvasco fora inaugurada em 1783.

No correr do ano de 1784, Ricardo Franco esteve incumbido de novo trabalho em região pastoril, quando procedeu ao arrolamento da Fazenda da Caiçara, de 740.000 ha, nela encontrando 3.000 cabeças de gado. Essas terras haviam sido adjudicadas à Coroa, poucos anos antes, em virtude de sentença judicial motivada por dívidas de seu proprietário.

* * *

Os trabalhos de exploração e de reconhecimento levados a cabo por Ricardo Franco realizaram-se descendo e subindo rios, perlongando suas margens, vencendo cachoeiras, descarregando e carregando canoas, palmeirando varadouros, atravessando campos e sertões, secos ou alagados, mataria densa, enfrentando silvícolas, exaustos,

subindo e descendo alturas, suportando as inclemências, ingredindo víveres estragados, quando os tinham, e sofrendo as consequências. Após meses de árduos e ingentes sacrifícios e privações, vinham, então, as tarefas a serem executadas entre as quatro paredes de um escritório técnico, faziam-se os cálculos, delineavam-se os mapas, redigiam-se os diários e os relatórios das expedições.

São numerosos os trabalhos cartográficos elaborados por Ricardo Franco, hábil desenhista. Alguns, nos primeiros tempos, com a colaboração de Joaquim José Ferreira, militar de mesmo posto e, igualmente, desenhista de valor.

Entre as principais cartas e mapas de autoria de Ricardo Franco, com ou sem colaboração, podem-se enumerar nada menos de 15. E não lidou apenas com a cartografia, pois é conhecida uma táboa de coordenadas astronômicas do Brasil, todas por ele próprio coligidas.

Um ou outro de seus desenhos foram refeitos, transcorrido certo tempo, depois de conhecidos pormenores mais exatos e colhidas melhores informações.

Alguns dos trabalhos técnicos não foram assinados. Todavia, minudências neles contidas apontam Ricardo Franco como seu autor.

Os anos de sua elaboração nem sempre constam dos do-

cumentos. Porém, abrangem uma época dilatada, de mais de 20 anos, pois alguns deles levaram mais tempo a se concluir, devido a freqüentes interrupções.

Originais e cópias, remetidos para Portugal e que lá se encontravam, foram trazidos para o Brasil, no Segundo Reinado, pelo nosso cônsul Duarte da Ponte Ribeiro.

As mapotecas da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, Biblioteca Nacional, Itamarati, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e outras instituições de renome, orgulham-se de possuir, não apenas originais, mas também, cópias dessa notável coleção de cartas geográficas elaboradas por Ricardo Franco. Não poucas mereceram inclusão em páginas do Catálogo da Exposição de História do Brasil, realizada em 1881, no Rio de Janeiro.

Diversas cópias, muitas delas aquareladas, procederam do antigo Arquivo Militar, notabilizada repartição do Corpo de Engenheiros de nosso Exército.

O Imperador, Dom Pedro II, possuía cópias de algumas delas.

Quanto a plantas topográficas ou levantamentos saídos das hâbeis mãos de Ricardo Franco, foram encontrados apenas 5, hoje no Arquivo Histórico do Itamarati, trazidos, igualmente de Lisboa, para o Brasil, pelo

nosso cônsul Duarte da Ponte Ribeiro.

Há, ainda, a considerar um outro tipo de trabalho elaborado em escritório técnico.

Em seus dez primeiros anos de atividades como engenheiro, em Portugal, muitas plantas e desenhos de obras realizou Ricardo Franco, principalmente quando recaíram sobre seus ombros as obras de construção e ampliação de prédios na Universidade de Coimbra.

Sabe-se que plantas e desenhos, acompanhados de memórias, destinavam-se a justificar as construções e as despesas decorrentes. Assim também acontecia no Brasil, mas, os originais desses documentos eram remetidos para a Corte, em Lisboa, com aquele mesmo propósito. As cópias tiradas para a execução das obras ficaram em Mato Grosso. Não mais puderam ser encontradas, lamentavelmente.

Sabe-se, todavia, que entre os anos de 1782 e 1785, esteve a cargo de Ricardo Franco o projeto de algumas obras na sede da Fazenda de Casalvasco, tais como: o palácio ou casa de residência do governador, a capela, o pequeno quartel para a tropa de guarda, e outros próprios da Real Fazenda, sem contar ainda o casario residen-

cial e comercial.

E teriam sido de sua planificação outras obras, em Vila Bela, e, com muita probabilidade, em Vila Maria, nas Fazendas de Casalvasco e da Caicara, e em outros lugares. É certo, não obstante, que o quartel para alojar a Companhia de Dragões, em Vila Bela, foi projetado por Ricardo Franco.

Deploravelmente, o único projeto que se conhece, elaborado por Ricardo Franco, é o do Forte de Coimbra, de 1797. O original desse projeto foi trazido de Lisboa, igualmente pelo nosso cônsul, Duarte da Ponte Ribeiro, e encontra-se hoje na Mapoteca do Itamarati.

O projeto para a instalação de uma bateria, no outeiro de frente ao Forte de Coimbra, na margem esquerda do rio Paraguai, não chegou a concretizar-se naqueles tempos. Uma cópia dele, de 1811, feita no antigo Arquivo Militar, acha-se, ainda agora, em poder do Exército.

O Presépio de Miranda, que tantas atenções mereceu, é mais uma obra da parte de Ricardo Franco que, em 1806, esboçou o projeto de um forte de alvenaria, para substituir-lhe a velha estacada.

Todos esses trabalhos, esboços, anotações, desenhos, projetos e plantas, executados

Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra

em escritório técnico, eram complementados por trabalhos de redação, repletos de pormenores e informações necessárias à sua feitura e à boa compreensão das áreas exploradas, reconhecidas e levantadas.

A titulação dada originalmente a tais trabalhos de redação variou bastante. Por vezes, tempos mais tarde, ao serem publicados alguns deles, novo título, e até bem diverso, se lhe foi emprestado.

De alguns trabalhos há outras versões e, também, textos corrigidos sobre os mesmos assuntos e, assim como outros, publicados com denominação diversa. Um, pelo menos, veio a lume, compondo ou complementando uma obra elaborada por um colega seu de expedições.

Dentre os títulos inteiros que lhes foram postos por seu autor e aqueles outros com que apareceram divulgados, encontram-se as seguintes palavras de abertura: diário, breve diário, novo diário, diário de reconhecimento, diário de levantamento, diário de diligência, versão, correções, memorial, informações, reflexões, descrição geográfica, idéia, memória, discurso, combinação ou apologia, e parecer. Outros dizeres acompanham cada um desses títulos fragmentados, esclarecendo melhor o leitor a respeito de qual dos trabalhos se trata inteirando, desse mo-

do, a denominação correta da obra.

Ricardo Franco, por certo, teria tido satisfação imensa em ver algum de seus trabalhos publicados. Aqueles que saíram impressos foram, entretanto, obras póstumas.

Se os trabalhos que Ricardo Franco executou ou elaborou podem ser considerados excelentes em seu conjunto, e cada qual excelente por características e méritos próprios, dois deles, em particular, devem merecer destaque e referência. São eles, por inteiro intitulados:

- 1º — Memória ou informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato Grosso, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Tenente-Coronel Engenheiro, em 31 de janeiro de 1800;
- 2º — Parecer sobre o aldeamento dos índios gauicurus e guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes.

No primeiro desses dois trabalhos, a Memória, verifica-se a perfeita aliança entre o geógrafo e o soldado.

Aconteceu que Caetano Pinto de Miranda Montenegro, o novo Governador e Capitão-General, nomeara Ricardo Franco, em fins de 1797, para o comando da Fronteira Sul, a mais

ameaçada da Capitania naqueles últimos tempos.

Entre as instruções recebidas pelo recém-nomeado comandante, ressaltavam: a tensão política existente na Europa entre Portugal e a Espanha e seus reflexos nas possessões sul-americanas; o estudo das regiões da Capitania mais suscetíveis de conflitos armados, dando importância aos aspectos políticos e militares; a previsão de possíveis operações ofensivas por parte do adversário; o plano de defesa e, caso necessário, o de contra-ofensiva e invasão do território inimigo.

Durante três meses e pouco mais, debruçou-se Ricardo Franco sobre o longo, minucioso e completo relato que submeteria ao Governador, Caetano Pinto, com a data de 31 de janeiro de 1800. No preâmbulo, em breves palavras, focalizava o quadro dos elementos essenciais ao estudo de um teatro de operações. Em seu teor, uma insinuação que, atualmente, se incluiria no rol das cogitações de ordem geopolítica, porquanto referentes à posse de territórios inimigos, posse essa capaz de compensar as despesas da guerra, ou para ser de utilidade, tanto para as condições em que se encontrava a Capitania, quanto para a sua futura segurança e ampliação.

Para alguém formular um Plano de Defesa da Capitania,

tornava-se mister conhecer bem a geografia militar das regiões com influência, direta ou indireta, na guerra. Ricardo Franco ocupou-se desse aspecto do problema. E com que conhecimento ele o pôde fazer! Valeu-se das noções adquiridas ao longo de 19 anos de residência em Vila Bela, quando, por tantas vezes, se vira empenhado no reconhecimento e configuração de numerosos rios e terrenos confinantes com as possessões espanholas e, ainda, na elaboração de mapas geográficos, de diários e relatórios, achando-se, sempre, na chefia dessas expedições sertanejas. E aproveitou-se, também, das noções aprendidas na Academia Militar, e de tudo aquilo que absorvera na leitura refletida de obras versando sobre assuntos castrenses.

E Ricardo Franco descreve o que já viu e o que sabe a respeito. Faz considerações. Tece comentários. Reporta-se a fatos históricos bem ilustrativos. Assinala pontos do terreno e accentua-lhes a importância estratégica. Presta informações sobre as defesas e tropas inimigas.

Revelam-se e avultam, nessa Memória, as qualidades e a competência de seu autor, verdadeiro oficial de estado-maior, talhado para funções no alto comando.

O segundo trabalho, o Parecer, deveu-se à recomendação

feita pela Corte portuguesa a Caetano Pinto, para que promovesse o aldeamento dos Índios que mais de perto convivessem com as guarnições de Miranda e Coimbra. É que, por volta de 1800, tão grande era a carência de trabalhadores e colonos para a formação e desenvolvimento de novas povoações, que as autoridades buscaram meios de tornar esses Índios úteis à agricultura e à mineração. E precisavam informar-se, pormenorizadamente.

O Governador confiou o estudo do delicado problema a dois de seus mais abalizados condescendentes, ambos de toda confiança, os quais, de perto, e por muito tempo, viviam a lidar com os silvícios: Ricardo Franco, em Coimbra e, Rodrigues do Prado, em Miranda. Acrescentou-se que Rodrigues do Prado convivera mais diretamente com os Índios por anos e anos a fio. Como já escrevera, em 1795, uma monografia, a "História dos Índios Cavaleiros ou da Nação Guaicuru", foi rápido e concludente. Em menos de 5 meses pôde elaborar a sua resposta. Encarou de modo favorável a solução do problema. Propôs que o aldeamento se fizesse na região de Miranda, onde os Índios teriam facilidade para mudar de pastagem os seus animais. Os silvícios se poderiam animar, além disso, pelo exemplo dos portugueses, ali esta-

belecidos, e dedicar-se, de igual modo, à agricultura, pois que as terras eram férteis. Sugeriu que se enviassem famílias de colonos agrícolas para se fixarem nas glebas. Seus hábitos de trabalho e economia seriam exemplos vivos para os Índios. E fez suas recomendações quanto à maneira mais apropriada de tratar os nossos ameríndios.

Cerca de três anos levou Ricardo Franco para encaminhar a sua resposta. Além de muitíssimo ocupado, desejou, criterioso como sempre, observar os Índios em questão ainda mais detidamente, conquanto já conhecesse bem seus usos, costumes e mentalidade.

Ricardo Franco detestava os guaicurus. Foi levado a esse sentimento pela petulância, soberba, dissimulação e crueldade desses silvícios, que se julgavam de condição superior à das outras tribos. Os guaicurus, ele bem sabia, haviam resistido a repetidas tentativas dos jesuítas para aldeá-los e instruí-los.

Mas, como poderia Ricardo Franco, nas circunstâncias do momento, ser contrário ao aldeamento, sujeição e trabalho agrícola por parte desses Índios, se ele próprio havia se servido dos mesmos, anteriormente? Servira-se, com efeito, mas tão-somente baseado naquilo que estava na índole e feitio deles:

a espionagem e a vigilância com relação aos espanhóis.

As razões expostas por Ricardo Franco assentavam na fragilidade humana. Dois eram os pontos sensíveis. Um, o desenfreio dos guaicurus. O outro, a incapacidade e inidoneidade daqueles que houvessem de lidar com os índios aldeados.

A expulsão dos jesuítas, consumada pelo Marquês de Pombal, acarretara enorme retrocesso à instrução, educação e evangelização nas colônias, questões estas tão bem encaimadas pelos inacianos entre as populações, indígenas ou civilizadas. Os leigos, que os substituíram nesses mistérios, jamais se igualaram aos religiosos, em qualquer terreno. Eram fatos sobejamente conhecidos, antigos de mais de trinta anos.

Ricardo Franco, é bem verdade, reconhecia e externava ser indispensável a manutenção da amizade dos guaicurus. O experimentado Chefe não desprezava a séria advertência, sempre no ar: o domínio da Fronteira Sul estará assegurado para aquele dos confrontantes, espanhol ou português que conquistar a preferência dos guaicurus.

Caetano Pinto discordou, em parte, das razões invocadas por Ricardo Franco. Todavia, com o passar do tempo, as dificuldades que o insigne soldado apresentara para a solução do

problema mostraram-se verdadeiras. Jamais puderam ser desfeitas nem sequer contornadas. Os guaicurus, soberbos e aguerridos, mantiveram-se apegados a seus usos, costumes e mentalidade. Foram vãos os esforços para trazê-los para a civilização.

* * *

Ricardo Franco demonstrou ser de grande valia para os chefes com que serviu. De modo especial, os governadores e capitães-generais das capitâncias em que esteve servindo efetivamente ou apenas de passagem.

Confiados em sua competência, discernimento, retidão e compostura moral, esses governantes o consultavam nos graves problemas com que se deparavam, fossem eles técnicos, militares, civis, administrativos ou políticos. Entravam ai também fatores de ordem psicológica. Ricardo Franco testemunhava apreço a seus chefes, tratava-os com cortesia, atendia com solicitude as imposições do serviço e executava bem as missões a seu cargo. Assim procedeu, isento de interesses subalternos ou vã lisonja, estivesse junto ou longe da pessoa dos chefes. Seu modo de proceder não se alterou durante os 28 anos passados no Brasil, e suportado a 5 diferentes e su-

cessivos governadores da Capitania de Mato Grosso.

É verdade que a maior cópia de serviços prestados por Ricardo Franco esteve circunscrita, mais de perto, às suas atividades referentes às expedições sertanejas. No entanto, por duas ocasiões, ocupou o lugar que lhe competia na Junta de Governo, uma administração tríplice, que assumia os encargos vacantes, por morte ou impedimento grave dos capitães-generais.

Dois foram os períodos de governo que exerceu conjuntamente, durando, um deles, 8 meses e 11 dias, e o outro, 11 meses e 6 dias. E devem ter-lhe sido grandemente proveitosos, capacitando-o, outrossim, na área civil, em que pouca experiência exercitara efetivamente.

* * *

Ricardo Franco habilitara-se em engenharia pela Academia Militar, na mesma Instituição em que se formara oficial de arma combatente. Galgara, em seguida, os sucessivos postos da hierarquia, e contava longo tempo de serviço militar. Ao atingir o tenente-coronelato, só se empenhara em atividades de caráter puramente civil e essencialmente técnico. E sua espada, símbolo da autoridade e do comando, até aí, não tinha sido desembainhada e brandida. Seu portador não se calejara nas li-

des da militância. Nem exercera comando de tropa. Não enfrentara inimigos armados, e nem sentira o cheiro acre da pólvora queimada do adversário. O assobio de balas e o estouro de bombas e granadas não lhe tinham soado aos ouvidos em época de guerra. Não gozara o júbilo que invade e inunda a alma do vencedor. Não se converteu em herói reconhecido e aclamado. Jamais se rendera. E nunca precisara esconder a pecha e a vergonha de vencido.

Nem por isso deixara de dar provas de notável intuição política e militar, de seus dons de observação e de qualidades de chefe. Tampouco se descurara das boas leituras versando sobre assuntos castrenses, suprindo-se, com a auto-aprendizagem, daquilo que não lograra obter nos bancos acadêmicos, ou do quanto a modernidade ia fazendo surgir.

Estava em dia com as obrigações da carreira abraçada. Assim é que pôde apresentar sua Memória sobre a Capitania, nela incluindo o seu Plano de Defesa, em breve prazo, sinal de que tais assuntos eram-lhe de cogitação permanente.

Assim, pois, estando revestido de duplo caráter, o de soldado e o de engenheiro, jamais se descurou de sua cultura integral, tanto a militar quanto a técnica.

Ricardo Franco encontrava-se no Brasil havia 15 anos ininterruptos. Vivia, então, numa capitania mediterrânea, longínqua, de difícil acesso, privado de todo conforto e assistência. Tinha sido empenhado em várias expedições sertanejas, das quais se desincumbira da chefia, da execução de misteres de geógrafo, da redação dos documentos descritivos e da feitura da cartografia. Fora designado para outras diligências também, mas de menor envergadura, todas elas de capital importância. Agora, estava sofrendo de moléstias contraídas em objeto de serviço. Seus três outros companheiros de Comissão Demarcadora já tinham regressado. Só ele permanecera no Brasil. Então, redigiu e assinou um requerimento solicitando seu retorno para a Metrópole. Alegou, no teor da petição, que as moléstias contraídas aqui, no Brasil, aqui mesmo não se poderiam curar. Solicitava, por conseguinte, autorização para voltar para a Corte, a fim de se tratar, curar e poder ser útil ao real serviço outra vez.

Solicitação atendida, porém, o requerente não logrou embarcar de regresso. Entre a remessa do pedido, o encaminhamento burocrático e a chegada do despacho a Vila Bela, um lutuoso acontecimento: a morte do Governador e Capitão-General de Mato Grosso, João de Albu-

querque de Melo Pereira e Cáceres, irmão do grande Luís Alberto e seu sucessor no governo da Capitania. Uma horrível doença, contraída em Vila Bela, causara a morte prematura dessa alta autoridade.

O novo governador, ainda não bem a par dos assuntos da Capitania, viu-se na contingência de não poder dispensar colaborador de tantos préstimos e altamente conceituado. E Ricardo Franco se submeteu. A retenção prenunciava-se pouco duradoura, todavia, ele permaneceu aqui, sem se afastar de Mato Grosso e do Brasil, prestando relevantes serviços, sem recriminações, com idêntico ardor e dedicação integral.

Vai surgir, nesta fase de sua vida, excelente oportunidade para revelar-se como soldado, como comandante de tropa, como combatente denodado.

* * *

Ricardo Franco privou da confiança e da intimidade dos capitães-generais, governadores da Capitania de Mato Grosso, mercê de suas altas qualidades de técnico, soldado, homem de caráter, experiente, devotado totalmente ao cumprimento do dever. E ele, por seus conhecimentos, bom senso, franquesa, e lealdade, tornara-se valioso assessor junto aos sucessivos

governadores, os quais, a miúdo, o consultavam.

Em decorrência, durante as suas estadas em Vila Bela, teve oportunidade de se confrontar, mais pormenorizadamente, nos negócios da Capitania, de conhecer e de apreciar as questões de limites, as reações dos confrontantes, e dos três graves acontecimentos em que se tinham envolvido espanhóis e portugueses, em tempos não muito recuados, por causa da ocupação e posse daquelas vassidões.

A Capitania encontrava-se perigosamente exposta, no Sul (Rio Paraguai) e no Oeste (Rio Guaporé), a ataques desfechados contra os trechos desguarnecidos de suas fronteiras ou contra a maioria de suas fragílimas obras de defesa.

Quando teve notícias mais evidentes da aguda tensão política reinante na Europa, em que Portugal e a Espanha também se tinham enredado, o Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, embora recém-chegado a Vila Bela e novo no cargo, não vacilou em afastar da Capital o seu eficiente colaborador, e designou-o para as funções de Comandante da Fronteira Sul e do Presídio de Coimbra. Naquela emergência, ali é que se impunha a presença de um chefe de escol como Ricardo Franco, pois a fronteira do Rio Paraguai requeria todas as

atenções nessa época. Tudo indicava que o perigo, se viesse, viria por aquelas bandas.

* * *

Ricardo Franco chegou a Coimbra a 11 de agosto de 1797. Assumiu o comando da Fronteira Sul, a do Rio Paraguai e, cumulativamente, o do Presídio de Coimbra. Já desembarcou doente. Mal convalecido, saiu a serviço no campo. A friagem agravou-lhe o estado de saúde. E só melhorou nos últimos dias do mês.

Retomou às atividades. Assenhoreou-se da situação. Estivera em Coimbra uma única vez, em 9 de julho de 1786, ao realizar a 3^a expedição sertaneja. Ali, no interior da paliçada no Presídio, os expedicionários repousaram alguns dias. A chuva incessante, o frio intenso e as grandes inundações dificultaram os trabalhos de campo. Ricardo Franco não pôde, então, fazer uma idéia precisa das condições do terreno circunvizinho e as do presídio. Ei-lo, agora, 11 anos mais tarde, ali mesmo, em comando acumulado e de vital importância, em hora de graves apreensões.

Viu, inspecionou, detidamente, soube de perto e pessoalmente, das condições em apreço. E não gostou. Era mister tomar, ao menos, duas provisões capitais e urgentes.

Passou a agir. Já a 2 de setembro podia remeter ao Governador o plano geral de um novo forte, os desenhos respectivos e as notas justificativas e explicativas. Um estudo pormenorizado e completo.

Tudo aprovado, Ricardo Franco, a 3 de novembro de 1797, assentou a pedra angular das muralhas do novo forte, uma construção de caráter permanente, de alvenaria de pedra, em substituição à débil estacada existente. Essa estacada fora erguida como obra de emergência, frágil, em lugar baixo, sem comando, e sujeita a ser surpreendida e escalada pela retaguarda. Encontrava-se, ao ser inspecionada pelo novo comandante, em precárias condições. Erguer esse novo forte deveria ser, portanto, a sua primeira providência e a mais premente.

Não obstante, não bastava erguer essa nova obra de defesa. E, então, tomou a segunda providência. O Ajudante Francisco Rodrigues do Prado, a quem substituía no comando em Coimbra, era, igualmente, um militar de escol. Estivera no cargo durante os cinco anos anteriores. Revelara-se conhecedor abalizado dos problemas da região. Desempenhara, com sucesso, seguidas vezes, missões especiais, perigosas, na busca de informações, em pleno território inimigo. Tinha iniciativa, era inteligente, dedicado e reso-

luto. Ricardo Franco atribuiu-lhe a missão: deslocar-se para as margens do Rio Mondego e, na do lado direito, fundar, também a 3 de novembro, o Presídio de Miranda. Comemorava-se, nesse dia, o primeiro aniversário da chegada do novo Governador.

Já, agora, com tais provisões, o Comando da Fronteira Sul via melhorado o seu sistema de defesa, porque Coimbra, Albuquerque e Miranda estavam conjugadas.

A 22 de dezembro de 1797, mesmo sem dispor de todo pessoal obreiro, Ricardo Franco deu início à construção da muralha. O mestre pedreiro, prometido pelo Governador, ainda não chegara. Ricardo Franco, ele mesmo, sim, o próprio tenente-coronel comandante da Fronteira e do Forte, seu projetista e construtor, empunhou a ferramenta, pegou no material, e fez as vezes do mestre ausente. Notável senso de responsabilidade e de oportunidade! Que exemplo para todos ali presentes, operários e militares!

As obras vão progredindo, claudicantes. Falta pessoal especializado. É preciso improvisar. Há carência de material. As chuvas e o frio interrompem os trabalhos. É necessário expedir gente em missões no campo. O terreno desigual dificulta o erguimento da muralha. A obra vai-se arrastando por quase dois anos.

Ricardo Franco não desanimava e continuava a fazer-se de mestre pedreiro. Outras vezes, de carpinteiro. Pedra e barro não lhe faltavam por ali. Mas via às voltas com carência de ferramentas e ferragens, até de subsistência. Necessitando de trabalhadores braçais, engaja no serviço pesado os integrantes da própria guarnição. Seus uniformes se sujavam e estragavam no manuseio do material. Calças e camisas para seus soldados, ele as obtinha com o aproveitamento da sacaria de algodão da embalagem de gêneros vindos de Cuiabá. As condições financeiras da Capitania estavam em declínio. Ricardo Franco, inteirado disso, evitava que a Real Fazenda fizesse despesas e restringia o que ela podia despender.

O serviço era pesado, embrutecedor, fortemente rotineiro. Para animar seus atarefados e extenuados obreiros, Ricardo Franco comprava, e pagava, com seu magro soldo, dois dos produtos mais apreciados por aquela gente humilde, rústica e trabalhadora. E, de quando em vez, distribuía um naco de fumo e um gole de aguardente. Com isso, conseguia mitigar as agruras do labor de seus auxiliares. E, acima de tudo, Ricardo Franco revelou capacidade de transformar aqueles homens rudes em aceitáveis carpinteiros e pedreiros, os quais, anteriormente,

desconheciam esses ofícios.

As obras progrediam, porém lenta e penosamente. A assombrosa dedicação do grande soldado e sua constante atividade é que não conheciam esmorecimento. Nem a doença, as febres que o assaltavam, a maleita, faziam-no vergar. Seu exemplo vivo, permanente, era a mola impulsionadora do erguimento do forte. E sua muralha de pedra vai surgindo, a 130 metros à esquerda da frágil estacada, em posição vantajosa, a cavaleiro do saliente do morro, enfiando, pela vista e pelos fogos, longo trecho de uns 10 km do Rio Paraguai abaixo.

* * *

As obras vinham progredindo, lenta e penosamente. A muralha ainda não apresentava continuidade. A gola ou cortina da tenalha da montanha, à retaguarda, não estava concluída. No recinto, nenhum espaço coberto, nem compartimentos para alojar a guarnição, arrecadar o material diverso, proteger o armamento leve, estocar a munição, empaiolar a pólvora. O forte, pois, constitua-se, apenas, de uma grossa muralha, um quadrilátero de perimetro não totalmente fechado.

Na Europa, complicações e efervescências políticas, vitórias guerreiras de Napoleão, guerra declarada, novas alianças e tra-

tados de paz. Seus reflexos, a se fazerem sentir nas possessões sul-americanas, onde as notícias demoravam a chegar e chegavam mais depressa às mãos de uns dirigentes do que às de outros.

Lazaro de Ribera, nessa época governador do Paraguai, era, de há muito, um velho conhecido de nossas autoridades no Mato Grosso, pois fora governador de Moxos (a Bolívia de hoje), província espanhola confrontante no Guaporé. Não levara vantagens, então, e, agora, se propunha à desforra. A notícia da guerra na Europa lhe chegara por intermédio das autoridades espanholas rio-platenenses. Em Vila Bela, nada ainda se sabia.

Lazaro de Ribera esposava, como plano do governo, desalojar os portugueses de Coimbra e Albuquerque e, com isso, ocupar todo o sul de Mato Grosso. Dispunha, então, de melhores recursos do que anteriormente, em Moxos, e preparou-se para tomar o sul daquela Capitania de armas empunhadas, fazendo correr dali os portugueses.

Ricardo Franco mantinha-se alerta. A paz firmada com os guaicurus, tempos atrás, e os maltratos que lhes inflingiam os espanhóis garantiram aos portugueses a amizade e a colaboração desses silvícolas. Um deles, de nome Mixinica, encontrava-se, por acaso, nas proxi-

midades de Concepción, cerca de 600 km de Coimbra. Pôde presenciar a progressão fluvial da frota castelhana, com suas tropas de desembarque, e compreendeu do que se tratava. Em sua frágil canoa, com poucos tripulantes, navegou, rio Paraguai acima, para dar aviso no Forte de Coimbra, onde chegou a 29 de agosto de 1801.

Advertência de última hora, mas sempre oportuna. Os espanhóis, assim, não gozariam da vantagem da surpresa tática. Disposta ou não a expedição espanhola a atacar Coimbra, Ricardo Franco tomou suas providências. Sem perda de tempo, determinou um reconhecimento rio abaixo.

Mandou índios fiéis, para não minguar sua reduzida guarnição. Quinze dias passados sem informações, determinou outro reconhecimento, este, agora, por militares, em suas canoas. Partiram a 12 de setembro. No dia imediato, de madrugada, a 60 km do forte, viram-se atacados por mais de vinte canoas com espanhóis e piaiguás. Os nossos não se rendem. Com oito tiros matam alguns contrários e calam os outros que lhes exigiam rendição. À toda força de remos, regressam e chegam a Coimbra no dia 14.

As informações davam Coimbra como objetivo da frota. E o forte estava inacabado, sem

condições de habitabilidade, desprovido de instalações para o combate, privado de artilharia grossa, falho de suprimentos e insuficientemente guarnecido.

A 13 de setembro, Ricardo Franco enviou um comunicado às autoridades em Cuiabá, as mais próximas e com mais recursos. Participava o quanto lhe chegara ao conhecimento. Solicitava que encaminhassem pedidos de providências a Vila Bela, que lhe remetessem tudo que solicitara anteriormente, mais do que nunca necessário nas emergências do momento.

Nos dias 14 e 15, retirou da paliçada tudo quanto era de serventia e o transportou para o recinto amuralhado.

No dia 16, foram avistadas as três sumacas, o grande barco e 20 e tantas canoas pequenas. Era a frota castelhana. Uma grande força armada, sem dúvida.

Por volta das 4 horas da tarde, quando as embarcações se mostraram mais a favor, Ricardo Franco mandou disparar um tiro com a peça de calibre 1. Ao mesmo tempo, fez içar a bandeira do forte.

As embarcações espanholas desprezaram o tiro e o içamento, sinais de advertência. Um segundo tiro disparado do forte. A artilharia das três sumacas respondeu ao fogo e o manteve até às 18 horas. Por não se sentirem atingidos pelos

fracos tiros do forte, os espanhóis continuaram a velejar, rio acima. Fundearam junto à margem oposta, duzentas braças distantes do Forte de Coimbra. Ia se fazer noite.

Na manhã do dia imediato, às 8 horas, uma bandeira branca foi içada na capitânia. Dela desatracou uma canoa. Dentro da mesma, um parlamentário, portador de uma mensagem. Não contém ela palavras de boas intenções e nem de cordialidade. Traz escrita a intimação do comandante espanhol. Bombástico, arrogante, autoritário, exige ele a rendição incondicional. Concede o prazo de uma hora para receber resposta afirmativa. Se rejeitada, Coimbra e seus ocupantes seriam bombardeados, abatidos a tiros de canhão e passados a fio de espada.

A resposta de Ricardo Franco é modelar. Em redação concisa e forma elegante, não deixa, todavia, de ser categórica, conforme desejo do Coronel Lázaro de Ribera.

A resposta de Ricardo Franco é mais uma afirmação de seu caráter, de sua personalidade invulgar. Ela revela sua educação e formação. Demonstra o acatamento à hierarquia e prerrogativas de seu desafiador, conquanto insolente. Mostra o respeito com que acolhe o documento espanhol e o seu teor, pois nada comenta, e empresta dignidade ao que ele próprio re-

Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra

digiu. Sem basófia, expõe, às claras, domínio sobre si mesmo, sua força de vontade e determinação, coragem inquebrantável, confiança em si próprio e em seus comandados, aceitação do sacrifício de suas vidas, desprezo pela morte inglória, e sua elevada noção do dever.

O teor de sua resposta merece ser lido na íntegra. A leitura deve ser repetida, amiúde, e seu conteúdo, longamente meditado.

Eis os termos em que sua resposta foi vazada:

"Tenho a honra de responder categoricamente a V. Exa. que a desigualdade de forças sempre foi um estímulo que animou os portugueses, por isso mesmo, a não desamparem os seus postos, e a defendê-los até as suas extremidades, ou de repelir o inimigo, ou a sepultarem-se debaixo das ruínas dos fortes que lhes confiaram. Nesta resolução se acham todos os defensores deste Presídio, que têm o prazer de ver em frente a excelsa pessoa de V. Exa. a quem Deus guarde muitos anos. Coimbra, 17 de setembro de 1801. — Ilmo. e Exmo. Sr. D. Lazaro de Ribera. — Ricardo Franco de Almeida Serra".

midades de Concepción, cerca

Depois da troca de mensagens, para os de cá e os de lá, só restava bombardear, combater, atacar, defender, perder, vencer, morrer ou viver.

A resposta foi dada de imediato. Nada mais havia a ponderar. A decisão competia ao comandante. Ele sempre soubra conduzir os seus soldados, e eles o seguiriam, uma vez mais. Assim, pois, restava, apenas, o cumprimento do dever, lição que ele permanentemente lhes ensinara, com o bom exemplo.

* * *

Bem se pode imaginar a frustração de Don Lazaro. Já se julgava ele com direito aos louros da vitória, e vem aquele bando de mal apetrechados a ousar fazer frente a forças castelhanas em superioridade total.

Esquecera-se o governador espanhol que, embora carente de tudo, devia sobrar ao Forte de Coimbra um comandante de rija têmpera, soldado de escol, conhecedor da arte da guerra, engenheiro consumado, construtor daquela muralha inconclusa que, mesmo assim, anteparava a sua guarnição, e que esta saberia cumprir com o seu dever.

O bombardeio espanhol recomeçou, e mais vivo. Assim prosseguiu, dia e noite, nas jornadas seguintes. As embarcações de Don Lazaro podiam manobrar livremente, ora abaixou

ora acima do forte. As balas de nossa artilharia não logravam atingi-las.

No dia 18, um golpe de mão, para sondar as condições de defesa e o grau de combatividade da guarnição de Coimbra. Pequeno destacamento espanhol, em canoas ligeiras, deveria tentar um desembarque a uns 100 metros a montante do forte. Ao meio-dia, as sumacas levantaram ferro, postaram-se além do meio do rio, e desencadearam nutrido bombardeio contra o forte. Durante 3 horas, buscaram assegurar apoio e cobertura à tropa de desembarque.

Os defensores, todavia, mantinham-se à espreita. As primeiras canoas espanholas, aos tentarem embicar na margem, foram alvejadas por cerrada descarga de mosquete, vinda do alto da muralha. Resultado: 6 a 8 espanhóis atingidos caíram ao rio e, os demais, surpresos, alarmados e medrosos, trataram de abrigar-se nas embarcações maiores. Sem terem disparado um único tiro!

Nesse mesmo dia, 18, nova tentativa de desembarque, cerca de 1 km a jusante do forte, em local bem mais favorável, fora do alcance de seus canhões e mosquetes.

As sumacas desceram o rio. Numa barranca desembarcaram contingentes fardados e armados. Uma patrulha do forte,

safda para reconhecer essa força castelhana, alvejou-a a tiros de mosquete. Os contrários recuaram, em desordem, para as canoas. E elas se mandaram para as sumacas. Uma destas, devido ao pânico que nela se estabeleceu, procurou ganhar distância. Manobra mal feita expôs, aos tiros de terra, os contingentes que reembarcavam. Pânico e confusão generalizada forçaram o recuo das embarcações grandes para o meio do rio, e, depois, à noite, o recolhimento ao seu ancoradouro na margem esquerda.

Malgrado os insucessos do dia, o comandante castelhano insistiu na operação de desembarque. Precederam-na de intenso bombardeio contra o forte, constante, porém vago. Ao cessar fogo, levantaram ferro, foram, rio abaixo, fundear junto à margem direita, em frente à horta, cerca de 800 metros a jusante do forte. E recomeçaram o bombardeio, nos dias 19, 20 e 21. Um contingente saltou em terra, laçou e matou, vacas, porcos e outros animais, e levaram todos para bordo. Na horta, aprovigionaram-se de cebola e couve. Animados, pretendiam prosseguir o avanço por terra. Uma patrulha do forte, emboscada por perto, descarregou suas 10 armas contra os intrusos. Resultado: 1 morto, 2 mortalmente feridos, e outros 3, com menor gravidade. Todos

eles recolhidos para as embarcações grandes.

O continuado bombardeio prosseguiu, ainda a 22, com toda a artilharia de bordo. Uma sumaca, que se destacara para mais perto, foi atingida por fogo ativo de uma peça do forte, de calibre 1. Por elevação, alguns tiros a acertaram. Recebeu ordens de não se afastar. Puderam constatar nossos artilheiros que ela, atingida, começava a fazer água.

Os canhões do forte não mais dispararam sobre ela. Só lhes restavam, 23 balas desse calibre. Pouparam-nas, enquanto se moldavam outras, de chumbo, para disparar em momento mais crítico.

No correr da tarde de 22, e durante a jornada de 23, os atacantes suspenderam as operações, forçados por fortes ventos e tempestade.

De parte a parte, esse interregno foi bem aproveitado para consertos, limpeza, arrumação, carregamento de cartuchos, moldagem de balas, abastecimento de água, lenha, víveres, curativo nos feridos, quem os tivesse, e sepultamento dos mortos.

Nesse dia, 23, chegou uma carga de 140 alqueires de milho, mandada de Miranda. Ricardo Franco ordenou o abate das 12 vacas escapes da matança e rapina dos castelhanos. Esse era todo o suprimento para alimentar os 109 homens da guarnição

e os índios amigos. Acompanhava a carga uma mensagem de Rodrigues do Prado, o Adjunto no comando do Presídio de Miranda, prestando informações sobre pessoal e tropa de gado a caminho, entravada a expedição por percorrer campos alagados.

Com a melhoria do tempo, no dia 24, as sumacas se movimentaram, às 15 horas. Tornaram formação de batalha, bem próxima ao forte, e descarregaram toda sua artilharia sobre ele. Uns 100 tiros de sua peças, de calibre 4, 6 e 8.

O forte permaneceu calado. Seus pequenos canhões não tinham alcance suficiente. As sumacas manobraram, desceram o rio, aproximaram-se da margem direita e fundearam. Mantiveram-se quietas, todavia.

Lá pelas 21 horas, dentro da noite escura, inusitado pronunciamento partiu das embarcações espanholas. Uma retreta a bordo! No silêncio da noite, ouviu-se a música de um oboé, compassada por batidas de zambumba.

O pessoal do forte não cuidou de interpretar os motivos desse pronunciamento. Das fileiras de seus defensores surgiram músicos e instrumentos: 2 tambores, rabeca e flauta, integraram-se musicalmente e se fizeram ouvir.

Não mais silvos de balas, estouro de granadas e bombas.

feridos, agonizantes, mortos e gemidos. Sons mais melodiosos e agradáveis flutuavam no ar, irmanando, na música, os contendores de pouco antes.

Não muito depois, a guarnição do forte, ainda embalada pela música, percebeu ruídos característicos de aprestos para levantar ferro. A frota castelhana começava a descer o rio Paraguai. Ela estacionou, ainda, cerca de 20 km ao sul, de onde prosseguiu em retirada, rumo a Assunção.

O Forte de Coimbra estava salvo! Sua guarnição diminuta aceitara o combate desproporcional, de 8 vezes contra 1. Resistira, heroicamente, durante 9 dias e 9 noites. E triunfara.

Seu comandante, soldado de valor e valentia, de elevada noção do dever, e católico de inabalável confiança em Nossa Senhora do Carmo, Protetora do Forte de Coimbra, saíra vencedor.

* * *

A vitória dos combatentes, português e brasileiros, encerrados entre as muralhas de uma fortificação inacabada, ressoou em todas as guarnições, lugarejos, vilas e cidades da extensa Capitania de Mato Grosso. Neelas todas realizaram-se solenidades comemorativas e de ação de graças.

O Capitão-General e Go-

vernador Caetano Pinto, na correspondência oficial, em 1801 e 1802, prestou informações por menORIZADAS a Lisboa sobre o extraordinário feito de armas. Nesses documentos ele soube realçar a bravura e a serenidade de Ricardo Franco e a oportunidade das providências por ele tomadas com relação à Fronteira Sul e aos núcleos fortificados espanhóis nas proximidades.

O regozijo das autoridades governamentais em Mato Grosso e em Lisboa pode ser avaliado pelas recompensas com que contemplaram vários dos combatentes de Coimbra e de Miranda.

Ricardo Franco, por exemplo, foi promovido ao posto de Coronel, agraciado com o Hábito da Ordem de São Bento de Avia, e mais, pois receberia, também, trezentos mil réis de Tença anual, nas comendas vagas.

O tratado de paz, contudo, não trouxe tranqüilidade para Portugal na Europa. Mas o Brasil passou a desfrutar de não pequenas vantagens, em linha fronteiriça e zona missionária, no Sul, e a consolidação de posições em Mato Grosso.

Houve, de fato, um outro motivo de alarma. Tomavam-se medidas acauteladoras. Verificada a improcedência do so-

bressalto, os dias de calma voltavam a reinar.

Em razão desses altos e baixos é que Ricardo Franco foi mantido no comando da Fronteira Sul. Na verdade, e por todas as razões, seu lugar, agora, deveria ser em Vila Bela, ao lado e junto da mais alta autoridade, para seu assessoramento.

Os anos de 1803 a 1805 transcorreram sossegados. Em 1806, aumento de preocupações, por motivo dos ataques ingleses aos portos de Buenos Aires e Montevidéu.

Ricardo Franco não perdera seu dinamismo e visão de militar. Não se descurava. Impulsionava, o quanto podia, as obras do Forte de Coimbra; submeteu a guarnição do forte e um outro contingente ali chegado a exercícios combinados, de artilharia e infantaria, nas vizinhanças de Coimbra; e procurava melhorar as condições defensivas do Presídio de Miranda e da Povoação de Albuquerque.

Em novembro de 1806, ordem para passar o comando e partir para Vila Bela. Cibia-lhe, como mais antigo, e pela segunda vez, integrar a Junta de Governo da Capitania.

Demorou-se, ainda, no forte. Por conseguinte, só de 12 de dezembro de 1806 até 18 de novembro de 1807, esteve, realmente, nessas funções na Junta. É quando chega e toma posse o novo Capitão-General e

Governador, João Carlos Augusto de Oeynhausen Gravenburg, este chefe mantém Ricardo Franco em Vila Bela, até abril de 1808, porque necessitava de sua presença na Capital, para assessorá-lo durante os primeiros tempos de seu governo.

Novas tensões na Europa, em 1807 e 1808, em consequência da invasão da Península Ibérica por tropas francesas, acarretando a vinda da família real portuguesa para o Brasil, e sediando-se a corte no Rio de Janeiro.

Esperava-se que graves acontecimentos surgissem na América, em decorrência da invasão francesa. Por isso, o novo Governador viu-se na contingência de privar-se de tão valioso assessor para nomeá-lo comandante da Fronteira Sul e do Forte de Coimbra. Estava em jogo a segurança da Capitania. E esta, quase desprovida de homens, mormente de homens capazes, ainda era forçada a sacrificar aqueles poucos que se revelavam mais eficientes e dedicados.

Ricardo Franco chegou ao Forte de Coimbra no dia 10 de maio de 1808. Fez uma viagem horrível. Suportou dias e dias de chuvas intensas. Venceu grandes atoleiros. Varou cursos d'água a nado. Viu-se acometido,

assim como seus acompanhantes, de ataques de maleita. Teve de contentar-se com o reduzido número de canoeiros encontrados. Só o percurso fluvial era da ordem de uns 1.000 km, e gastou mais tempo do que calculara para transpor todas as dificuldades.

Soldado de fibra extraordinária, no dia seguinte ao da chegada, ainda sem se ter recuperado da fadiga e dos transtornos da viagem, assumiu os comandos, do Forte e da Fronteira, e começou a inspecionar, a tomar providências e a dar ordens. Estivera ausente por cerca de um ano e meio. E havia muita coisa a ser feita.

O grande, ardoroso e dinâmico soldado não sabia se poupar. Já completara seus 60 anos de idade. Quase a metade deles, 28 anos ao certo, ele os passara nas Capitanias do Norte e na do Oeste. Realizara todos os trabalhos de que o incumbiram. Não tivera substituto nem folgas. Submetera o corpo a tudo quanto lhe poderia ter sido adverso. Enquanto mais moço e forte, reagira bem. E, agora, expunha-se uma vez mais. Seu organismo, porém, encontrava-se debilitado, desgastado, e não respondia, favoravelmente, aos poucos cuidados que se podiam prestar naquela guarnição longínqua e balda de recursos. E ele nem se deslocara, enquanto parecia haver oportunidade, para

um lugar mais salubre, dotado de mais conforto e assistência.

Fortes ataques de febre intermitente se renovam, e o enfraquecem ainda mais. Sobrevêm dores de cabeça continuadas. Vômitos e diarréia acusam a ingestão de alimentos deteriorados e a ação do beribéri. A desnutrição torna-se evidente. Sua saúde já não agüenta tantas agressões. Sua resistência orgânica se vai abalando.

A correspondência oficial contém passagens referentes a seu estado de saúde. Não pode esconder o que se passa com ele, em virtude dos comandos que desempenha. O clima, as endemias, a falta de recursos e a alimentação imprópria não pouparam a população. O Governador, Oeynhausen, também anda adoentado. Mas não trepidava em enviar seu próprio médico para atender aquele enfermo, tão especial e importante quanto ele mesmo, o Governador.

Ricardo Franco, por sua vez, sabendo que o Capitão-General está enfermo, quer dispensar o doutor, a fim de que este regresse para a cabeceira do ilustre doente, por cuja saúde o subordinado se preocupa grandemente.

Dois homens de valor, duas almas generosas, dois corações puros, cada qual só pensa no outro, por considerá-lo indispensável. Um se aflige por-

que o outro está doente. Este quer devolver-lhe o médico, para que se trate. E se mortificam ambos em cuidados pela saúde um do outro!

Não só o facultativo quanto o subcomandante do forte não concordam com isso, e o doutor permanece em Coimbra. Ricardo Franco, na última correspondência oficial, a 23 de dezembro de 1808, agradece, comovido, a deferência e os cuidados de seu Chefe.

Já, então, o valoroso comandante da Fronteira Sul e do Forte de Coimbra se encontra acamado. Não mais abandonará o leito. A partir do início de 1809, é o Major Antônio José Rodrigues que exerce o comando, efetivamente.

Enganar-se-ia quem supusesse que o comandante efetivo estava totalmente incapacitado para exercer o cargo. Fisicamente, sim, pois o corpo achava-se estirado em um pobre leito, sem forças para se levantar e se locomover. Nem por isso estava o fñlito soldado entregue a vãs lamentações.

Todavia, seu cérebro estava alerta e a mente, clara. Aproveitou bastante bem o tempo em que esteve deitado, quem sabe mesmo, sozinho, entregue às suas cogitações. E pensou em tudo quanto lhe competia em matéria de serviço. Dispôs, então, de maior oportunidade para as coisas do espírito. Prepa-

rou-se bem. Fez um bom e completo exame de consciência. E recebeu os santos sacramentos.

Seu subcomandante fazia-lhe as vezes, funcionalmente. E era homem educado, sensível, prestativo e dedicado. Não arredou pé da cabeceira do grande soldado. Passara a chegar-se mais ao doente, a ouvi-lo com maior freqüência e mais longamente, a fim de fazer-lhe companhia, saber das idéias, pensamentos, conselhos, orientação e ordens, para acatá-los ou dar-lhes cumprimento. E para abeberar-se em seu saber e experiência.

O bondoso Major Rodrigues foi, sem dúvida, o confidente de última hora, aquele que ouviu e reproduziu, por escrito e fielmente, as últimas vontades de seu amigo e comandante.

E Ricardo Franco lembrava-se e insistia para não ser esquecido o recolhimento de artigos pertencentes à Real Fazenda, de que ele se vinha utilizando em serviço.

Eis que lhe ocorre uma nova lembrança. Estava em dívida e queria que fosse saldada. De novo insistia com o Major Rodrigues para não esquecer disso, também. Era uma dívida pequena, mas era uma dívida. Ele a reconhecia e ela tinha que ser paga. Ele comprara pequeno anel de pedras, para presentear

uma pessoa que lhe era muito querida.

E houve ainda outro assunto, a respeito do qual Ricardo Franco foi, talvez, bem mais insistente. Tratava-se daquela pessoa que lhe era tão querida e para a qual adquirira o pequeno anel de pedras.

Ricardo Franco viera solteiro de Portugal, como, aliás, todos aqueles que se transferiram para as possessões ultramarinas a serviço do rei.

Tudo leva a crer que, por ocasião de seu primeiro comando em Coimbra, Ricardo Franco tenha conhecido uma Índia da nação guaná e, agrados um do outro, estabelecer-se, entre ambos, uma relação mais afetiva e duradoura, de que houve descendência.

A Índia, em sua simplicidade e desconhecimento das coisas do mundo civilizado, talvez nada quisesse para si própria. Porém, Ricardo Franco preocupava-se com seus entes queridos. Ele ia faltar-lhes; todavia, não desejava que ficassem desamparados. Eis porque se tornava mais insistente junto a seu amigo e subordinado. Quantas vezes o bondoso e paciente Major Rodrigues não deve ter ouvido as súplicas renovadas do grande soldado com relação à Índia e aos filhos? Foram, é bem provável, de mesmo número as promessas de que, ele mesmo, tomaria as providências

a respeito. E assim fez, porque há o registro delas.

Confortado pela confissão geral, pelos outros santos sacramentos recebidos, e pelas promessas categóricas e reiteradas do Major Rodrigues, seu amigo e subordinado, pôde, finalmente, Ricardo Franco descansar em paz.

Pelas duas e meia da tarde do dia 21 de janeiro de 1809, cercado do carinho da esposa, da solicitude de seus comandados, o grande soldado entregou a alma ao seu Criador. Nesse mesmo dia, por volta das sete horas da noite, Ricardo Franco foi sepultado no interior da capela nova do Forte de Coimbra, com as devidas pompas do ceremonial. Os assistentes quedavam-se emudecidos, imersos em profunda e sincera tristeza.

Ele erguera suas muralhas e paredes, pusera-lhe teto, e o defendera encarniçadamente. No interior do quadrilátero, ainda inacabado, numa capelinha rústica, a última morada de um grande soldado e homem extraordinário. Só agora repousava o batalhador infatigável, e junto ao altar com a imagem de Nossa Senhora do Carmo, por ele adquirida, poucos anos antes. Invocada tão repetidas vezes, e fervorosamente, estendera ela seu manto protetor sobre a valerosa guarnição, para salvá-la de inimigos mais numerosos e melhor apetrechados.

A História guardou o nome pelo qual a Índia era conhecida: Mariana Guaná. E ficaram registrados, igualmente, os nomes dos filhos e as respectivas idades, referidos com relação a janeiro de 1809: Ricarda Manoela, de 25 meses, e Augusto Martiniano, de 3 meses.

O Major Antônio José Rodrigues assumiu o comando do forte. Em seu primeiro officio para Vila Bela, dias mais tarde, narra a morte e o sepultamento de Ricardo Franco. Em outro officio, mas da mesma data, reporta-se às preocupações de Ricardo Franco com a esposa e os filhos, que como tais ele os reconheceria, e para os mesmos, ele, Ricardo Franco, solicitava o amparo do Capitão-General.

Na mesma embarcação que transportaria para Vila Bela o médico assistente do Governador, o Major Rodrigues resolveu mandar, também, mãe e filhos, com uma "povoadeira", para ajudar nos cuidados com as crianças. Livrava, desse modo, a Índia de retornar à selvageria, como evidenciavam seus pais e parentes quererem fazer com ela.

Mãe e filhos foram amparados. Augusto Martiniano faleceu ainda moço. Ricarda Manoela casou-se e deixou numerosa descendência.

Os restos mortais de Ricardo Franco também não ficaram desamparados. O Capitão-General e Governador da Capitania de Mato Grosso, Oeynhausen, entendeu que as cinzas do herói não deveriam permanecer em Coimbra. Ali, ficariam por demais expostas. As questões de fronteira ainda levariam tempo para serem resolvidas. Convinha, pois, transportá-las para Vila Bela, onde seriam alvo de permanentes homenagens de autoridades, população e visitantes.

Um ano e cinco meses depois, a exumação, remoção e sepultamento, na igreja de Santo Antônio dos Militares, um lugar privilegiado, na capela-mor. Um tampo de madeira, com significativo epitáfio gravado, cobriu-lhe o túmulo.

Grandes honras militares deveriam ter-lhe sido prestadas nessas cerimônias fúnebres. E a sua memória continuou a ser honrada.

Todavia, nem muito tempo se havia passado e Vila Bela perderia sua condição de Capital, mudar-lhe-iam até o nome, e ela começaria a ser abandonada. Poucos habitantes se deixaram ficar. Eles e seus descendentes foram testemunhando a lenta ruína em que se ia transformando a antiga sede de governo dos Capitães-Gerais e Governadores de Mato Grosso.

Nada escapou à ação do

tempo, ao abandono e à falta de uso e de conservação, até o tempo de madeira com o significativo epitáfio gravado. Perdeu-se, assim, a memória de onde fora cavado o lugar exato do túmulo do herói.

Mas, um dia, houve quem clamasse para que os restos mortais do grande soldado fossem reencontrados, exumados outra vez, para serem inumados, de novo, no interior do Forte de Coimbra. Outros, ainda, sob a forma de lei, propunham e determinavam a inumação em necrópole da nova Capital, Cuiabá, que agora já era a do Estado.

Somente em 1925, ocorre a primeira tentativa oficial para localizar-lhe o túmulo. Os encarregados da busca falharam por falta de orientação, e as autoridades estaduais não voltaram à carga.

Vinte anos mais tarde, nova tentativa, originada de reivindicação de integrantes do próprio Forte de Coimbra e novo fracasso, uma vez que os membros dessa comissão seguiram os mesmos passos da anterior.

Mas, eis que um devoto da Protetora do Forte de Coimbra e admirador da personalidade invulgar do defensor do velho baluarte se propõe a nova pesquisa para encontrar o que já se considerava perdido.

O General Raul Silveira de Melo, por não se convencer do rigor e acerto das pesquisas an-

teriores, dedicou tempo em rebuscar a documentação que registravam todas as informações sobre o túmulo e a tentativas inúteis para reencontrá-lo.

Ora, sabia-se que o túmulo fora cavado do lado direito da igreja. As duas comissões cavaram desse lado, e nada encontraram.

O General Raul Silveira de Melo, em julho de 1950, foi até Vila Bela, já então conhecida com nova denominação, a de cidade de Mato Grosso. Contratou trabalhadores e fê-los cavar, todavia, do lado esquerdo. Sim, do lado esquerdo de quem entra, porque o lado direito de um prédio é aquele que fica desse lado, para quem dá as costas para a sua entrada. E, oficial oriundo da Arma de Engenharia, e como Engenheiro Militar que era, acertou. E sabia, além disso, que lado de honra, nas igrejas, é o lado direito.

Exumados, os restos mortais de Ricardo Franco foram para Campo Grande, em Mato Grosso, sede do Comando da 9ª Região Militar, e, posteriormente, transportados para o Forte de Coimbra, em meio a grandiosas solenidades oficiais e religiosas.

A bela urna de angelim contendo as relíquias do herói encontram-se no interior do forte, como a declarar, à sua guarda e a quem mais for até lá, e mesmo a quantos longe esti-

verem, que o destemido e valioso Coronel do Real Corpo de Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra assumira, uma vez mais, e, agora, para sempre, o comando da Fronteira Sul e o do Forte de Coimbra.

Durante toda a sua vida, Ricardo Franco, mercê das qualidades com que estava ornada a sua pessoa, recebeu, de chefes, subordinados, amigos, colegas e estrangeiros, todas as provas de reconhecimento e acatamento.

Depois de morto, recebeu honras oficiais, civis, militares e religiosas, no enterro, na exumação, um novo enterro, em outra exumação, no transporte de sua urna funerária para o Forte de Coimbra, onde continua a receber-las.

Os escritos e mapas por ele elaborados sobre as suas expedições científicas, e outros trabalhos, foram inseridos em exposições e publicações de alto gabarito, por causa do valor que encerram.

O pouco que se sabia a seu respeito, passou a ser divulgado em artigos, livros e conferências. Trechos de seus trabalhos literários eram e são citados e comentados.

Seu nome ilustre passou a individualizar uma bela serrania

situada entre o Guaporé e o rio Verde, defronte de Vila Bela.

Diversas associações culturais incluíram seu preclaro nome no rol de patronos de suas cadeiras. E, com isso, renovam-se, amiúde, as referências, análise, crítica e comentários sobre o seu nome, vida, trabalhos, heroicidade e devoção ao dever.

Ora, acontece que o Exército brasileiro, em permanente busca de renovação, criou um quadro, em modernas feições, em que se congregaram os seus Engenheiros Militares, e deu-lhes, no Almanaque do Exército, o número de páginas que acolicherão os seus nomes, na ordenação de antiguidade, relacionarão informações individuais, de modo a perpetuar-lhes, desde logo, a presença, o mérito, a atuação e a atividade em seu setor técnico.

Faltava ao Quadro de Engenheiros Militares (QEM), todavia, a exemplo do que ocorre com as armas, os serviços e outros quadros, a instituição de um Patrono.

Foram, por isso, relacionados os nomes de ilustres Engenheiros Militares de diversas épocas, e estudadas as suas vidas, notadamente sob o aspecto de militares e de técnicos.

Ricardo Franco haveria de receber mais uma consagração. Veio a ser escolhido Patrono do Quadro de Engenheiros Militares.

No Almanaque do Exército, em folha de papel especial, figura o seu retrato, suposício embora, e as informações básicas sobre a sua ilustre pessoa. Encabeça essa folha as muitas páginas contendo os nomes de seus modernos colegas, seguidores e apadrinhados. Acha-se, pois, agora, o Coronel do Real Corpo de Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra à frente e no comando de uma formação superespecializada, que o seguirá, fiel, coesa, denodada, valorosa e competente, como aquela outra guarnição vitoriosa, a do Forte de Coimbra, em setembro de 1801.

* * *

A escolha do nome do Patrono não poderia ter sido mais oportuna. Sua eleição cercou-se de pesquisa aprofundada, e de auscultação ao Quadro. Resultou, por isso mesmo, altamente justa, porque baseada, apenas, no mérito dos possíveis e prováveis candidatos arrolados. Ricardo Franco, de forma exemplar, soube ser:

- 1 - aluno distinto;
- 2 - topógrafo;

- 3 - cartógrafo;
- 4 - hidrógrafo;
- 5 - geógrafo;
- 6 - etnólogo;
- 7 - agrimensor;
- 8 - estatístico;
- 9 - projetista;
- 10 - calculista;
- 11 - arquiteto;
- 12 - sertanista;
- 13 - explorador;
- 14 - fronteiro;
- 15 - geopolítico;
- 16 - mestre pedreiro e carpinteiro;
- 17 - chefe de expedições sertanejas;
- 18 - chefe de escritório técnico;
- 19 - sapador rodoviário e florestal;
- 20 - engenheiro civil e militar;
- 21 - assessor civil, militar, técnico, administrativo e político;
- 22 - oficial de estado-maior, encarregado da logística;
- 23 - membro militar, integrante de Junta de Governo;
- 24 - comandante de fronteira e de fortificação;
- 25 - herói em combate; e, sobretudo e permanentemente;
- 26 - UM HOMEM DO DEVER.



LUIZ GONZAGA DE MELLO – Ingressou na Escola Militar, no Realengo, 1937. Foi Presidente da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, e Chefe do Estado-Maior do Exército (1943-1946). Concursado e efetivado, permaneceu no Magistério do Exército, ininterruptamente, até julho de 1980. Dedicou-se ao estudo, pesquisa e elaboração de trabalhos técnicos sobre a sua Arma; outros, versando sobre a matéria que lecionou; e alguns, a respeito de aspectos de nossa História Militar.



APOIO À BRIGADA DE AVIAÇÃO DE COMBATE: O CALCANHAR DE AQUILES DO EXÉRCITO

Stuart W. Gerald

No momento em que é criada nossa Aviação do Exército, o presente artigo, extraído da "Military Review" (Edição Brasileira, Mai/Jun 88), enfoca interessantes aspectos relacionados à nova Arma da Força Terrestre.

A Aviação do Exército já alcançou, em sua breve existência, progressos extraordinários como arma independente. Convém salientar, todavia, que o apoio logístico à aviação não vem acompanhando o ritmo dessa evolução, pois, segundo o autor do presente artigo, os aspectos logísticos têm sido negligenciados até mesmo pelo Plano de Desenvolvimento da Aviação do Exército. Por isso, devemos preparar planos de ação específicos antes que tenhamos de encontrar respostas da maneira mais difícil.

Durante o breve período de sua existência como arma independente, a Aviação do Exército já conquistou progressos fenomenais na consolidação das diversas funções de treinamento, doutrina, desenvolvimento do combate e organização da força em uma estrutura coesa e abrangente. O processo "Análise da Área da Missão" demonstra, claramente, a magnitude e a complexidade dos esforços desenvolvidos pelas muitas pessoas dedicadas à concretização deste propósito.

O objetivo deste artigo não é denegrir a qualidade desses esforços, mas isso sim, salientar que a tarefa está incompleta e que os planejadores da aviação estão atrasados no que concerne à visualização e enfoque dos problemas funcionais em toda a sua extensão, esquecendo-se de considerar os aspectos relativos à área funcional do apoio.

Esse vazio se evidencia quando analisamos o Plano de Desenvolvimento da Aviação do Exército (AADP) documento básico que proporciona uma estrutura de planejamento dos subsistemas da área da missão que permite a identificação dos problemas existentes em uma estrutura funcional e estabelece propostas para a sua solução. A Seção IV do AADP identifica os seguintes subsistemas de aviação:

- Conceitos, Doutrina e Táticas de Aviação.
- Organização e Estrutura das Forças de Aviação.
- Treinamento.
- Necessidades dos Sistemas de Material da Aviação.
- Administração do Pessoal Encarregado do Controle da Vida Útil das Peças de Reposição da Aviação.

Essa divisão do "bolo" da aviação é reveladora, pois não identifica um dos principais sub-elementos da administração intensiva, de suma importância para os cinco demais, tanto individualmente como em conjunto, isto é, o apoio. E é essa omissão que afirmo estar colocando em risco o objetivo geral da Aviação do Exército: "O desenvolvimento bem sucedido de todas as possibilidades da Aviação do Exército ...".

Essa afirmação pode parecer uma heresia, mas é baseada na premissa fundamental da administração que estabelece que, para se atingir objetivos mais amplos, é necessário primeiro identificar os aspectos mais importantes, encarregando alguém de administrá-los. O AADP identifica, por exemplo, como os principais encarregados de administrar as funções críticas, o Forte Ruckern, no Alabama, no que se refere a treinamento, o Forte Leavenworth, em Kansas, no tocante à integração doutrinária, e o Forte

Eustis, na Virgínia, nos aspectos relativos à manutenção.

Minha asserção é a de que não temos um pacote completo, estando ausente a função do "apoio". De acordo com o AADP, nenhum agente, especificamente, recebeu o encargo de enfrentar, de uma maneira geral, os complexos problemas do apoio à Aviação do Exército.

Para os que estão interessados nesse assunto, tentarei ilustrar porque é essencial que concentremos a nossa atenção e os nossos esforços no apoio às forças da Aviação do Exército de hoje. O motivo reside, principalmente, na combinação do aumento da complexidade técnica de nosso equipamento, aliada à dinâmica da maneira como empregamos a aviação no campo de batalha e à natureza crítica dessa equipe de armas combinadas: a manutenção de um poderoso parceiro aéreo no combate.

O primeiro passo nesse processo, é, creio, o de redefinir a logística da aviação partindo do tradicional enfoque de manutenção e peças de reposição, de modo a abranger a logística em toda a sua extensão, da Classe I à Classe IX, bem como toda a manutenção e serviços necessários para manter uma OM em combate num campo de batalha de alta intensidade. Isto requer uma mudança no pensamento tradicional de que o apoio é ge-

nérico: "feijão é feijão, balas são balas e combustível é combustível".

Os logísticos e aviadores têm de reconhecer que os desafios do apoio às modernas forças de aviação são, atualmente, muito mais complexos, devido a dinâmica da nova doutrina, associada à complexidade e variedade dos sistemas e subsistemas encontrados na atual brigada de aviação de combate (CAB). Tal apreciação significa, na minha opinião, que devemos adotar uma abordagem administrativa destinada a desenvolver os conceitos logísticos e as estruturas de forças que, ao invés de impedir, complementem a doutrina da aviação operacional. O fundamental, no meu entender, é que os conceitos e as organizações empregados no apoio a uma força devem estar relacionados com a dinâmica das necessidades de apoio, que são diferentes em complexidade, variedade e volume, tanto para a aviação como para a infantaria leve.

O fato de que a logística da aviação não é, nos dias de hoje, um assunto focalizado, em toda sua amplitude, está mais bem ilustrado no artigo "AVLOG' 84", na edição de janeiro de 1984, da revista *Army Aviation Digest*. Anunciada como sendo "a primeira conferência sobre a logística da aviação", constituiu-se numa tentativa ho-

nesta de se tratar dos aspectos logísticos que exercem maior impacto sobre a Aviação do Exército. No discurso de abertura, o Major-General R/1 Aaron Lilley estabeleceu, com toda a clareza, uma verdade fundamental ao dizer: "A logística é o aspecto mais crítico do poder da aviação, e a sua falta poderia muito bem restringir o emprego dos meios de aviação por parte do comandante".

Um discurso de abertura como esse deveria ter montado o palco para uma calorosa discussão sobre os conceitos, doutrina e estrutura das forças de apoio logístico global da Aviação do Exército, mas, isto, infelizmente, não correu.

Ao invés de se concentrarem no amplo problema do apoio global, os conferencistas se fixaram no pensamento tradicional de que a logística da aviação é, fundamentalmente, manutenção e peças de reposição, perdendo assim, uma excelente oportunidade para adentrarem um novo território e tomarem a iniciativa ao longo dessa extensa frente. Consumiu-se noventa porcento do tempo tratando dos tradicionais e controversos problemas da proliferação de equipamentos de testes, avaliação e diagnóstico, recuperação de aeronaves, manutenção noturna etc., todos, sem dúvida, importantes elementos no apoio, mas sem, no en-

tanto, se aproximarem do âma-
go da questão.

Quando surgiu a oportunidade de se abordar a questão de maior amplitude da necessidade da criação de um batalhão de apoio avançado da aviação, ela foi retirada, rapidamente, e sorrateiramente colocada na caixa de assuntos "de difícil encaminhamento". Mais adiante, no artigo "AVLOG'84", os autores indiretamente estabelecem o verdadeiro problema, ao concluem: "Devido às responsabilidades divididas nas Classes II e V, na manutenção terrestre e em outros elementos da logística da aviação, a conferência serviu como um fórum educativo e proporcionou a todos os proponentes a oportunidade de desenvolverem um pacote da logística necessária e seu emprego, indispensáveis às operações bem-sucedidas da aviação de combate". Todas as palavras que ilustram meu ponto de vista estão contidas naquela conclusão, como: "responsabilidades divididas", "todos os proponentes", isto é, uma difusão de enfoque e uma falta de responsabilidade central que muito debilitam a exploração integral das forças da aviação.

A esta altura o leitor deve estar perguntando: "Mas por que isso se constitui num problema?" A resposta é que a logística da aviação não acompanhou o ritmo da evolução do equipa-

mento, da estrutura da força e da doutrina de emprego da moderna Aviação do Exército.

Para ilustrar esta declaração audaciosa, é preciso que se faça, primeiro, uma rápida análise da evolução da Aviação do Exército nos últimos 20 anos. Na sombria era da estrutura da série "G" do Vietnã, a aviação divisionária era organizada em dois principais elementos operacionais: o batalhão de aviação de apoio geral e o esquadrão de cavalaria aérea. Além disso, cada brigada de manobra e a divisão de artilharia eram dotadas de pequenas seções de aviação.

O equipamento da linha de frente era constituído pelos relativamente pouco sofisticados helicópteros armados *UH-1C*, helicóptero *UH-1D*, de emprego geral, e um dos helicópteros de observação, o *OH-13* ou o *OH-23*. Os mais complicados desafios de manutenção, nessa época, eram os motores a turbinas e os novos sistemas de armas do helicóptero modelo *Charlie* da *Huey*, mais confiáveis, porém mais complexos. A manutenção de apoio direto e o fornecimento de peças de reposição eram proporcionados por uma companhia de manutenção de aeronaves de transporte, pertencente ao batalhão de manutenção do comando de apoio divisionário, que atuava de acordo com o conceito tradicional de manutenção em quatro níveis. Esse

esquema funcionava muito bem, pois se adequava ao grau de complexidade do equipamento e ao conceito de emprego da aviação àquela época. As aeronaves eram operadas geralmente a partir de bases fixas, eram relativamente pouco sofisticadas e as unidades de aviação eram empregadas em apoio direto e geral às forças terrestres.

No final da década de 70, a estrutura das forças da Aviação do Exército foi submetida a uma grande revisão, através do projeto denominado Requisitos de Aviação para o Apoio ao Combate do Exército III (ARCSA III), que refletia a mudança no papel da Aviação do Exército, tanto no tocante a seu emprego como à sua capacidade, em consequência da experiência do Vietnã e da distribuição, às unidades, de novos sistemas de armas aéreas, mais complexos e de maior capacidade. O helicóptero armado havia evoluído do *UH-1C*, passando pelo *AH-1G*, até a primeira verdadeira plataforma aérea de destruição de carros de combate, o *AH-1S*, com seu armamento variado e seu visual sofisticado. O *UH-60* surgiu para complementar o *UH-1* e preencher o vazio existente entre o modelo *Huey* e a frota de transporte médio, findando-se, também, os dias das antigas aeronaves de observação acionadas a piston, substituídas, então, pelos sistemas turbinados

OH-6 e *OH-58*. A aviação divisionária foi transformada numa força centralizada, coesa e de orientação ofensiva, passando para seu controle todas as seções de aviação que atuavam isoladamente.

Surgiu, paralelamente, um conceito de apoio de manutenção adaptado aos novos e mais sofisticados sistemas, e projetado para complementar a doutrina operacional e as mudanças organizacionais. Esse conceito de manutenção em três níveis então implantado mostrou-se mais efetivo, pois atribuía maior responsabilidade ao nível unidade. Ocorreu, simultaneamente, uma grande e significativa mudança estrutural, quando a companhia de manutenção do nível intermediário da divisão (de apoio direto), foi integrada ao novo batalhão de aviação de combate, centralizando e concentrando os principais elementos operacionais e de apoio da aviação numa única organização.

Iniciamos a década de 80 com esse conceito, porém a doutrina do Exército mais uma vez se encontrava em evolução, com ênfase para a manobra, poder de fogo e operações ofensivas. O novo conceito preconizava unidades menores equipadas com armamentos mais sofisticados, operando com maior liberdade de ação e explorando os princípios da mobi-

lidade e da surpresa. Reorganizamos assim, mais uma vez, as nossas forças de aviação para apoiar a nova doutrina e tirar partido de sistemas mais modernos, com maior letalidade e confiabilidade inatas. Isso resultou na Divisão 86, que basicamente reorganizou a aviação divisionária, aumentando o número de batalhões mas, ao mesmo tempo, reduzindo seu efetivo. A companhia de aviação ARCSA III tornou-se essencialmente um batalhão, os pelotões transformaram-se em companhias, e assim por diante. Continuamos, ao mesmo tempo, distribuindo o *UH-60* às unidades, aperfeiçoando o *AH-1S* e acelerando o desenvolvimento e a distribuição do *AH-64 Apache*. Criamos, simultaneamente, a Arma de Aviação do Exército, tornando-a uma entidade independente, em reconhecimento da sua integral parceria com as armas combatentes tradicionais. Antes que essa reestruturação pudesse ser integralmente implementada, porém, passamos a adotar a estrutura do Exército de Padrões Excelentes (*AOE*), atualmente em vigor, onde se encontram inseridos dois elementos que exercem um impacto direto sobre o tema deste trabalho.

Em primeiro lugar, o *AOE*, ou qualquer outra denominação que lhe for dada, é uma tentativa honesta de se obter o máximo de produtividade de nossa já li-

mitada estrutura de força e, ao mesmo tempo, criar espaços para a formação de novas divisões. Como resultado disso, foi empreendido um esforço consciente para se reduzir cada quadro de organização e dotação do Exército (QOD) ao mínimo indispensável.

Tanto o lado operacional das forças, quanto o do apoio sentiram o impacto, e o efeito líquido sobre a aviação, bem como sobre outros elementos, foi o de reduzir significativamente o efetivo em pessoal de apoio e compensar esta redução através do aperfeiçoamento da capacidade de apoio de produtos acabados. Como exemplo disso, podemos citar o QOD do batalhão de helicópteros de ataque (AH-64), que conta, atualmente, com apenas um eletricista de aeronaves autorizado a apoiar 18 AH-64, 2 UH-60 e 13 OH-58.

Não menciono isto para criticar a implementação da AOE, mas para ilustrar a idéia básica de que, à medida que nossos sistemas se tornam mais complexos, dispomos, cada vez mais, de menos pessoal para cuidar deles, e, além disso, estamos empregando esses sistemas cada vez mais à frente, e de forma mais dispersa, dando a impressão de que alguma coisa está errada.

No nível intermediário desenvolvemos outra nova técnica

para apoiar a aviação, que poderia ser chamada de "abordagem dos dois passos para trás", pela qual transferimos novamente a companhia de manutenção de aeronaves de transporte para o comando de apoio divisionário, subunidade que, sob o ARCSA III, era orgânica do batalhão de aviação.

Ao mesmo tempo, no âmbito das brigadas de manobra terrestres, um novo conceito de apoio, denominado de "apoio avançado", foi adotado e posto em prática através da ativação dos batalhões de apoio avançado, unidades do comando de apoio divisionário (DISCOM) designadas para cada brigada, a fim de, atuando à frente, junto a elas, proporcionar-lhes toda a gama de apoio logístico e serviços. A finalidade disso era complementar a mobilidade inerente aos novos sistemas de armas M-1/M-2/M-3e proporcionar o requisito da experiência técnica no próprio local onde a ação se desenvolve. Este é o segundo mais importante impacto do AOE e serve de estímulo para a afirmação de que é mais difícil apoiar a Aviação do Exército, através da atual estrutura, que seu equivalente terrestre, e que a aviação não possui uma doutrina de apoio sintonizada com a maneira como deve ser operacionalmente empregada.

Esse "pecado" é ainda maior se considerarmos que a



No final da década de 70, os helicópteros de observação com motores de movimento alternado foram substituídos pelos OH-6 e OH-58 turbinados.



nova brigada de aviação tem, agora, sua capacidade e encargos de apoio acrescidos do esquadrão de cavalaria da divisão. Em termos simples, a Brigada de Aviação de Combate (CAB):

- Possui maior alcance, profundidade e desafios ao apoio de grande complexidade.
- Foi projetada para atuar em frentes mais amplas.
- É dotada, contudo, de uma estrutura de apoio fragmentada, não direcionada que, basicamente não responde às ne-

cessidades daquele apoio. O esquema de apoio para a brigada de aviação não está sincronizado, nem conceitualmente nem estruturalmente, com o modo de emprego para o qual a brigada foi planejada.

Uma pergunta lógica, a essa altura, seria "Como isto ocorreu?" Não posso respondê-la com autoridade, pois não participei do exercício de AOE, mas posso, contudo oferecer algumas probabilidades, embora não comprovadas. Em primeiro lugar, minha teoria é a de que os planejadores e os logísticos, da força de aviação, tiveram que atender a muitas necessidades, ao mesmo tempo, quando o problema do tamanho do AOE foi desenvolvido para cada arma, prevalecendo, então, o pensamento tradicional, comum em tais circunstâncias, de minimizar o impacto sobre o combate, sendo preferível "cortar a cauda que extrair os dentes". O AOE, honestamente, exigia a extração de alguns dentes, mas então, por que, aparentemente, o apoio da Aviação do Exército sofreu um impacto desproporcional? Na minha opinião isto ocorreu pelo mesmo motivo já mencionado anteriormente neste artigo, ou seja, a inexistência de propostas e conceitos voltados para o apoio à aviação e uma preocupação com o ponto de vista tradicional da logística da aviação que a define como sen-

do, simplesmente, manutenção e peças de reposição. E enquanto isso não for corrigido, o apoio à aviação continuará, para sempre, sendo um conceito fragmentado.

Uma segunda convicção pessoal minha é a de que a nossa comunidade de aviação ficou atada à filosofia do "damos um jeitinho...". Um dos nossos pontos mais fortes como comunidade é a tradição, de longa data, de superar os mais difíceis desafios através da dedicação, criatividade e coesão, e, no caso atual, podemos ter-nos excedido um pouco. Estou convencido de que no Exército, em tempo de paz, com os índices muito baixos de horas de vôo e a tendência de montar esquemas de exercícios específicos – aliados ao enorme desejo de permanecermos "Acima dos Melhores", não permitiremos que o esquema tenha um tratamento justo, pois, em nosso íntimo, reconhecemos que isto poderá nos colocar diante do "é impossível fazê-lo".

Isso pode parecer heresia, mas apenas para quem não leu as páginas anteriores com uma mente aberta. Tenho a impressão que uma pesquisa anônima, incluindo todos os comandantes de brigada de aviação desde a implementação da reorganização proposta pelo AOE, indicará o apoio, de forma expressiva, como tendo sido a maior preo-

cupação e limitação daqueles chefes durante o Comando.

Finalmente, você pode indagar, "Mas então, como resolveremos o problema?" e a única coisa que posso oferecer, aqui, é uma recomendação, pois não possuo todas as respostas (apenas as dúvidas, infelizmente). Não é minha pretensão descobrir onde está a verdade, mas acho que, de fato, precisamos estudar o assunto cuidadosamente. Iniciaria criando um grupo de trabalho composto de jovens e brilhantes táticos e logísticos para "enxugar" o QOD da divisão pesada. Creio que se utilizarmos a atual companhia de manutenção de aeronaves de transporte como núcleo, poderemos encontrar espaços dentro do próprio DISCOM e da brigada de aviação de combate para formar um poderoso batalhão de apoio avançado de aviação, que não ultrapassará o limite de efetivo estabelecido pelo AOE, e proporcionará à brigada de aviação de combate o mesmo apoio preventivo de que goza sua congênere de manobra terrestre.

Em resumo, defendi o argumento de que desfrutamos de uma capacidade vital de combate que corre algum risco devido a seu questionável potencial de apoio. Posso parecer estúpido ao afirmar que a logística da aviação é diferente, mas é que a minha convicção sobre isso é muito mais profunda hoje do

que quando ingresssei na Aviação do Exército há mais de 20 anos atrás. É um desafio muito mais complexo hoje do que o era naquela época e dispomos de um efetivo muito menor agora do que antes. A doutrina, nos dias de hoje, depende mais do que nunca da Aviação do Exército, e somente esse motivo já seria suficiente para mostrar que devemos investir em proje-

tos de estruturas e doutrinas lógísticas, para assegurarmos a possibilidade da plena exploração do potencial desse elemento crítico das equipes de armas combinadas. Designemos um pessoal inteligente para estudar o problema e preparar os planos de ação específicos, antes que cheguemos ao ponto de encontrar as respostas do modo mais difícil.

O Tenente-Coronel (P) STUART W. GERALD é atualmente Chefe da Divisão de Aviação, Agência de Testes e Avaliação Operacionais, Washington, D.C. Possui o título de Bacharel em Ciências Políticas da Universidade de Maine e os cursos da Escola de Estado-Maior do Ar, Escola de Administração de Sistemas de Defesa e Escola de Alto-Comando do Exército dos EUA. Serviu em diversas funções, citoando-se entre elas as de Comandante do 382º Destacamento de Transporte, Departamento de Manutenção, 478ª Companhia de Aviação (Helicópteros Pesados), República do Vietnã, Comandante da 56ª Companhia de Aviação, Mannheim, Alemanha, e Comandante do 1º Batalhão de Apoio Avançado, 2ª Divisão Blindada, Forte Hood, Texas.



A COOPERAÇÃO DE DEFESA E SEGURANÇA DOS PAÍSES NÃO-ALINHADOS

Anton Alex Bebler

O autor faz uma análise crítica dos propósitos e realidades da cooperação entre os países não-alinhados quanto à segurança e à defesa, nos seus diversos níveis.

A matéria fornece ao leitor, uma visão panorâmica das relações internacionais no complexo mundo em que vivemos.

Onão-alinhamento foi iniciado pela Índia, Egito e Iugoslávia (Brioni, 1956) e inaugurado (Belgrado, 1961) como um movimento de oposição aos blocos políticos-militares liderados pelas grandes potências desenvolvidas.

Em um sentido positivo, os países não-alinhados defendem a aplicação universal da coexistência ativa e pacífica nas relações internacionais.

Além desse objetivo geral, o programa político do movimento inclui, também, liberdade e independência dos povos e das nações (daí surgindo uma posição de defesa e ajuda à luta anticolonialista e aos movimentos nacionais de libertação), paz mundial e segurança equivalente para todas as nações, alívio das tensões entre os países, "democratização das relações internacionais", desarmamento

e controle de armas, cooperação geral e idêntica, desenvolvimento econômico e progresso.

As atividades do movimento tiveram, desde os seus primeiros dias, uma dimensão geral política e diplomática, com claras implicações na área de defesa e segurança. O campo das atividades alargou-se com o tempo e passou a incluir, também, economia, comunicação/informação e cultura.

A nível dos programas em vigor adotados pelos países participantes, o não-alinhamento foi, desde o princípio, visto como abrangendo a não participação em blocos político-militares liderados pelas grandes potências. Para os três históricos "país fundadores" J. Nehru, G. A. Nasser e J. Broz Tito, isso significava a não-aceitação de algumas formas de cooperação de defesa com as grandes potências e com outros membros do bloco. Desde 1961, esse princípio vem sendo aplicado com relação à OTAN, ao Pacto de Varsóvia e aos países membros. O encontro de 1973 rejeitou especificamente "as alianças militares criadas como forma de competição entre as grandes potências" e ordenou a desmontagem das bases militares com tal função (Declaração de Argel, art. 21).

Essa formulação restrita permitiu, implicitamente, a continuação e, mesmo, o fortaleci-

mento de vários laços militares de segurança entre países não-alinhados, bem como de outros membros do bloco não diretamente ligados à competição entre as grandes potências, tais como:

- associações a organizações de segurança regionais da qual também faça parte uma grande potência (por exemplo, o pacto Rio de Janeiro com a participação dos Estados Unidos).

Nesse pacto, as nações comprometiam-se a defender conjuntamente o hemisfério oeste;

- acordos de defesa bilateral e multilateral e garantias mútuas de segurança;

- presença de bases militares e outras instalações de propriedade e/ou utilização das grandes potências em território de países não-alinhados;

- presença de pessoal militar e de segurança das grandes potências e de outros membros do bloco;

- exercícios militares conjuntos.

- profunda e unilateral sujeição às grandes potências e aos outros membros do bloco, quanto à aquisição de armas, tecnologia militar, produção de defesa e treinamento de pessoal militar e de segurança;

- doutrinas de guerra que exigem ou implicam em uma estreita cooperação de defesa com uma determinada potência ou bloco.

Na prática, verificou-se ser difícil traçar uma linha distinta entre essas atividades e os requisitos essenciais de não-participação em blocos militares comandados pelas grandes potências. Devido a uma série de razões, incluindo-se o oportunismo, o movimento considerou conveniente tolerar inúmeros casos de transgressão real ou potencial de regras imprecisas, transgressões de diferente duração, magnitude e com circunstâncias atenuantes variadas (ex. Cuba, Vietnã, Egito, Síria, Líbia, Etiópia, Somália, Chipre, Malta, etc.). A tolerância de transgressões a nível dos programas internacionais em vigor tornou alguns países não-alinhados quase indistinguíveis dos outros países, incluindo-se pequenos membros do bloco.

O movimento de não-alinhamento cresceu em tamanho, de 25 países, em 1961, para 101 membros oficiais e outros 10 potenciais no último encontro de cúpula em Harare, Zimbábue (1 a 6 de setembro, 1986). Esses países não demonstraram nenhuma inclinação sensível de criar blocos políticos-militares próprios, embora, em diversas etapas, alguns membros radicais tenham levantado propostas que poderiam levar a essa direção.

Os países não-alinhados constituem um grupo numericamente grande, mas geografica-

mente disperso, e são altamente heterogêneos no tocante a tamanho, riqueza, sistemas políticos, econômicos e sociais, ideologias, culturas, poder militar, ambições internacionais, etc. A circulação de bens, pessoal e informação entre eles, ainda é muito fraca para promover laços políticos mais íntimos, a despeito de todas as declarações. Permanece portanto um movimento policêntrico sem um poder de liderança. A Índia, decididamente o maior país não-alinhado, não demonstra nem capacidade ou aparente inclinação de assumir um papel de hegemonia. Em diversas ocasiões os líderes indianos agiram internacionalmente por conta própria e cooperaram politicamente com países fora do movimento. Por conseguinte, não existem precondições tecnológicas, logísticas, econômicas ou políticas para a integração de defesa dos países não-alinhados, mesmo que tal desejo (atualmente inexistente) viesse a surgir, de repente, algum dia. Mas, por outro lado, os países não-alinhados têm estado envolvidos em várias formas de cooperação de defesa e segurança entre eles mesmos e com países alheios ao movimento.

Podemos empregar, pelo menos, duas diferentes abordagens e vários padrões de comparação, para analisar a cooperação de defesa e segurança

dos países não-alinhados. Diferentemente das áreas econômicas e políticas, existem muito poucos documentos públicos e declarações que desenvolvam tal cooperação. Entretanto, na área de defesa e segurança parece existir, também, uma correlação inversa entre a intensidade de atividades normativas e resultados concretos. Laços militares bilaterais e multilaterais de vários países não-alinhados com as grandes potências e outros membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia têm sido mantidos e mesmo expandidos em algumas áreas.

A presença de bases militares estrangeiras em território de países não-alinhados ainda não foi, em muitos casos, eliminada¹ e, em outros, só trocou de mãos, passando de um país para outro. Os países não-alinhados têm sido particularmente malsucedidos na presença e cessação de conflitos armados e de guerras entre eles mesmos, e na prevenção e censura em caso de agressões entre nações vizinhas, ocupação de seus territórios, flagrante interferência em assuntos internos de outras nações soberanas, violações das normas da lei humanitária internacional (uso de armas químicas², tratamento desumano aos prisioneiros de guerra, ataques militares desnecessários sobre a população civil, ataques militares a embarca-

ções civis em águas internacionais, etc.).

Muitos países não-alinhados não reconhecem o direito de autonomia das nações e dos povos dentro de suas fronteiras. Ao reprimir movimentos internos pela emancipação nacional, cultural, racial, religiosa, ou outra semelhante, muitos desses países violaram, flagrantemente, em uma série de ocasiões, as normas da lei humanitária internacional. Todas essas formas de conduta internacional por países não-alinhados individuais já vêm ocorrendo há décadas, embora eles violem os princípios básicos proclamados pelo movimento de não-alinhamento, contradigam seus numerosos documentos e empreendimentos, assim como abalem a credibilidade do discurso dos países não-alinhados frente ao resto do mundo. A última reunião de cúpula reconheceu e lamentou numa atitude de auto-crítica, "o abalo do papel e dos esforços dos países não-alinhados pelo fortalecimento da paz e da segurança internacional" como resultado dos fenômenos negativos de seu próprio comportamento (art. 283). Além disso, não existe nenhuma clara indicação do quão profundamente o princípio do não-alinhamento foi internalizado pelas nações, influenciando assim o comportamento de defesa e segurança

dos governos por ele representados.

Por outro lado, tem havido, de fato, uma maior cooperação de defesa entre países individuais não-alinhados e entre vários grupos de nações (próximo ao nordeste da África, abaixo da região do Saara, sul e sudeste da Ásia) do que jamais fora declarado pelo movimento de não-alinhamento. A total intensidade e eficácia dessa cooperação, em termos absolutos e relativos, não tem sido alta, mas essa avaliação global generaliza sobre um registro que inclui casos e segmentos com um desempenho satisfatório, ou mesmo bom. Ao tentarmos descrever e analisar a cooperação de defesa e segurança entre os países não-alinhados, devemos avançar em ordem decrescente, do nível de segurança global, ao nível dos países individuais.

O nível de segurança global

Coerente com suas diversas declarações, o movimento de não-alinhamento continua a defender a criação de um sistema (ainda inexistente) de segurança internacional, fortalecendo seus elementos atuais dentro e fora da estrutura da ONU. O último encontro dos países não-alinhados confirmou a contínua devoção aos princípios e objetivos das Nações Unidas e à vitalidade da organização. Os

países não-alinhados foram bastante eficientes em iniciar, reunir e co-dirigir as duas sessões especiais da Assembléia Geral da ONU quanto ao desarmamento, em reformar todo o mecanismo da ONU nessa área, em insistir por um progresso real na eliminação ou, pelo menos, redução do perigo de um holocausto nuclear, em convocar várias outras importantes reuniões internacionais, etc. O movimento de não-alinhamento vem sendo particularmente eloquente e atuante ao condenar a corrida armamentista de armas de destruição em massa. Essa posição foi fundamental no "Programa Amplo de Desarmamento" defendido pelos não-alinhados, na segunda sessão especial da Assembléia Geral da ONU sobre o desarmamento.

A cooperação entre os países não-alinhados, nesses e em outros esforços semelhantes têm sido predominantemente organizacional e diplomática. Ela ocasionou poucos resultados positivos concretos que pudessem ser realisticamente atribuídos apenas aos não-alinhados. O mecanismo modificado da ONU na área do desarmamento ofereceu, aos países não-alinhados, e a muitos outros, maiores possibilidades de manifestar suas opiniões e preocupações, mas não trouxe nenhuma solução verdadeira. Pelo contrário, o período imediata-

mente seguinte à modificação presenciou um declínio abrupto nas negociações reais das medidas do controle armamentista. Desacordos entre importantes países não-alinhados como, por exemplo, na questão do banimento do teste nuclear completo, reduziu a eficácia do movimento nas transações internacionais e, até mesmo, em decisões de menor importância.

Por outro lado, a contribuição real dos países não-alinhados à segurança global vem incluindo também elementos negativos, ou no melhor dos casos, questionáveis. Os países em desenvolvimento, e entre eles muitos países não-alinhados, vêm sendo, por mais de uma década, território exclusivo de guerras locais no nosso mundo. Entre todos os conflitos armados contemporâneos, o número de guerras coloniais, neocoloniais e intervencionistas no 3º mundo patrocinadas pelos países industrialmente desenvolvidos decaiu notadamente, e a distribuição de intervenções armadas dos países socialistas tornou-se maior. Ao mesmo tempo, presenciamos um aumento nas guerras internas e externas de países não-alinhados e outros em desenvolvimento, intervenções armadas, invasões, bloqueios, etc., por países não-alinhados, com a participação apenas indireta das potências industrialmente desenvolvi-

das e de seu apoio material, ou mesmo em ambos.

A cota dos países não-alinhados nos gastos militares mundiais, no total de soldados em exércitos permanentes, na relação de armas de grande porte, na produção de armas, e no seu comércio diminuíram significativamente. A cota de todo 3º Mundo, incluindo a China, nos custos militares mundiais aumentou cerca de 3,6%, em 1953, a cerca de 21%, em 1983. Somente em 1983 houve uma queda nas despesas militares reais dos países não-alinhados, particularmente no Oriente Médio e na América Latina. Depois de duas décadas e meia de taxas de aumento anuais consistentemente mais altas no gasto militar, os países não-alinhados perderam terreno para os países desenvolvidos em 1981-83. Como a alta taxa de crescimento nos custos militares, em muitos países não-alinhados persistiu, por mais de duas décadas, junto a uma situação de muitas necessidades sociais urgentes, de estagnação, e, mesmo, declínio do desenvolvimento econômico, de alto desemprego, analfabetismo, epidemias e fome, é compreensível que o 3º Mundo como um todo tenha se tornado uma fonte principal de instabilidade internacional.

Como não existem cálculos oficiais recentes dos gastos militares e da transferência de ar-

mas dos países não-alinhados, essas atividades podem ser medidas, com alguma aproximação, através das informações dos países desenvolvidos. Em 1981, o volume total de transferência de armas alcançou a sua alta, em "tempo de paz", de 38 bilhões de dólares, em termos do valor do dólar em 1982. A venda de armas de grande porte a países em desenvolvimento alcançou o máximo em 1982, com 32 bilhões de dólares, e começou a cair a partir de 1983 (enquanto os países desenvolvidos mantinham um crescimento positivo de 2% ao ano). O valor total de toda a transferência de armas, equipamentos, munição, serviços, etc. foi, pelo menos, duas vezes maior. Desde 1981, a maioria dos países não-alinhados fora do Oriente Médio e da América Latina diminuíram suas importações de armas. Um declínio mais acentuado foi particularmente visível no leste e sul da Ásia, e na África, enquanto que a cota do Oriente Médio na importação de armas mundiais foi mantida a um nível de 40% (43% em 1983) e acima de 50% no total para os países em desenvolvimento (55% em 1983 de acordo com a ACDA). Cinco dos nove maiores importadores de armas do mundo encontram-se no Oriente Médio (Iraque, Irã, Arábia Saudita, Síria, Egito). Desses nove países não-alinhados, quatro foram abastecidos

primariamente pela URSS. Os países em desenvolvimento também aumentaram sua cota de mercado nas exportações de armas de 2% em 1983, a quase 15%, em meados dos anos 80, refletindo sua auto-suficiência no campo das armas de menor tecnologia. De acordo com ACDA, os dois maiores exportadores individuais de armas dentre os países não-alinhados em 1983-1985, foram a Coréia do Norte e a Iugoslávia, e, entre as potências emergentes, o Brasil, todos numa faixa de 1,52 bilhões por ano (na realidade, a participação da Iugoslávia no comércio de armas parece ser bem menor, já que grande parte de seus ganhos de defesa internacionais constituiu-se de serviços e construção militares).

Assim como na venda de armas, a transferência de tecnologia e conhecimento técnico-militar mostra a persistente (embora em alguns segmentos já em declínio) dependência dos países não-alinhados em relação aos industrialmente desenvolvidos. Os maiores fornecedores têm sido a URSS, os EUA e a França, com a presença soviética no Oriente Médio, sul e sudeste da Ásia, norte da África e região abaixo do Saara, presença americana na América Latina, Oriente Médio e sudeste da Ásia, enquanto que a França se faz sentir basicamente na África e no Oriente Próximo.

Um número de países não-alinhados economicamente mais avançados investiram fortemente e desenvolveram uma considerável capacidade industrial militar. De acordo com o volume de produção de armas eles foram classificados na seguinte ordem: Índia, Brasil, Argentina, Iugoslávia; Egito, Coréia do Norte, Indonésia, Paquistão, Singapura, Irã e Nigéria. Entretanto, a maioria das armas pesadas produzidas nesses países são fabricadas sob autorização estrangeira e/ou com conhecimento tecnológico importado – na Índia vindo da Inglaterra, Alemanha Oriental, URSS e França; no Brasil vindo da Itália, França, Alemanha Oriental e Inglaterra; na Argentina vindo dos EUA, França, Alemanha Oriental; na Coréia do Norte vindo da URSS; na Iugoslávia vindo da URSS, França e Inglaterra; no Egito vindo da França, Inglaterra, Brasil e Espanha; no Paquistão vindo da Inglaterra e Suécia; em Singapura vindo da Alemanha Oriental, etc.

A produção doméstica de armas certamente reduziu a completa dependência de vários países não-alinhados em relação às grandes potências e aos outros países industrialmente mais desenvolvidos. Tal observação é verdadeira no caso de armas leves, munição e outras armas de tecnologia inferior. Entretanto, a produção dos países

subdesenvolvidos é geralmente mais vagarosa e menos eficiente do que a dos países industrializados. Esta e outras deficiências tornam-se críticas durante o período de guerras, quando mesmo os países subdesenvolvidos, com produção interna de armas, ainda se encontram na dependência de fornecedores externos (principalmente as duas superpotências), para assistência financeira e técnica.

A contribuição real positiva dos países não-alinhados aos elementos existentes de segurança internacional global tem sido muito modesta, e até mesmo inferior, quando comparada com a situação nas duas décadas anteriores. Isso pode ser visto claramente ao analisarmos a contribuição dos países não-alinhados ao sistema mantenedor da paz da ONU. No passado, os colaboradores das operações de paz da ONU foram a Índia, Indonésia, Iugoslávia, Brasil, Colômbia (UNEF I), Gana, Indonésia, Nepal, Panamá, Peru, Senegal (UNEF II) Irã, Peru (UNDODF), Irã, Nepal, Nigéria, Senegal (UNIFIL), Chile, Equador, México (UNMOGIP), Afeganistão, Argentina, Burma, Sri Lanka, Chile, Equador, Índia, Indonésia, Nepal, Peru, Tailândia (UNOGIL) e diversos países não-alinhados atuais, no Congo (UNC). Hoje os maiores colaboradores individuais são Gana e Fiji (690 e 640 soldados, respec-

tivamente, na UNIFIL no Líbano), com o Fiji contribuindo também com 500 soldados para as forças MFO no Egito, financiadas e patrocinadas pelos EUA. Os maiores colaboradores entre os não-alinhados no passado (notadamente a Índia, Nigéria, Indonésia e Iugoslávia) retiraram o seu apoio por várias razões: as dificuldades financeiras próprias e a postura internacional frente ao problema Palestino que os tornou inaceitáveis a um dos partidos no conflito Árabe-israelense. O lugar dos antigos participantes não-alinhados, no sistema de paz da ONU foi em parte, tomado pelas mais ricas potências neutras europeias (Suécia, Áustria, Finlândia e Irlanda) e pelos países da OTAN e do Pacto de Varsóvia: França, Canadá, Polônia (alguns deles já haviam participado anteriormente e foram convidados pela ONU a aumentarem sua contribuição). As potências da OTAN criaram, ou tentaram criar, várias organizações mantenedoras da paz fora do sistema da ONU e conseguiram conquistar alguma participação não-alinhada.

Essas tendências exigem uma ação corretiva combinada dos não-alinhados. Sua participação, e peso, nos sistemas de segurança global, patrocinados ou associados da ONU, precisa ser muito maior do que o é atualmente. Seria vantajoso, por exemplo, se grupos de países

não-alinhados organizassem formações multilaterais, preparadas e treinadas com antecedência para servirem sob os auspícios da ONU ou dos não-alinhados, inesperadamente, como mantenedores da paz (semelhantemente à Brigada Nôrdica Permanente).

O nível do movimento e das regiões

A grande maioria dos países não-alinhados não tem demonstrado nenhum interesse nas idéias e exigências insistentes (combinadas com várias ameaças de retirada unilateral do movimento) do Coronel Kaddafi, da Líbia, para a criação de um sistema militar de segurança coletiva entre os não-alinhados. Sendo um movimento altamente policêntrico de governos, dedicados a opor-se a políticas de bloco, essa reação esmagadora às propostas de Kaddafi é compreensível. Por outro lado, o movimento tem se mostrado ineficiente em atividades de defesa e segurança que seriam consistentes com sua filosofia geral e com o princípio de auto-defesa coletiva estabelecido na Carta da ONU (Art. 51).

O movimento não evitou, impediu ou mesmo censurou claramente países membros que cometem atos de agressão e ocupação de território estrangeiro (por exemplo, Vietnã, Iraque,

Líbia). Todas as tentativas de intervir no pior conflito entre Irã e Iraque e de pôr um fim na guerra foram malsucedidas. O movimento não tomou posição em relação a vários outros casos importantes de intervenção armada feita por países não-alinhados fora de suas fronteiras (Egito, Síria, Marrocos, Mauritânia, Tanzânia, Somália, Índia, por exemplo), ou ameaças de tais intervenções (Indonésia, etc.).

Entretanto, tem havido uma série de esforços conduzidos por países não-alinhados, individualmente e em grupo, para resistir a ataques militares estrangeiros, efetivos ou temidos, recuperar territórios ocupados por forças hostis, apoiar militar e logisticamente alguns movimentos de libertação nacional, ajudar países não-alinhados sob ataque externo ou interno, apoiar um governo legítimo na repressão de uma oposição armada e de movimentos rebeldes, evitar e pôr a termo conflitos armados internos, guerras civis, etc.

A nível de grupo, as mais importantes tentativas nessas categorias ocorreram no passado, no grupo de países árabes e islâmicos em conjunto com o conflito árabe-israelense.

A guerra civil no Líbano levou a criação de forças árabes mantenedoras da paz, nas quais o papel predominante foi repre-

sentado pelas tropas sírias. Após a retirada da maioria dos outros participantes árabes, os 12.500 soldados sírios remanescentes no Líbano, desempenharam, em parte, o papel oficialmente declarado de mantenedores da paz entre facções libanesas antagônicas e, ocasionalmente, também entre as forças libanesas e palestinos armados. A despeito da designação oficial, essas tropas, na verdade, também mantinham a presença e a dominação política e militar síria numa parte do Líbano, teoricamente independente. Em algumas situações, o seu papel concreto é semelhante até mesmo aos dos ocupadores.

A coordenação do trabalho de segurança e defesa, com base num acordo, aconteceu também entre o grupo de países árabes no Golfo Pérsico (árabe). A criação *de facto* de uma organização de segurança e de defesa mútua, em volta da Arábia Saudita (Conselho de Cooperação do Golfo), foi provocada por ameaças e chantagens iranianas, por ataques terroristas, por atividades sediciosas de revolucionários islâmicos fundamentalistas apoiados pelo Irã, por ataques iranianos contra petroleiros no golfo, pela colocação de minas iranianas nas rotas marítimas, por ataques de mísseis, etc. Essa organização é apoiada indiretamente pelos EUA e auxiliada pela presença

naval militar ocidental nas águas internacionais próximas.

Houve, no passado, inúmeras tentativas de se criar alianças políticas e militares entre os países árabes, oscilando em intensidade entre integração política total e atividades de defesa altamente coordenadas, assim como esforços conjuntos de guerra (Egito e Síria na República Árabe Unida), cooperação militar e coordenação de menor intensidade (envolvendo em várias combinações a Jordânia, Líbia, Argélia, Marrocos, Iemen do Sul, Iraque, Somália, OLP), e acordos meramente formais quanto a cooperação e assistência de defesa mútua. A real eficácia da cooperação de defesa e segurança entre países árabes extremamente desiguais, separados muitas vezes por grandes distâncias, não atingiu os objetivos das declarações ambiciosas e grandiosas, e das possibilidades contidas na Carta da Liga Árabe. O Conselho de Defesa da Liga tem estado agonizante desde a expulsão do Egito (antes disso, os generais egípcios normalmente representavam essa sociedade).

A cooperação militar árabe, parcialmente não declarada e secreta, aconteceu nos últimos sete anos dentro do contexto da guerra Irã-Iraque. Essa cooperação envolvia o Iraque, Egito, Jordânia e, em menor parte, e mais secretamente, vários ou-

trois países árabes. A extensão do auxílio árabe ao Iraque tem sido bastante significativa e inclui grande parte do financiamento da guerra, empréstimo de efetivo militar (especialmente pilotos), empréstimos e venda de armas etc. No lado oposto, a Síria e a Líbia ofereceram apoio ao Irã, especialmente na forma de armas de origem soviética, iugoslava e do leste europeu.

Desde os primeiros dias românticos da descolonização da África, houve várias tentativas de se criar um sistema Pan-Africano de segurança coletiva. Dispositivos institucionais para tal foram registrados na declaração da Organização da Unidade Africana (OUA). Entretanto, esses dispositivos quase não são usados devido, em grande parte, a divergências políticas internas. Esse tem sido o mesmo destino do Conselho de Defesa da Organização.

Um dos primeiros defensores da criação de um Alto Comando Africano foi K. Nkrumah, de Gana. Como núcleo da futura força Pan Africana, o Egito, Gana e Marrocos assinaram o triplô "Pacto de Casablanca", que estabelecia a formação de um comando militar conjunto, liderado por um general egípcio. O pacto nunca saiu do papel e desmoronou completamente em 1966, após a queda de K. Nkrumah. Durante 20 anos a Nigéria, particularmente seus líderes mi-

líticos, vem defendendo ativamente a criação de uma força militar africana para ser usada, tanto na confrontação com os líderes brancos da África do Sul, como na força mantenedora da paz e segurança em outras áreas do continente. Essas idéias vêm recebendo apoio de outros países africanos, especialmente o Zimbabwe. O encontro da OUA em Khartoum (1978) anunciou oficialmente que "a responsabilidade pela custódia da paz, na África, pertencente unicamente aos africanos. Nenhum país estrangeiro ou grupo de países podem intervir nessa questão". Já o encontro de 1979 manifestou a "determinação política" coletiva para a criação de tal força. Entretanto, por razões financeiras, logísticas e ainda outras, essa decisão não frutificou. Uma tentativa patrocinada pelos franceses, para criar a "Força Pan-Africana", também ocorreu em torno de 1978, porém foi torpedeada por países francófobos não-alinhados com uma visão mais independente. Na era pós-descolonização, houve apenas dois casos de integração total de defesa entre dois países: entre Tanganica e Zanzibar (chamada, desde 1964, de Tanzânia) e entre Senegal e Gâmbia (chamada Senegâmbia).

Contrário às declarações da OUA, a maioria dos acordos de segurança coletiva multilaterais e empreendimentos *ad hoc*

na África foram iniciados, ou por potências não-africanas, diretamente, ou com seus bens e/ou apoio logístico. A França tem sido o mais frequente patrocinador dessas atividades. Essa antiga potência colonial tem mantido sua permanente presença militar no Senegal, Costa do Marfim e Gabão, onde as tropas francesas, a despeito de relativamente pequenas, impediram golpes militares e outros levantes, assim como preservaram grandes interesses econômicos e políticos franceses nessa região da África. No passado, tropas francesas foram distribuídas também por vários outros países africanos não-alinhados, incluindo-se o Congo, Chade e a República Centro-Africana (RCA). Com a ajuda francesa, tropas marroquinas foram transportadas, via aérea, à província de Shaba, no Zaire, rica em cobalto, e repeliram uma invasão externa. Os franceses também apoiaram a "Força Mantenedora da Paz" no Chade, na qual participaram tropas da Nigéria, Zaire e Senegal, oficialmente sob os auspícios da OUA. Duas intervenções militares de grande alcance por tropas cubanas foram organizadas e apoiadas logística e materialmente pela URSS. Em Angola, eles ajudaram a empossar um governo marxista (1975) e a conter incursões militares sul-africanas. Na Etiópia, tropas cubanas e

conselheiros militares soviéticos desempenharam um papel-chave na derrota de tropas somali, na guerra Etiópia-Somália, em Ogaden (1978). As tropas cubanas permanecem nesses dois países desde então, embora em número reduzido na Etiópia (em 1988, existiam cerca de 28.000 soldados cubanos em Angola e 4.000 na Etiópia).

A cooperação multilateral de defesa e segurança tem acontecido entre os países africanos "de linha de frente", formando fronteira com a República Sul Africana. Ela inclui encontros regulares de altos oficiais, auxílio às tropas, troca de informações de segurança, etc. Outros países dessa frente ofereceram apoio militar a Moçambique, desde que suas forças armadas foram incapazes de sufocar um movimento armado anti-FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), mantido material e logisticamente pela República Sul Africana. Nessa difícil luta contra fortes elementos de uma guerra civil, o governo de Moçambique tem recebido o apoio do Zimbabwe (6.000-12.000 tropas), Tanzânia (650-1.000 tropas), Mauritânia (1.000 tropas), Cuba (600 consultores) e Coréia do Norte (50-100 consultores), assim como o de consultores militares soviéticos.

Sob um aspecto prático, o único caso de cooperação militar conjunta entre dois países

não-alinhados africanos, fora de suas fronteiras, e sem a participação de uma grande potência, aconteceu no Oeste do Saara. A ocupação coordenada desse território, liberado pela Espanha, antiga potência colonial, foi realizada pelo Marrocos e a Mauritânia (o último num papel claramente subordinado). Após a retirada da Mauritânia da luta contra o movimento de resistência POLISÁRIO, o território passou a ser ocupado completamente pelo Marrocos. No momento, 100.000 soldados marroquinos ainda se encontram naquele país, a despeito das resoluções da OUA e do fato de a República Democrática do Saara ter sido reconhecida por inúmeros não-alinhados e pela maioria dos países africanos.

No sudeste da Ásia, encontramos um bloco político-militar na forma da tríplice aliança entre o Vietnã, Laos e o regime de Hieng Samrin, imposto a Kampuchea (antigo Cambódia) pelas tropas vietnamitas. Embora, no passado, a ligação entre os comunistas do Vietnã, Laos e Kampuchea visasse o avanço de revoluções sociais e da liberação nacional, ela foi, mais tarde, transformada num instrumento de dominação vietnamita na região. Existem em torno de 50.000 soldados vietnamitas no Laos. Cerca de 140.000 soldados vietnamitas no Kampuchea e cerca de 40.000 do regime de

ieng Samrin, cooperam na luta contra três movimentos de resistência anti-vietnamita. Os três países da tríplice aliança recebem apoio material e logístico da URSS e, em menor grau, de seus aliados do Pacto de Varsóvia. Por outro lado, o movimento de resistência mais significante militarmente, em Kampuchea, recebe ajuda material e logística da República da China. Parece não haver consultores militares chineses nesse país.

Desde a sua fundação em 1967, a Associação do Sudeste da Ásia (ASA) vem funcionando como uma organização de segurança menos rígida. As conexões de defesa entre seus membros incluem exercícios conjuntos, aéreos, terrestres e marítimos, intercâmbio de oficiais e de treinamento, troca de formações, padronização dos serviços de comunicação, controle e comando, fiscalização e patrulhamento conjunto, conferências entre comandantes. A maioria dessas atividades vem sendo conduzida numa base bilateral ou trilateral, dependendo das combinações entre os países membros. Os líderes da ASA afirmaram, em inúmeras ocasiões, que a organização não é uma aliança militar. A península Singapura sugeriu, no passado, a idéia de formalização de acordos de segurança entre os países membros, entanto que o maior deles, a In-

donésia, tem sido o mais consistente em sua recusa da militarização da ASA. De todos os membros, a Indonésia é o único país sem laços ou conexões de defesa formais com uma potência ocidental.

Finalmente, precisamos mencionar a relação entre o maior país não-alinhado, a Índia, e alguns de seus vizinhos bem menores, o Butão, Nepal e Sri Lanka. Essa relação constitui, na verdade uma rede de segurança coletiva do tipo que favorece, principalmente, as necessidades de segurança e defesa estratégica da potência dominante. Em 1987-88, cerca de 70.000 tropas indianas travavam combate armado contra separatistas Tamil, no Sri Lanka, com base num acordo bilateral entre as duas nações.

Os países não-alinhados não vêm conseguindo desenvolver uma cooperação viável no desenvolvimento e na produção de armas, munição e de equipamento militar. O projeto mais ambicioso a respeito teve início em 1975, quando o Egito, a Arábia Saudita, o Catar e os Emirados Árabes Unidos fundaram a Organização Árabe pela Industrialização (OAI). O quartel-general da OAI foi aberto no Cairo e o capital inicial fixado ao equivalente de \$1.04 bilhões de dólares. Os países árabes empenderam então 2% de seu produto nacional bruto para o de-

senolvimento dessa associação, cujas indústrias deveriam ser localizadas em diversos países árabes. A OAI pretendia, basicamente, combinar as capacidades egípcias industriais e de engenharia, com as capacidades correspondentes de inúmeros outros países árabes mais desenvolvidos, e com o capital das nações ricas em petróleo, como a Arábia Saudita. Em 1979, como consequência de tensões políticas intra-árabes, logo após os acordos de Camp David, três países menores retiraram-se da OAU. A organização transformou-se desde então, num veículo para a cooperação egípcia com a Inglaterra e França, na produção de armas.

Outras propostas para avançar a cooperação econômica militar apresentadas, por exemplo, pela Iugoslávia, nos encontros entre os não-alinhados não encontram apoio suficiente dentro do movimento. Essa situação está em desacordo com as necessidades objetivas, vantagens concebíveis e possível economia na escala de desenvolvimento e produção de sistemas de armamento tecnologicamente avançados, e de alto custo. A Índia, o Egito e a Iugoslávia, por exemplo, possuem as mesmas necessidades de aquisição de jatos de combate avançados a preços moderados. No entanto, seus esforços nesse sentido são totalmente descoor-

denados. Isso reflete dificuldades reais de se realizar uma cooperação viável, além de vontade política insuficiente.

Julgando pelo número de tropas estrangeiras e de consultores militares em território dos países não-alinhados, a sua cooperação mútua de defesa é bastante inferior à cooperação militar dos países não-alinhados com países industrialmente desenvolvidos, membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia. Em meados de 1987, a presença militar soviética incluía cerca de 116.000 soldados no Afeganistão (a retirada começou em maio de 1988), 7.500 entre pessoal e consultores no Vietnã, 1.000 na Argélia, 1.500 em Angola, 100 no Congo, 800 em Cuba, 1.700 na Etiópia, 200 na Índia, 600 no Iraque, 200 em Kampuchea, 500 nos Laos, 2.000 na Líbia, 200 em Mali, 850 em Moçambique, 50 na Nicarágua, 115 no Peru, 4.000 na Síria, 1.000 no Iemen do Sul, 900 pelo resto da África. Os Estados Unidos mantêm cerca de 2.400 no Egito, 1.300 em Diego Garcia e 9.300 no Panamá. A França conta com 1.600 soldados e consultores no CAR, 2.500 no Chade, 4.000 em Djibouti, 1.250 no Senegal, 500 na Costa do Marfim, 600 em Gabão, 1.750 no Líbano (UNIFIL). A Grã-Bretanha mantém cerca de 5.000 soldados no Chipre, cerca de 1.200 no Corpo da Paz no Oriente Próximo, 1.400 tropas

em Belize, 900 em Brunei, etc. A esses cálculos devemos acrescentar um número considerável de forças aéreas e navais de grande alcance, ocidentais e soviéticas, em áreas adjacentes à dos países não-alinhados.

Em uma outra categoria encontram-se tropas pertencentes à Austrália, Canadá, Itália, Nova Zelândia, Grécia (3.750 soldados em Chipre), Turquia (23.000 em Chipre), Dinamarca, Holanda, Polônia e outros. A presença militar de países menores do bloco ocorre mais freqüentemente dentro da estrutura da ONU e das operações de paz patrocinadas pelos EUA.

Como pode ser visto, uma série de alianças político-militares regionais e sub-regionais vem acontecendo entre grupos de países não-alinhados. Entretanto, uma cooperação de segurança interregional e intercontinental, a nível de movimento dos países não-alinhados, ainda não aconteceu. Seu substituto parcial, funcional, tem sido principalmente uma cooperação de segurança bilateral entre países não-alinhados individuais. Laços bilaterais predominam mesmo quando acordos políticos de grupos encontram-se ao alcance, como no caso da ASA.

A cooperação de segurança bilateral

Um grande número de vín-

culos e transações de segurança bilateral entre países não-alinhados individuais vem ocorrendo. É impossível catalogar a maioria deles. Mencionaremos aqui apenas as categorias principais:

a) *Empréstimos de unidades prontas para combate a governos necessitados.*

Essa forma de cooperação tem sido mais freqüente na região sub-Sáara da África e no Oriente Próximo. O Egito emprestou suas tropas ao Iemen, o Irã à Omã, Guiné à Serra Leoa, Líbia à Uganda, Marrocos à Guiné Equatorial, Cuba à Angola e Etiópia, Tanzânia à Seychelles, Senegal à Gâmbia, Paquistão à Arábia Saudita, etc. Essas operações foram causadas por confrontos armados internos e guerras civis, pelo medo de golpes militares ou pela necessidade de sufocar um deles, pelo perigo de uma intervenção militar exterior, por ameaças externas, etc.

b) *Permissão ou facilitação de recrutamento de pessoal militar por países não-alinhados estrangeiros.*

O recrutamento dos Gurkhas Nepalenses no exército indiano é uma velha tradição herdada dos ingleses (que ainda dão continuidade a essa prática). A Arábia Saudita e os Emirados Árabes no Golfo têm sido importantes importadores de efetivo militar do Paquistão, to-

talizando, em meados de 1987, cerca de 30.000 homens. Estrangeiros também são recrutados pela Líbia (e em seguida distribuídos pelo Chade e Sudão, totalizando também em 1987, mais de 3.000 homens). Centenas de soldados da OLP não-palestinos foram encontrados entre prisioneiros de guerra, após a invasão israelense no Líbano em 1982.

A declaração política da reunião de cúpula em Harare, em 1986, condena o emprego de mercenários e o uso de atividades mercenárias como um crime internacional, reitera as cláusulas da convenção da ONU para impedir o recrutamento, utilização, financiamento, e treinamento de mercenários, e lembra a todos os países, principalmente do mundo ocidental, suas obrigações nesse sentido (arts. 277, 279). A relação entre essas cláusulas e a prática verdadeira de alguns países não-alinhados é, obviamente, uma questão discutível.

c) *Fornecimento de consultores militares e de pessoal de segurança.*

Os três países fundadores do movimento de não-alinhamento – Índia, Egito e Iugoslávia – eram, no passado, bastante ativos nessa categoria. Mais tarde, seu papel reduziu-se a esse respeito. Recentemente, os países mais ativos têm sido o Paquistão, Cuba (além dos já

mencionados, existem 500 consultores militares cubanos no Iemen do Sul, 500 no Congo e 500 na Nicarágua) e a Coréia do Norte (1.000 em Angola, 300 no Irã, 100 em Madagascar, 50 em Seychelles, 500 no oeste do Saara, etc.).

d) *Patrulhamento, fiscalização e exercícios militares conjuntos.*

Esses tipos de laços de defesa tornaram-se comuns entre os membros da ASA e já estiveram presentes nos casos mencionados na letra a.

e) *Venda, revenda, empréstimo ou doação de armas, munição e de equipamento militar. Cooperação na produção de armas e construção militar.*

A Coréia do Norte, Egito, Síria e Líbia são os países mais importantes nessa categoria, no lado da exportação e do fornecimento, enquanto o Iraque e o Irã são os mais importantes no lado da importação e do recebimento. A OLP, o POLISÁRIO e o SWAPO são hoje os únicos movimentos de libertação nacional que recebem armas. A cooperação bilateral na produção de armas existe entre o Egito e a Argentina, Egito e Brasil, na construção militar entre Iugoslávia e Iraque, Iugoslávia e Líbia, etc.

f) *Intercâmbio de conhecimento, fornecimento de educação militar, de treinamentos, de*

áreas de instrução assim como informação de segurança.

As forças armadas dos países não-alinhados mais avançadas tecnologicamente estão em melhor condição para fornecer tal assistência. Índia, Egito, Iugoslávia, Nigéria, Paquistão, Cuba, Coréia do Norte, assim como Brasil, entre os países em potencial, parecem estar em primeiro plano nessa categoria, embora informações sobre tais transferências sejam pouco disponíveis. Escolas e academias militares iugoslavas, por exemplo, treinaram centenas de pilotos e marujos para as forças armadas de países não-alinhados como a Líbia, Zâmbia, Etiópia e Sudão, assim como oficiais para vários movimentos de libertação nacional.

Com base nessas informações, altamente fragmentadas e discrepantes, fica difícil estimar a eficácia total da cooperação de defesa bilateral entre países não-alinhados. Em um série de casos, ela atingiu seu objetivo — sufocou um golpe, derrotou invasores, auxiliou governos com dificuldades de sobreviver e continuar uma guerra, fortaleceu o potencial de defesa de alguns países, aliviou pesados encargos, financeiros, etc. Mas esses também foram casos de fracassos de mal aplicação de dinheiro e esforços, de desvio de armas e de outras provisões para outros propósitos sem o conser-

timento do doador. Os maiores problemas parecem ser a falta de coordenação e de uma ligação com as atividades que são, muitas vezes, *ad hoc*, assistenciais e ineficientes.

Essa visão geral indica que o comportamento e a política própria dos países não-alinhados são um resultado das tensões existentes entre a proclamada oposição aos blocos políticos-militares e algumas vantagens da segurança de grupo; entre a rejeição do hegemonismo e o uso da força nas relações internacionais, por um lado, e fortes ambições de alguns países fora de suas fronteiras; entre as vantagens e desvantagens de se contar com presença militar estrangeira em seu solo; entre o desejo de se tornar auto-suficiente em armas e os cada vez mais exorbitantes custos de se atingir tal objetivo etc. Em resumo, os países não-alinhados percorrem o difícil caminho entre os proclamados objetivos nobres do não-alinhamento e a realidade freqüentemente sórdida. Eles também têm estado hipersensíveis às acusações de tentativa de criação de um terceiro bloco militar. Como resultado, os países não-alinhados negligenciaram ou simplesmente deixaram de explorar as vantagens dos esforços em grupo e da cooperação de defesa e segurança entre eles.

Algumas propostas recen-

temente anunciadas para a formação de um comitê de defesa não-alinhado, para compilação, processamento e troca de informações de defesa por um instituto não-alinhado para cooperação de segurança e defesa, por uma demonstração permanente de armas e treinamento mútuo de conservação, por empreendimentos de produção de defesa entre os países, para cooperação em pesquisa e desenvolvimento, etc., e ainda as muitas reações cautelosas a essas propostas, refletem a atual e difícil situação.

NOTAS

1. O encontro de cúpula em Harare apelou às "grandes potências e seus blocos para que rompam o contato militar e retirem suas bases e instalações do território dos não-alinhados" (Declaração Política, art. 56), embora na maioria dos casos, as bases e instalações continuem a funcionar com o consentimento individual de países não-alinhados, e, algumas vezes, com até mais do que isso.
2. O encontro de Harare condenou o uso de armas químicas "por qualquer país e sob quaisquer circunstâncias", mas deixou de censurar o Iraque por fazer exatamente isso (Declaração Política, art. 52).



da Universidade de Ljubljana e professor visitante das universidades de Illinois e Califórnia.

BIBLIOGRAFIA

1. *The Military Balance 1987-1988*, IISS, Londres, 1987.
2. *World Military Expenditures and Arms Transfers*. ACDA, Washington, 1985.
3. Ruth Leger Sivard, *World Military and Social Expenditures*. Leesburg, Va., 1985.
4. *The Blue Helmets - A Review of United Nations Peace-Keeping*, UN, New York, 1985
5. (Admiral) Branko Mamula, *Small countries defense*, VIZ, Belgrado, 1988.
6. Stephanie Neuman, *Military assistance in recent wars: The predominance of the superpowers*, Washington Papers, Washington, D.C., Center for Strategic and International Studies with Praeger Publishers, 1987.
7. Anton Bebler, *Security aspects of non-alignment*, Internacionais Studies, Nova Deli, Vol. 14. No. 2, 1975.
8. William Foltz, Henry Bienen, *Arms and the African*, Yale University Press, New Haven, 1985
9. Joseph Smaldone, *Foreign Arms and African Armies: Exploring the limits of Soviet and American Influence*, IUS, Chicago, 1983.
10. Istvan Kende, *New Features of the Armed Conflicts and Armament in Developing Countries, Development and Peace*, Budapest, Vol. 4, 1983, pp. 35-52
11. Istvan Kende, *The Arms Race and the Third World*, in P. Dunay ed. *Studies in Peace Research*, Hungarian Academy of Science, Budapest, 1986, pp. 37-56.
12. Jacques Fontanes, José Drumont - Saraiva, *Les industries d'armement comme vecteur du développement économique du Tiers Monde*, *Problèmes Économiques*, Paris, no 2062, 17.2.1988, pp. 2-8

ANTON ALEX BEBLER – Cientista político, nascido em 1937, na Iugoslávia. É bacharel em Estudos Eslavos e mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Belgrado, além de PhD em Ciências Políticas pela Universidade de Pensilvânia. Possui cursos de extensão das universidades de Moscou, Ljubljana, Princeton e Londres e do Instituto de Estudos Políticos de Paris, entre outros. É professor efetivo de Ciências Políticas



O PREPARO DA MARINHA DOS PRÓXIMOS 10 A 30 ANOS — DÚVIDAS, SUGESTÕES E COMENTÁRIOS

Mário César Flores

Serão as convicções estratégicas que orientam o preparo do Poder Naval Brasileiro suficientemente consistentes para atender aos cenários dos próximos 10 a 30 (ou mais) anos?

Calcado nessa dúvida, o Almirante-de-Esquadra Mário César Flores orienta seus comentários e sugestões.

Segundo o autor, o conteúdo do artigo, extraído da "Revista Marítima Brasileira" (Edição Jan/Mar 88), aplica-se, com adaptações simples, a todo o Poder Militar Brasileiro.

O PROBLEMA

O preparo do Poder Naval¹ brasileiro está submetido a uma dificuldade tão importante quanto a carência de

recursos, a saber: a insuficiente consistência das convicções estratégicas que o orientam. Resulta daí ser difícil estabelecer um entendimento de amplo consenso, duradouro e objetivamente

1. Este artigo está centrado no Poder Naval, mas seu conteúdo aplica-se, com adaptações simples, a todo Poder Militar brasileiro; em vários pontos do texto foi mesmo impraticável falar apenas em Poder Naval.

te seletivo, sobre a Marinha dos próximos 10 a 30 (ou mais) anos, período para o qual são adotadas agora importantes decisões de aprestamento.

A prática atual é melhor do que a vigente quando os meios eram selecionados (dir-se-ia melhor, aceitos) de listas de disponibilidade do Military Assistance Program (MAP), naturalmente influenciados por interesses norte-americanos. Assim, é certo que o programa de preparo naval hoje vigente está montado sobre fundamentos razoavelmente articulados que, na oportunidade de sua formulação, foram admitidos como adequados para o Brasil. Entretanto, embora reconhecendo que já demos bons passos adiante, seria temerário afirmar que esse programa é perfeito (não consideradas, é claro, as limitações impostas pela falta de recursos), pois alguns de seus alicerces conceituais são, no mínimo, vulneráveis a dúvidas que emergem com o passar do tempo.² Para esclarecer melhor isso, são aqui mencionadas três famílias de dúvidas importantes (mas não as únicas com que devemos nos preocupar):

1^{a)}) as idéias sobre o emprego da Marinha, que condicionam a configuração do nosso poder naval, são adotadas e desenvolvidas sem a orientação de uma

política de defesa a que elas serviriam em nível estratégico operacional. Além disso, elas são estruturadas na pressuposição de que continuam válidas as concepções clássicas da guerra no mar, formuladas em função de cenários políticos, estratégicos e tecnológicos do passado, de outros países e de outros oceanos, distintos do atual e do nosso. Finalmente elas, de certa forma (mas não apenas), em virtude da falta de uma política de defesa e das particularidades das concepções clássicas, tais idéias não se conjugam de forma bem coordenada numa estratégia militar interdependente, cuja importância é maior hoje do que foi no passado, porque a tecnologia moderna exponencia a influência mútua entre as estratégias naval, terrestre e aérea. Podemos estar seguros de que essas falhas de condicionamento não comprometem a adequação do Poder Naval que imaginamos apropriado?

2^{a)}) o exame de situação que apóia a definição do que julgamos necessário é alicerçado sobre dados atuais ou estimados para o futuro de curto prazo. Contudo, qualquer projeto naval complexo, hoje iniciado, só dará frutos concretos após 10 ou mais anos. Não seria mais razoável

2. O autor aceita essa afirmação como uma autocritica, em face da sua participação, no preparo do programa.

portanto, correr o risco de apoiar a definição das necessidades e o programa decorrente, sobre uma prospecção de maior prazo?³ Será que estamos certos quando planejamos um poder naval para proteger interesses marítimos atuais contra as ameaças hipotéticas que julgamos mais verossímeis hoje, sabendo que a consecução do planejado se estende por decênios, ao longo dos quais a situação não cessa de mudar?⁴ A reciclagem do planejamento reduz as dimensões do erro possível, mas não pode eliminá-lo de todo, e

3^{a)} por influência de idéias navais que tiveram (e ainda têm hoje) boa aceitação em grandes potências marítimas, há anos repetimos que o Brasil precisa dispor de Marinha *balanceada*, expressão muito citada mas pouco analisada em profundidade. Praticamente, nunca estudamos com cuidado a seguinte questão: deve o conceito de *balanceamento* implicar em preocupações mais ou menos iguais para as três tarefas clássicas do Poder Naval (o controle de áreas marítimas, a negação do uso do mar e a projeção sobre terra)? Se conseguirmos superar a tendência brasileira à conciliação de

perspectivas, que é sempre um risco no campo militar, provavelmente concluiremos não ter cabimento o conceito abstrato de *balanceamento*. Cairemos afim em questões que normalmente apenas tangenciamos, para poupar-nos de contrariedades e dissabores setorizados: *balanceamento* em função de que finalidade(s), teatro(s) e ameaça(s)? Qual(is) a(s) missão(ões) prioritária(s) que decorre(m) de tal(ais) finalidade(s)? Note-se a estreita vinculação desta terceira família de dúvidas com a falta de conceituação superior (menionada na primeira).

Sintetizando e concluindo essas dúvidas que, repito, não são as únicas de citação possível: a ausência de uma política de defesa que reflita o entendimento nacional sobre os problemas brasileiros de segurança, a natural inclinação humana no sentido de serem evitados os riscos inerentes às previsões de maior prazo e a força conservadora de conceitos e modelos estrangeiros, clássicos e atuais, nem sempre coerentes com nossos problemas, tendem a debilitar o apoio conceitual do preparo da Marinha. Destaco, por sua importância de alicerce básico, o

3. O autor não conhece o planejamento da Força Terrestre 2000/2015 (FT 2000/2015), mas supõe que o Exército Brasileiro tenha empenhado nele algum esforço de perspectiva de longo prazo.

4. Por exemplo: há 10 anos era muito importante para o País o petróleo que chegava ao Brasil pela rota do Cabo e sua proteção preocupava com prioridade; hoje, sua importância é menor e segue decrescendo.

fato de que se não proporcionarmos melhor oxigenação nacional para a inspiração político-estratégica desse preparo, ele continuará sujeito aos ventos personalistas e às conjunturas passageiras.

O texto que se segue desenvolve essas idéias e é encerrado com algumas sugestões para estimular, ainda que paulatinamente, a correção necessária.

AS QUESTÕES BÁSICAS

Iniciemos abordando o *pecado original* da sistemática que rege o planejamento do processo naval brasileiro ou, melhor dizendo, do preparo de todo o Poder Militar brasileiro: a ausência de uma conceituação nacional sobre nossa segurança. Dizendo de outra forma: falta-nos uma política de defesa (que conteria uma parcela naval) formulada com assessoramento e influência militar e consentânea com a percepção nacional da segurança do País, cujas diretrizes balizariam o preparo militar/naval; falta-nos a macroinspiração do que deva ser o Poder Militar em geral e a Marinha em particular; falta-nos identificar os cenários de segurança presumíveis como prioritários nos próximos decênios e que papel e objetivos ca-

bem à ação militar/naval em tais cenários.

A ausência dessa orientação básica gera duas consequências graves: a fragilidade do compromisso político, administrativo e público com o preparo militar e a possibilidade usufruída pelas Forças Armadas de manipularem alguns conceitos paroquiais em proveito de seus interesses corporativos, em detrimento da harmonia do conjunto. Os sintomas da falta de compromisso civil são sensíveis no desinteresse político pelos caminhos do aprestamento das três Forças; os da falta de harmonia militar transparecem dos anos 50 aos 60, quando a Marinha, obcecada com a idéia de uma nova *batalha do Atlântico*, se preparava para guerra anti-submarino, o Exército para a segurança interna e a Força Aérea se dividia entre a integração nacional, a segurança interna e a defesa externa.

Resulta disso tudo uma associação deficiente entre as estratégias⁵ das três Forças, com reflexos sobre o nível operativo. Resulta também uma falta de clareza sobre o relacionamento entre o preparo militar, a política externa e a ordem interna, bem como sobre o relacionamento entre o preparo do Poder Militar e o desenvolvimento industrial,

5. Neste artigo, a palavra estratégia tem um significado amplo, abrangendo a faixa que vai das concepções gerais sobre o emprego do Poder Militar e seus objetivos ao nível da manobra operacional; ela só não abrange o nível tático.

modo de ver e resolver a segurança do Brasil no mar. Dessa forma, embora existam oficiais brasileiros capazes de pensar revisões conceituais, o normal é que eles se inclinem à conciliação com a ortodoxia, em razão de alguns fatores como: a disciplina assimilada até em nível do inconsciente, o fascínio da formação clássica de inspiração externa, o costume conformado que advém do exercício contínuo das mesmas idéias e, admitmos, a compreensível prudência com a carreira.

Se não conseguimos livrar da condição de heresia as dúvidas sobre conceitos tradicionais, não será possível rever os rumos do preparo naval. Essa revisão seria, é certo, ajudada pela existência de uma moldura de orientação nacional que propiciasse estímulo e amparo a opções conceituais novas, mas ela depende muito da formação dos oficiais, que precisa evoluir no sentido de facilitar o debate em torno de conceitos diferentes. A importância dessa questão leva este artigo a tratar agora de algumas idéias que condicionam tal formação.

A Marinha brasileira tem sido muito influenciada pela atração exercida por concepções estratégicas ou modelos estrangeiros bem-sucedidos algures, em

alguma época, quer porque os julgamos corretos (mais ou menos à revelia das situações específicas que possam vir a exigir o emprego do nosso poder naval), quer porque segui-los é útil ao prestígio naval brasileiro.⁸ Seria prudente, portanto, não descartar de todo a hipótese de que estamos cometendo um ou outro equívoco, por força da influência de valores conceituais não necessariamente corretos para o Brasil.

Desenvolvemos um pouco mais o tema do parágrafo anterior.

Tal como ocorreu com os ingleses que o inspiraram e com os alemães, norte-americanos e russos, que procuraram segui-lo, cultivamos no Brasil o ideário de Mahan, fundamentado na era imperial-marítima dos séculos passados. Esse cultivo talvez não mereça a fé que lhe é dedicada por nós, pois o problema marítimo inglês dos 1600 ao início dos 1900, o desafio alemão à supremacia inglesa no mar no início do século XX, a ascensão global dos EUA, posterior à guerra com a Espanha, e as presentes injunções marítimas das pretensões mundiais da URSS não correspondem aos problemas navais previsíveis para o Brasil.

Ademais, continuamos a aceitar as teorias estratégicas

8. Trata-se de uma imperfeição que não é monopólio da Marinha: qualquer grande instituição procura sempre inflacionar sua própria estatura.

da batalha decisiva (com seu apêndice da esquadra em potência), da *jeune école* e da guerra do corso e desgaste, com pouco empenho nesta questão crítica: em face do que se imagina sobre o futuro do Brasil e da sua segurança no mar, o que se pode inferir de concreto dessas teorias, para orientar o preparo naval brasileiro? Aparentemente, o estudo dessas teorias tem sido mais útil para formar uma moldura cultural, uma abstração pouco objetiva, do que para ajudar a configurar racionalmente nossa Marinha em função de estratégias necessárias e praticáveis.

Ademais, como foi deixado entrever na apresentação da primeira família de dúvidas (item 1), as teorias clássicas foram formuladas sobre quadros políticos, estratégicos e tecnológicos que mantinham discretas as interferências mútuas e facilitavam a distinção estratégico-operacional entre as guerras naval e terrestre (e, de certa forma, também a aérea, se bem que essa com fundamento em premissas ainda não testadas nos anos 1920 e 30, quando foi desenvolvida sua teoria). É preciso analisar bem essas concepções do passado à vista das influências atuais (sobretudo as operativas

afetadas pela tecnologia moderna), sem o que será difícil superar tal distinção, que é incompatível com as características dos conflitos modernos.

Vamos ampliar um pouco a questão das concepções tradicionais cultivadas idealmente na Marinha.

Durante vários decênios, vivemos obcecados com a ameaça submarina (alemã e soviética) vinculada à visão mahaniana do mundo marítimo (diga-se, de passagem, que essa tendência do pensamento naval brasileiro foi muito ajudada pelo proselitismo doutrinário e material das potências predominantes).⁹ Ao fim dos anos 1970, descobrimos que nossa obsessão, bem usada pelo MAP entre 1952 e 1975, havia ajudado a retardar o desenvolvimento naval brasileiro e prejudicara o preparo da Marinha para qualquer outra ameaça. Ao mesmo tempo, começávamos a tomar conhecimento da pequena atenção atribuída pelos EUA ao Atlântico Sul, cuja importância é, aparentemente, figura destinada a apoiar a tentativa de manter algum grau de tutela estratégica (que fora intensa nos anos críticos da guerra fria) centrada na proteção anti-submarino das comunicações.¹⁰ Toda essa si-

9. É curioso que oficiais de Marinha que criticam o *douhetismo* da FAB imaginem para o Brasil um poder naval de inspiração no mundo imperial-marítimo extinto em 1945 (salvo para as superpotências, com limitações).

10. Algumas manifestações sobre a estratégia naval do Governo Reagan não escondem a modéstia das preocupações com o hemisfério sul.

tuação e sua evolução pouco sofreram a influência de opiniões e instituições de fora do universo militar/naval, as quais, praticamente, só se interessavam pela presença militar na política e segurança interna.

Só recentemente passamos a considerar, ao menos em nível de debate e dúvida (as medidas concretas ainda são tímidas), a diversidade operacional exigida em conflitos limitados, no controle de crises e na proteção de interesses marítimos. Enfim, nas várias hipóteses de emprego do Poder Naval de ocorrência mais provável e mais condizente com as possibilidades e limitações do Brasil, no horizonte temporal do aprestamento hoje esboçado.

Essa lenta evolução vem se processando, até agora, apenas por inspiração naval, isto é, por inspiração das discretas mudanças no pensamento naval. Continuamos sem respostas para algumas perguntas político-estratégicas condicionadoras do preparo naval (respostas essas que, julga o autor, não devem ser dadas apenas pela Marinha), tais como: tendo em vista nossa situação econômica e social, o caráter nacional brasileiro (conciliador e pouco propenso ao exercício de hegemonia) e a provável persistência do presente esquema de poder militar no mundo, que continuará privilegiando as super e grandes potências atuais, o Brasil conti-

nuará a ser, nos próximos 10 a 30 (ou mais) anos, apenas uma potência média com responsabilidades muito limitadas? Deve nossa Marinha restringir-se a uma visão regional e próxima, típica de potência secundária, ou precisa preocupar-se com um papel mais amplo, relacionado com hipotéticos conflitos globais ou limitados, mas distantes? Cabe ao Brasil um papel naval saliente no Atlântico Sul nos próximos 10 a 30 anos e, mesmo que caiba, qual é, realisticamente, o significado concreto de tal papel em áreas distantes? De conformidade com as respostas às perguntas supra, que macroobjetivos de segurança deverão pautar o preparo naval? Que tipo de poder naval precisamos ter: defensivo de curto alcance? Com capacidade ofensiva e, nesse caso, para quê? Dissuasor de perturbações dá ordem regional? Apto a persuadir estabilidade e ordem e a controlar crises (de que tipo, onde)? Temos que pensar em implementação do direito do mar? Onde? Só nas águas jurisdicionais brasileiras ou também fora delas?

Para responder a essas perguntas, precisamos ser prudentes com o fascínio da grandeza, inócuo porque desprovido de alícerces reais. E precisamos de coragem intelectual e apoio no consenso nacional; só com uma e outro será possível definir, sóbria e realisticamente, as pre-

cupações navais prioritárias e o respectivo alcance geográfico.

Em sequência às perguntas político-estratégicas básicas, caberiam algumas complementares, fundamentalmente (ainda que não apenas) profissionais (uma ou outra talvez seja atendida pela resposta a alguma das perguntas básicas); definido o papel (as finalidades) do nosso poder naval, que importância relativa teriam as tarefas navais clássicas (controle de área, negociação do uso do mar e projeção de poder)? Que papel entendemos possa caber à FAB no mar e sob que sistemática de integração com a Marinha? Que tipo de capacidade aérea embarcada (disputa de controle de área? Defesa aérea local? Projeção sobre terra?) é requerido (se for)? Que papel cabe à arma submarina no contexto marítimo brasileiro? Precisamos contar com capacidade de disputar o controle de áreas marítimas em batalha? Em caso afirmativo, até onde (geograficamente) e em que tipo de disputa (engajamento aeronaval, de superfície, ações submarinas)? Ou basta-nos a capacidade de escoltar tráfego marítimo contra o corso submarino e, nesse caso, qual tráfego (por suas essencialidades) e onde? Qual é o presente significado operativo da proteção do tráfego marítimo? Que papel podemos inferir para a guerra de minas no problema naval brasileiro? Preci-

samos de que tipo de capacidade de projeção sobre terra? Assalto clássico, controle de crises, incursões, bombardeio aeronaval/naval? Cabem à Marinha encargos de guarda-costas e, em caso afirmativo, com que grau de empenho relativo em face das preocupações militares?

Todas essas questões afetam a formulação de uma estratégia naval brasileira que não seja uma mera abstração ideal em que as concepções clássicas são mais ou menos compatibilizadas com as limitações dos recursos e com algumas idéias de trânsito tranquilo. Trata-se de um problema grave que, se mal conduzido, pode proporcionar ao Brasil uma Marinha imprópria porque incoerente com o País dos próximos decênios; estaríamos repetindo o equívoco da Esquadra de 1910, que estava além da capacidade de apoio brasileiro e foi de pouca utilidade na Primeira e de nenhuma na Segunda Guerra Mundial.

O QUE FAZER?

Em primeiro lugar, faz-se necessário buscar um melhor entendimento com os mundos político, administrativo, científico, econômico e cultural, capaz de conferir às idéias de emprego do Poder Naval e ao seu preparo o indispensável respaldo civil, o respaldo da Nação. Isso é uma

questão importante, pois não se improvisa um poder militar moderno sob a pressão de uma ameaça francamente perceptível que surja inopinadamente e, ademais, não é possível ser eficaz no campo militar, à revelia da vontade nacional e das possibilidades do País. É preciso discutir com o Congresso e outras instituições civis as bases conceituais políticas, sócio-econômicas e tecnológicas das idéias sobre o emprego hipotético do Poder Militar/Naval, pois essa é a única forma de associar o mundo civil com o seu preparo. É óbvio que ocorrerão dificuldades, resultantes não apenas da rejeição ou apatia civil pelos assuntos de defesa, mas principalmente da insuficiência geral de cultura estratégica (ela própria um efeito da rejeição ou apatia e da ausência de ameaça sensível); por isso, o processo será lento e longo, mas terá que ser enfrentado usando-se todos os foros e meios disponíveis, inclusive a imprensa.¹¹ A oportunidade histórica que estamos vivendo é propícia à renovação de métodos e idéias. Se não a aproveitarmos, continuaremos a trabalhar sobre conceitos ilusórios e desprovidos de apoio nacional; continuaremos a conviver com preconceitos e mal-entendi-

dos prejudiciais à segurança da Nação.

Seria de todo conveniente que os oficiais antigos em geral (já com o último curso da EGN, que os prepararia para isso) atuassem nesse sentido, sempre que tivessem oportunidade de fazê-lo. Deveriam eles procurar debater as questões político-estratégicas mencionadas no final do item 2, complementando-as com outras questões de natureza similar ou distinta, como a nacionalização dos meios (suas possibilidades, limitações e injunções sobre as políticas industrial e de desenvolvimento científico e tecnológico).

Em segundo lugar, a Marinha tem que conviver naturalmente com a emersão de dúvidas e alternativas para algumas idéias de emprego do Poder Naval, hoje tranquilamente aceitas, embora comprometidas em sua execução pela falta de recursos para o preparo da Marinha exigido por elas. Essa situação de descompasso entre o ideal discutível e o indiscutivelmente inexequível, é perigosa porque propicia a criação de simulacros de conceções estratégico-operacionais, que servem para encaixar ilusoriamente no ideal estratégico a realidade prática comandada pela logística deficiente; ela

11. Já existem em algumas universidades setores preocupados com defesa, indústria militar e assuntos afins. As federações industriais, os institutos de estudos políticos, econômicos e sociais (IUPERJ e IEPS no Rio, Convívio em São Paulo etc.) e outras organizações similares deveriam ser também engajadas.

confere ao preparo do Poder Naval um respaldo teórico que compromete sua eficiência por não corresponder aos cenários reais.

Tais dúvidas e alternativas dependerão, a curto prazo (enquanto não tivermos pensadores civis envolvidos com temas estratégicos, como ocorre em muitos países), da iniciativa inovadora de oficiais que, por sua cultura e preparo, são capazes de assumir posições vanguardistas. Esses oficiais devem ser encorajados à produção e ao debate, mas é provável que eles encontrem alguma resistência, pois as grandes organizações hierarquizadas e burocratizadas estão melhor condicionadas para trabalhar idéias clássicas. As opções decorrentes da inquietação e das dúvidas devem, porém, merecer uma criteriosa e profunda avaliação, para a qual são úteis, se não essenciais, as ferramentas modernas constituidas pela pesquisa e análise operacional, servida pelos mecanismos da simulação e informática (o que já é, em si, uma opção singular que foge dos padrões tradicionais de avaliação e tomada de decisão).

A evolução tramita necessariamente pela formação de alto nível dos oficiais, que precisa ser ajustada à realidade e à complexidade do País e do mundo moderno. Esse é o caminho

mais seguro para que tenhamos condições de equacionar o preparo naval com boa probabilidade de acerto, em função das influências dos campos político, sócio-econômico e tecnológico nacionais e internacionais, que terão evoluído muito dentro de 10 a 30 anos, quando amadurecerão na disponibilidade prática os projetos mais complexos agora concebidos.

Além de estimular a prática de cursos civis (sem prejuízo do serviço), há que se aprimorar os currículos da Escola de Guerra Naval, com a introdução do estudo formal de História, Economia, Sociologia, Teoria Política e Política Internacional (referenciando-o ao cenário de interesse mais imediato para o Brasil), o aperfeiçoamento do estudo de Estratégia (ver nota de pé de página nº 5), hoje abordada em nível de ilustração cultural e maior ênfase na interdependência entre as três Forças. Conviria proporcionar aos cursos da EGN, pelo menos ao mais alto, uma orientação que servisse mais para estimular o pensamento do que para fazer crer em certezas. Conviria também aumentar naquela Escola o intercâmbio (já existente) com o mundo político, diplomático, administrativo, científico e acadêmico, discutindo-se as perguntas do fim do item 2 (e outras adicionais) e explorando-se a prospecção,

com apoio em instituições e pessoas aptas para tanto.¹²

O intercâmbio com o mundo civil deve incluir também o estímulo naval às instituições políticas, acadêmicas e culturais, bem como aos órgãos de divulgação que se propuserem a ampliar a cultura estratégica brasileira.

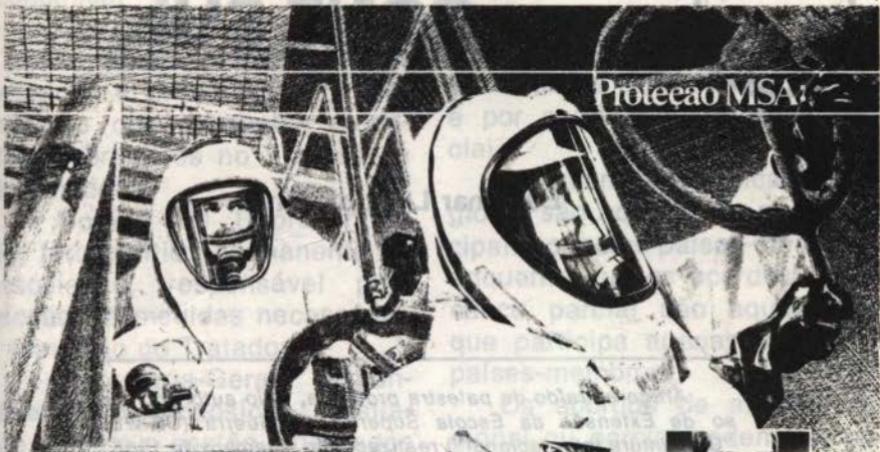
As providências e a evolução preconizadas acima (todas relativamente complexas) não produzem efeitos imediatos: seus reflexos concretos só surgirão na década de 1990 e no século XXI. Mas a despeito das dificuldades e da longa maturação do processo, é preciso encará-lo e iniciá-lo, sem o que estaremos fugindo à obrigação de prever e projetar soluções corretas para os problemas de segurança que poderão exigir o empenho naval no futuro. Soluções tanto mais difíceis porque vivemos em ebulação política, econômica, social e tecnológica geradora de conflitos de toda ordem, ao mesmo tempo em que cresce exponencialmente os custos do Poder

Militar, que compete com necessidades sociais e econômicas prementes. Para o encontro de tais soluções, os conceitos clássicos de nossa formação profissional podem ser úteis como um, mas não como o único apoio conceitual a ser considerado. É preciso aceitar a inovação e o concurso do entendimento nacional; não se trata de renegar *in limine* os caminhos antigos, e sim de conciliar a coragem renovadora com a prudência conservadora, uma e outra perigosas quando isoladas, mas úteis em combinação bem dosada.

Falamos comumente em autonomia logística, hoje erigida em meta das Forças Armadas brasileiras. Contudo, pouco falamos de autonomia no campo das concepções estratégicas. Temos que reconhecer, porém, que, sem essa, aquela perde sentido prático. Procuremos ambas, portanto.

Rio de Janeiro, dezembro de 1987.

12. Uma evolução curricular dessa natureza provavelmente exigiria uma ampliação da carga dos cursos básicos nas disciplinas profissionais (Operações Logísticas, Planejamento Militar) e, talvez, a criação de curso rápido operativo e logístico (não na EGN) para oficiais do Corpo da Armada, similar ao que é para os fuzileiros navais o Curso Avançado de Operações Anfíbias.



**Nossa qualidade
é a sua segurança.**

Proteger seus funcionários é uma responsabilidade que a MSA do Brasil possui, mais do que qualquer outro fabricante de equipamentos de segurança. Portanto, desenvolvemos e fabricamos uma grande variedade de produtos para proteção, onde você pode escolher o que melhor se adapte às suas necessidades.

Protocollo respiratorio

Proteção respiratória — Possuímos mais de 30 respiradores aprovados para proteção contra uma grande variedade de gases tóxicos, vapores, poeiras, neblinas, fumos e material radioativo.

Instrumentos — Para detec-

indicar, sinalizar, medir, analisar ou controlar contra os perigos de gases tóxicos e combustíveis, ou deficiência de oxigénio. Instrumentos portáteis

Proteção para a cabeça — Bonés

e capacetes para utilização na indústria, na construção civil, bombeiros, mineiros e outros.

Proteção para os ouvidos—Os plugs e protetores auriculares MSA protegem os ouvidos contra ruidos

em fábricas e aeroportos, onde são utilizados aparelhos de ar com osmídos, turbinas e perfuratrizes.

Protocolo para fases e filhos

A MSA oferece mais de 20 tipos diferentes de óculos protetores industriais, para respingos químicos, para soldadores, desbastadores, visitantes de fábricas, etc.

Também oferece peças faciais e acessórios.

Proteção para o corpo — A MSA fabrica cintos e roupas para várias aplicações especiais — roupas : para proteção contra produtos químicos, resistência ao calor do fogo, com circulação interna de ar, que protegem contra contaminantes e luvas, para quando todo tipo de trabalho.

Como a qualidade do produto determina a qualidade da proteção, desenvolvemos e construímos a qualidade MSA em cada um dos produtos que fabricamos. Tais produtos são fabricados no Brasil, reunindo a tecnologia mundial da MSA com o know-how e matérias primas brasileiras. Para maiores informações, consulte a MSA do Brasil.



MSA

MSA do Brasil - Equipamentos e Instrumentos de Segurança Ltda., Av. Roberto Gordon, 58, Diadema – São Paulo, Cx. Postal 376 – CEP 09900, Tel (011) 445-1499 – tele (011) 44241 MSA do Brasil
MSA International – 1000 Penn Center Boulevard, Pittsburgh, PA 15222 USA – series 824-9,
Mexico, Holland, B.V., Simón Bolívar 100, Col. Ejido, Cuernavaca, Morelos, México, 62200
Mexico, Holland, B.V., Simón Bolívar 100, Col. Ejido, Cuernavaca, Morelos, México, 62200
un representante nas principais cidades do mundo.



AMÉRICA DO SUL — CONE SUL

Euclimar Lima da Silva

Artigo extraído de palestra proferida, pelo autor, no Curso de Extensão da Escola Superior de Guerra (CE-v/88, "Conjuntura Internacional") realizado em setembro de 1988.

Aborda, inicialmente, a ALADI — seus mecanismos e os obstáculos que enfrenta. Apresenta, a seguir, breve comentário sobre cada um dos países do Cone Sul e seu relacionamento com o Brasil, e enfoca aspectos da integração Brasil-Argentina-Chile-Paraguai-Uruguai. Tece, finalmente, algumas considerações sobre os interesses brasileiros na área, concluindo sobre a importância da ampliação de um mercado comum e os aspectos inerentes à integração como um todo.

A ALADI E SEUS MECANISMOS

Criada pelo Tratado de Montevideu, em 1980, em substituição à extinta ALALC; a ALADI destina-se a promover a expansão do comércio intrazonal e tem, como objetivo final, o estabelecimento de um mercado comum latino-ame-

ricano, contando com os seguintes países-membros:

Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Na sua estrutura, conta com os seguintes órgãos:

— Conselho de Ministro das Relações Exteriores, órgão supremo da ALADI, responsável

pela condução da política superior do processo de integração econômica;

- Conferência de Avaliação e Convergência, responsável por examinar e promover o funcionamento dos diferentes mecanismos previstos no Tratado de Montevidéu;

- Comitê de Representantes, foro político permanente da Associação, responsável pela adoção de medidas necessárias à execução do Tratado;

- Secretaria-Geral, responsável pela proposição, avaliação, estudo e gestão, orientados para melhor consecução dos objetivos da Associação.

Os países-membros acordaram que o Tratado deve ser aplicado segundo os princípios de pluralismo político e econômico; de multilateralização progressiva dos acordos de alcance parcial, de flexibilidade, de multiplicidade de formas de ajuste e de tratamento diferencial de acordo com o grau de desenvolvimento. Há três categorias de países: de menor desenvolvimento relativo (Bolívia, Equador e Paraguai), de desenvolvimento médio (Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela) e os demais (Argentina, Brasil, México).

O objetivo das normas do Tratado é a promoção e a regulamentação do comércio, a complementação econômica e a implementação de ações de cooperação econômica que am-

pliem os mercados. Nesse sentido, os países-membros estabelecem áreas de preferências econômicas, compostas por uma preferência tarifária regional, por acordos de alcance regional e por acordos de alcance parcial.

Os acordos de alcance regional são aqueles de que participam todos os países-membros, enquanto que os acordos de alcance parcial são aqueles de que participa apenas parte dos países-membros.

Os acordos de alcance regional ou parcial podem ser comerciais, de complementação econômica, agropecuária, de promoção de comércio, ou de outras modalidades, por decisão dos países-membros.

OBSTÁCULOS À INTEGRAÇÃO

A América Latina, independentemente de país, está envolvida numa grande guerra: na guerra pela superação da fome, das doenças, do analfabetismo, das disparidades inter-regionais, do subdesenvolvimento científico, cultural, tecnológico, e sobretudo social, que nos aflige, em maior ou menor grau, a todos. É uma guerra que, para ser vencida, exige, sobretudo, autoconhecimento e soma de esforços, integração, enfim.

O relacionamento entre os países da América Latina não se

tem pautado por esse sentimento de identidade. A heterogeneidade econômica e social dos países da região é, concomitantemente, o motor e o entrave da integração.

Outros obstáculos podem ser alinhados, tais como: as disputas e tensões entre alguns governos; a ausência de apoio às instituições e mecanismos de integração; a inexistência de uma visão clara e equilibrada acerca dos legítimos interesses nacionais, em comparação com os benefícios que, a longo prazo, levasse uma maior unidade econômica e política entre os países da região; a escassa participação dos diversos segmentos sociais e políticos.

Provavelmente, uma das carencias principais que afeta os processos de integração sub-regionais tem sido a falta de um apoio permanente e estável dos países maiores de cada esquema, a ausência de um projeto político que os sustente e a seleção de setores ou atividades prioritárias em torno dos quais gire o processo.

Por outro lado, existe uma grande resistência dos governos em avançar nos mecanismos de caráter multilateral devido, em parte, à dificuldade em precisar objetivos de longo prazo, causada pela crise. A grande maioria dos governos da região não está em situação de assumir os riscos do cumprimento de obri-

gações muito amplas e de resultados incertos.

OS PAÍSES DO CONE-SUL E SEU RELACIONAMENTO COM O BRASIL

Na integração da América do Sul, o Cone Sul reveste-se de importância fundamental para o Brasil, não só pela proximidade geográfica mas, também, pelos laços históricos existentes, razão pela qual teceremos alguns detalhes a respeito de cada país, separadamente, sobre seus aspectos de política externa atual e relações com o Brasil.

ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA ATUAL DA ARGENTINA

A recuperação da imagem externa do país tem sido um dos objetivos prioritários do governo constitucional, inaugurado em 1983.

Uma característica básica da atual projeção externa da Argentina é justamente o emprego de uma diplomacia de cunho "personalista", centrada no prestígio pessoal do Presidente Alfonsín, que vem intensificando seus contatos internacionais.

As bases doutrinárias da política externa têm sido reiteradas em pronunciamentos do Chanceler Caputo e do próprio

Presidente Raul Alfonsín, que se preocupam em reafirmar o caráter democrático, pluralista, ocidental, não-alinhado e pacífico da projeção internacional argentina.

Com efeito, o governo de Buenos Aires considera hoje que América Latina constitui o cenário privilegiado para a reinserção internacional da Argentina democrática. Nesse contexto, o processo de integração iniciado com o Brasil tem uma dimensão política fundamental, além de suas implicações econômicas. Ainda no plano regional, cabe registrar que, desde algum tempo, o Presidente Alfonsín vem manifestando, de forma mais ou menos explícita, seu desejo de promover uma reunião de cúpula latino-americana.

A partir do segundo ano de sua administração, a política econômica do governo passou a ser um fator determinante na articulação das prioridades da diplomacia alfonsinista. Essa tendência se vê reforçada pela evolução recente da conjuntura interna. No plano econômico externo, cabe salientar o êxito obtido pela Argentina na renegociação de parte de sua dívida externa com os bancos credores privados e, mais recentemente, com o "Clube de Paris", assim como a possibilidade de ingresso de "dinheiro novo" por meio de financiamento do Banco Mun-

dial. Por ocasião de sua última viagem ao EUA, Alfonsín chegou a qualificar a atual evasão de divisas da América Latina como um "Plano Marshal ao revés".

ASPECTOS DAS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA

Desde a celebração do acordo sobre o aproveitamento de Itaipu e Corpus, em 1979, que superou a última controvérsia grave então pendente, as relações entre o Brasil e a Argentina têm-se caracterizado por um elevado nível de entendimento e cooperação. A redemocratização de ambos os países desempenhou papel importante neste processo, ao facilitar a abordagem comum de uma série de temas da política internacional, com incidência em aspectos das respectivas políticas nacionais. Da mesma forma, o peso da crise mundial terá atuado como elemento aglutinador, capaz de resgatar, em especial do lado argentino, a tese da validade do entendimento prévio e solidário dos dois países em termos de autonomia regional. A conceituação da Argentina como "país ocidental, não-alinhado e em vias de desenvolvimento", feita pela Administração Alfonsín, ao anunciar as premissas de sua

política externa, abriu também caminho à exploração sistemática de alternativas de colaboração com os países latino-americanos e, em especial, com o Brasil.

Esse clima favorável ao desenvolvimento das relações bilaterais tornou propícias as condições para a realização do encontro de Iguaçu, de 29 e 30 de novembro de 1985, entre os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, quando foi inaugurada a "Ponte Presidente Tancredo Neves". Os documentos firmados na Declaração de Iguaçu e a Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear, permitem-nos avaliar a reunião presidencial como marco fundamental nos esforços empreendidos pelos dois países, no sentido de uma colaboração durável e de efeitos mutuamente benéficos.

Outros encontros presidenciais se seguiram, ampliando quantitativa e qualitativamente o intercâmbio econômico-comercial bilateral e intensificando a freqüência do diálogo entre os dois governos e entre as respectivas comunidades nacionais.

Os significativos avanços no processo de integração e a ampla gama de programas de cooperação em distintos setores compõem um nível de entendimento sem precedentes na história do relacionamento brasileiro-argentino.

ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA ATUAL DO PARAGUAI

As relações com a Argentina têm passado por dificuldades, sobretudo em virtude do ostensivo apoio prestado pelos radicais argentinos a políticos paraguaios da oposição, dita irregular, o que é considerado, pelo governo do Presidente Stroessner, como uma ingerência nos assuntos internos do Paraguai. O governo argentino, contudo, tem dado demonstrações de desejo de manter as relações bilaterais em um nível correto.

Quanto ao Projeto Hidrelétrico de Yaciretá, o principal empreendimento conjunto entre os dois países, do qual se esperava que viesse a constituir uma importante fonte de divisas para o Paraguai, continua enfrentando problemas e marchando com lentidão.

A tradicional desconfiança paraguaia com relação à Bolívia vinha sendo motivo para o reduzido contato que se verificara entre os dois países. Esse quadro vem-se modificando mais recentemente, talvez em função do crescente isolamento político do Paraguai no plano internacional, sobretudo em função dos projetos de integração entre Brasil, Argentina e Uruguai.

Motivados pela afinidade ideológica de seus países e pelo relativo isolamento que enfren-

tam no continente, em razão da evolução política em outros países sul-americanos, o Chile e o Paraguai têm estreitado suas relações, registrando-se uma série de visitas de altas autoridades.

No contexto multilateral, o Paraguai tem adotado posições de cunho tradicional e conservador, e buscado, de forma incessante, a cooperação financeira dos organismos internacionais de financiamento (Bird, Bid e Fonplata) e organismos especializados das Nações Unidas (FAO e OMS, entre outras), bem como a maximização dos benefícios recebidos no âmbito da ALADI. Acrescente-se, nesse contexto, a adesão do país ao SELA, ocorrido em outubro de 1986.

ASPECTOS DAS RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI

O Brasil é o principal parceiro comercial, financeiro e energético do Paraguai.

A obra de Itaipu tem alta projeção nas relações entre o Brasil e o Paraguai, a elas tendo conferido um sentido dinamizador. Foram justamente os entendimentos sobre aproveitamentos hidráulicos no rio Paraná, na década de 60 e, muito especificamente o Tratado de Itaipu, assinado em 26 de abril de 1973, que constituíram algumas das marcas fundamentais da fa-

se atual de grande intensidade no relacionamento bilateral.

Desde sua criação, em 1982, o Grupo de Cooperação Consular já se reuniu quatro vezes. O Grupo tem permitido um amplo debate em busca de soluções para questões consulares preocupantes, que poderiam repercutir negativamente nas relações bilaterais, a saber: dificuldades enfrentadas por colonos brasileiros no Paraguai; tramitação de cartas rogatórias; furto de veículos brasileiros; combate ao problema de narcotráfico; e cooperação aduaneira.

ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA ATUAL DO URUGUAI

A situação geográfica do Uruguai, sua dimensão e seu processo de formação como país independente constituem elementos fundamentais na formulação de sua política externa. Nesse contexto, é evidente a importância que assume seu relacionamento com o Brasil e Argentina e a necessidade de uma abertura do país para o exterior.

Um dos principais resultados da política externa do governo Sanguinetti, tem sido o de romper o isolamento relativo a que o país se viu condenado durante o regime militar e de retomar uma política ativa, bem acima do que seria condizente com o

seu peso específico internacional, que tantas vezes, no passado, caracterizou a atuação externa do país.

O ativismo externo do Uruguai caracteriza-se, entre outros aspectos, pela presença em diversos grupos de contatos, de ligação e de promoção de interesses comuns latino-americanos, como o Grupo de Apoio ao de Contadora, o Grupo dos Oito e o Consenso de Cartagena.

Facilita, sem dúvida, essa política, o fato de a grande maioria dos países latino-americanos viverem atualmente, como o Uruguai, em regimes democráticos. O ativismo estende-se também a iniciativas que extrapolam o seu empenho em ter uma presença perceptível nos assuntos ligados ao estabelecimento de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul, ao litígio argentino-britânico sobre as Ilhas Malvinas.

Ademais de se empenhar em manter uma intensa participação em organismos regionais (OEA, ALADI, SELA, Bacia do Prata), o Uruguai também procura seguir uma política de presença conspícua, esforçando-se por contribuir para a desobstrução de canais de negociação.

ASPECTOS DAS RELAÇÕES BRASIL-URUGUAI

As relações bilaterais Brasil-

Uruguai são marcadas pela fluidez e pelo reconhecimento da importância de que se revestem. É ilustrativo o fato de o Uruguai ter sido o primeiro país a ser visitado pelo Presidente Sarney.

Apesar de sua maior identidade étnica e cultural com a Argentina, a maciça presença brasileira, na pauta de exportações e importações do Uruguai, faz com que o Brasil assuma uma condição de maior relevância para esse país.

Neste momento, as relações políticas denotam grande grau de harmonia, em vista não apenas da semelhança dos processos de redemocratização porque atravessam ambos os países, mas também de uma postura equilibrada e moderada nas suas políticas externas, bem como do entendimento e da relação direta entre os presidentes e chanceleres, alcançados nos diversos encontros e contatos realizados.

No campo institucional, cabe destacar, entre os documentos concluídos na última década, o Tratado da Amizade, Cooperação e Comércio, de 1975, pelo qual foi criada a Comissão Geral de Cooperação Brasileiro-Uruguai, cujas delegações, conforme acordado em 1975, são presididas pelos respectivos chanceleres.

ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA ATUAL DO CHILE

Internacionalmente, a crescente democratização na América Latina aumenta o isolamento do regime chileno, sistematicamente criticado por violação dos direitos humanos e pela ausência de normalização de sua vida política.

Entre os países latino-americanos, especialmente os do sul, observa-se a inexistência de manifestações governamentais públicas condenatórias dos excessos do governo chileno, ao menos com a veemência com que outros países, sobretudo europeus, se têm expressado.

ASPECTOS DAS RELAÇÕES BRASIL-CHILE

O relacionamento entre o Brasil e o Chile apoia-se em longa tradição de entendimentos políticos e de intercâmbio comercial.

Quanto ao aspecto propriamente político do relacionamento bilateral, a presente diferença entre os regimes de governos vigentes no Brasil e no Chile acarretou um compreensível distanciamento entre os dois países. Distanciamento discreto, espelhado pela quase ausência nos últimos dois anos, de encontros de altas autoridades dos dois países.

No que se refere a Antártica,

é ainda grande a dependência brasileira do apoio logístico de Santiago para o desenvolvimento do PROANTAR.

A interpretação brasileira da atual conjuntura chilena guia-se pela estreita observância do princípio da não-intervenção nos assuntos internos de outros países, como em relação a qualquer outra nação.

INTEGRAÇÃO BRASIL-ARGENTINA-CHILE- PARAGUAI e URUGUAI

No plano bilateral, verificaram-se alguns progressos na integração regional, desde 1986. Cumpre salientar que os principais acordos nesse plano foram celebrados na esfera jurídica e institucional da ALADI evidenciando-se, desse modo, a natureza prática e flexível do Tratado de Montevidéu, de 1980, que permitiu a cristalização de ações bilaterais, sob a forma de acordo de alcance parcial, compatíveis com a preservação de uma visão de conjunto e de uma disciplina multilateral em matéria de integração regional. Os principais acordos bilaterais foram celebrados entre Argentina e Brasil e entre Uruguai e Brasil.

O Programa de Integração e Cooperação Econômica entre a Argentina e o Brasil apresenta elementos inovadores em matéria de integração regional e

obedece a uma forma prática, que leva em conta, ao mesmo tempo, a necessidade de expandir imediatamente o comércio recíproco e facilitar as medidas de ajustamento e de reforma estrutural das respectivas economias nacionais. Trata-se, basicamente, de instrumentos de comércio e cooperação econômica que, por sua natureza e características, não podem induzir, a médio e longo prazos, considerável integração e modernização econômica e tecnológica.

O acordo celebrado pelo Uruguai com o Brasil, do mesmo modo que o celebrado com a Argentina em 1985, implica no reconhecimento do tratamento diferencial entre países de graus diversos de desenvolvimento e contém amplas vantagens preferenciais para produtos originários do Uruguai.

Quanto à Argentina, as perspectivas de nosso intercâmbio a curto prazo são favoráveis, podendo se alterar, em função da eventual vitória do peronismo, ou de nova convulsão institucional, esta menos provável, embora a previsível continuidade de nossa política externa possa manter o nível das relações no patamar alcançado pelos governos Sarney e Alfonsín.

As dificuldades conjunturais da economia argentina não parecem permitir um aceleramento do programa de integração, mas

não se constitui em óbices capazes de esmaecer a vontade política até aqui demonstrada na implementação dos diversos atos bilaterais.

Quanto ao Uruguai, o fenômeno que determinou o crescimento das exportações para o Brasil, em 1986, provavelmente não atuará a partir do corrente ano. Além disso, a crise econômica do Brasil leva a crer que por algum tempo, haverá restrições comerciais que afetarão parte das exportações destinadas ao Brasil.

O Uruguai tem procurado consolidar a integração tripartite com o Brasil e Argentina.

Acima das indiscutíveis vantagens comerciais resultantes do intercâmbio entre esses países, o processo de integração do continente fortalece as democracias da região, na busca de sua identidade.

No Paraguai, poucas mudanças far-se-ão sentir enquanto perdurar o regime do Presidente Stroessner, a não ser a concessão de pequenas franquias que possam dar uma apariência de legitimidade ao governo.

No Chile, o comportamento econômico, a curto e médio prazos, constitui a maior preocupação do governo, especialmente o aumento da poupança interna para compensar a diminuição que a poupança externa continuará sofrendo.

INTERESSES BRASILEIROS NA REGIÃO

Em virtude de fatores históricos e geográficos, as relações do Brasil com seus vizinhos da parte meridional da América do Sul são densas e diversificadas. Caracterizam-se por uma longa tradição de convivência amistosa, lastreada em notável continuidade e intensidade de contato, bem como em múltiplas formas de intercâmbio e cooperação. As circunstâncias que, ao longo da história, marcaram a vida desses povos, até mesmo antes de seu surgimento como nações independentes, conferem uma dimensão particularmente relevante ao relacionamento do Brasil com a área, fazendo emergir, em boa parte dos casos, aspectos de grande sensibilidade. O Brasil é plenamente consciente das peculiaridades inerentes à Argentina, ao Uruguai, ao Paraguai e ao Chile, quer no tocante aos elementos que distinguiram esses países, em sua formação nacional, quer nas questões relativas à sua projeção internacional.

Dadas a substância e magnitude de interesses que nos ligam aos países da região, destacando-se a concretização de empreendimentos e iniciativas de vulto no plano bilateral, prestamos atenção prioritária a nossa atuação diplomática na área. Somos conscientes da im-

portância que representa o patrimônio de relações já acumulado no âmbito dessas relações e desejamos preservá-lo e ampliá-lo constantemente. Buscamos também consolidar as bases de confiança, entendimento e cooperação com nossos parceiros do Cone Sul. Sob esse ângulo, interessa ao Brasil manter constância e fluidez no diálogo com os países vizinhos, aproveitando todas as oportunidades de convergência e incrementando os esforços de colaboração igualitária e mutuamente benéfica.

CONCLUSÃO

Alguns países optaram pela liberalização de seus mercados, sem maiores preocupações com modernização ou transformação de seu parque industrial.

Outros fizeram investimentos elevados na indústria, e alguns deles como Argentina e, especialmente, o Brasil mantiveram longos períodos de desenvolvimento da indústria de base, de modernização de seu parque industrial, adquirindo ou desenvolvendo tecnologia e podendo competir no mercado mundial.

É, indubitavelmente, necessário ampliar o mercado latino-americano, inclusive porque, paradoxalmente, o desenvolvimento de alguns segmentos industriais com elevado grau de

competitividade fez renascer um crescente protecionismo tanto nos países europeus, quanto no mercado norte-americano. A ampliação desse mercado interno é um imperativo para a América Latina, posto que esse intercâmbio pode e deve ser efetuado em moeda conveniada, ou seja, praticamente sem dispêndio das divisas preciosas para todos os países.

É imperioso buscar o fortalecimento dos sistemas sub-regionais de financiamento, procurando a desdolarização do comércio recíproco e a captação de novas divisas, convergindo tudo para outorgar liquidez aos atuais sistemas de compensação em geral.

Para tal, existe a sugestão já expressa pela CEPAL, da criação de um Fundo Latino-Americano de Reservas, bem como do estabelecimento de um Banco Latino-Americano de Comércio Exterior.

Entretanto, é de fundamental importância a necessidade de entendimento de que a integração e cooperação regionais somente poder-se-ão considerar desenvolvidas, quando lograrem vincular-se integralmente às prioridades básicas dos respectivos governos nacionais e, como tal, refletidas em suas respectivas políticas econômicas.

Deve aflorar, outrossim, o conceito do sistema econômico latino-americano, voltado para a

convergência de esforços em torno de projetos específicos que criem uma verdadeira e positiva interdependência entre grupos de países, sem a qual jamais será viável a unidade regional.

É um equívoco monumental supor que a integração e cooperação serão sustentadas apenas no plano econômico, sem que haja tônica em outros segmentos significativos das preocupações sociais.

A integração tem que ser entendida pelos nacionais como parte de suas próprias aspirações, expressas através de seus respectivos movimentos políticos. Se tal não for alcançado, haveremos, novamente, de sucumbir, quer por adotar um enfoque estritamente comercial do processo, quer pela contradição entre políticas nacionais variáveis e uma política regional uniforme, fator indispensável para uma melhor integração dos países do Cone Sul e da América Latina como um todo.

Face às considerações expostas é lícito concluir a importância do Brasil nesse processo de integração, como um dos principais mentores da participação dos países do Cone Sul na solução de seus próprios conflitos, visando ao desenvolvimento e, consequentemente, à manutenção da paz e harmonia nessa região.

ANEXO**ASPECTOS DO COMÉRCIO BRASILEIRO COM OS PAÍSES DO CONE SUL****ARGENTINA****COMÉRCIO BRASIL-ARGENTINA
(EM US\$ MILHÕES/FONTE CACEX)**

ANO	(EM US\$ MILHÕES/FONTE CACEX)		
	EXPORT.	IMPORT.	SALDO
1980	1.091,5	756,6	334,9
1981	880,2	586,6	239,6
1982	666,4	550,2	116,2
1983	654,6	358,1	296,5
1984	853,1	511,0	342,0
1985	548,2	468,9	78,9
1986	688,5	676,8	11,7
1987	736,0	519,0	217,0

O Brasil constituiu, em 1986, o segundo principal fornecedor da Argentina, depois dos EUA.

O Brasil igualmente figurou, em 1986, como segundo comprador dos produtos argentinos, depois dos Paises Baixos.

As exportações brasileiras para o mercado argentino caíram, de US\$ 880,2 milhões, em 1981, para US\$ 548,2 milhões, em 1985, o que equivaleu a uma variação média real de 12,3% ao ano.

As importações brasileiras procedentes da Argentina sofreram, nos últimos cinco anos, redução média real de 6,7% ao ano, passando, de US\$586,6 milhões, em 1981, para US\$468,9 milhões, em 1985. É interessante notar que a desaceleração observada nos valores adquiridos na Argentina foi bem mais suave do que a ocorrida com as importações totais do Brasil (- 13,3% ao ano) e com os originários da ALADI (-16,3% ao ano).

Em 1985, a Argentina foi o sétimo fornecedor do Brasil. Superando 3,6% do total importado, dentro da ALADI, ocupou o primeiro lugar, com a participação de 22,1%.

competitividade fez renascer um "convergência" de esforços em crescente protecionismo tanto no âmbito de projetos específicos nos países europeus, quanto norte-americanos. Ainda assim, a ampliação das relações econômicas internacionais é algo a que já é um imperativo para a América Latina, posto que desse modo, o comércio pode e deve ser um equívoco monumental tuado em moeda convencional ou seja, praticamente, entendidas apenas pelo sistema monetário internacional, sem que todos os países,

COMÉRCIO BRASIL-PARAGUAI (EM US\$ MILHÕES/FONTE CACEX)

ANO	EXPORT.	IMPORT.	SALDO
1981	450	191	259
1982	324	167	157
1983	233	32	201
1984	334	40	294
1985	302	74	228
1986	258	57	201

Em 1987, as exportações brasileiras para o Paraguai atingiram a cifra de US\$ 260 milhões, enquanto as importações se situaram em torno de US\$ 60 milhões. Com uma alta participação de produtos manufaturados na pauta de suas exportações, o Brasil é o principal fornecedor do Paraguai e, também, o principal mercado para as exportações paraguaias. O Paraguai, em 1986, foi o terceiro comprador de produtos brasileiros na ALADI, após Argentina e Venezuela.

O programa de integração Brasil-Argentina e os entendimentos mantidos por esses dois países com o Uruguai tiveram grande repercussão no Paraguai e despertaram preocupação entre as autoridades locais.

Deve ativar, portanto, o conceito do sistema econômico latino-americano, voltado para a

vivência e conservação da paz e harmonia neesa região.



A INTEGRAÇÃO URUGUAI

**COMÉRCIO BRASIL-URUGUAI
(EM US\$ MILHÕES/FONTE FMI-BID-CACEX)**

ANO	EXPORT.	IMPORT.	SALDO.
1981	378	178	200
1982	138	151	-13
1983	104	131	-27
1984	136	123	13
1985	140	140	00
1986	203	300	97
1987	233	217	16

Apesar de sua maior identidade étnica e cultural com a Argentina, a maciça presença brasileira na pauta de exportação e importação do Uruguai faz com que o Brasil assuma uma condição de maior relevância para esse país. Em 1986, em função do grande aumento do consumo devido ao Plano Cruzado, o Brasil absorveu 27% da exportação Uruguaia, tendo também sido responsável por 25% da importação desse país.

CHILE**COMÉRCIO BRASIL-CHILE
(EM US\$ MILHÕES/FONTE CIEF-CACEX)**

ANO	EXPORT.	IMPORT.	SALDO.
1981	640	305	335
1982	288	312	-23
1983	193	164	29
1984	281	224	57
1985	238	216	22
1986	246	278	32
1987 (Jan/Nov)	305	353	-48

Entre os países integrantes da ALADI, o Chile tem sido, em anos recentes, um importante parceiro comercial do Brasil. O intercâmbio comercial bilateral (exportações versus importações, base OFB), evoluiu de maneira irregular no intervalo 1982-1986, tendo passado de US\$ 601,5 milhões para US\$525,3 milhões, significando uma taxa média de variação real de -3,3% ao ano. No mesmo período o montante comercializado com a ALADI reduziu-se em 8,3%, enquanto o intercâmbio total do Brasil mostrou retração média de 2,0% ao ano.

Em 1986, o Chile ocupou a segunda posição entre os parceiros comerciais do Brasil no âmbito da ALADI (junto à Argentina), detendo uma participação de 12,1% do total transacionado com aquela região econômica.



EUCLIMAR LIMA DA SILVA – Natural do Estado do Rio Grande do Norte, é Coronel da Arma de Cavalaria e do Quadro de Estado-Maior da Ativa do Exército (QEMA). Foi Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e Subchefe da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, tendo Comandado o 3º Regimento de Carros de Combate, com sede no Rio de Janeiro. Possui todos os cursos fundamentais destinados aos Oficiais de carreira do Exército, além do Curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas da Escola Superior de Guerra. Atualmente exerce o cargo de Chefe do Gabinete da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, (SADEN/PR).



A INTEGRAÇÃO BRASIL- ARGENTINA: RISCOS, POSSIBILIDADES E CUSTOS

Leopoldo Marmorá

"No caso das atuais tentativas de cooperação argento-brasileira, será este um fenômeno de momento, de motivações políticas apenas internas a que logo irá seguir mais uma decepção? Ou nelas estarão expressas transformações de maior alcance nos contextos nacional e internacional que permitem considerá-las a partir de outra perspectiva?"

(Transcrição de artigo publicado na revista Política e Estratégia – edição Jan/Mar 88).

A história do relacionamento bilateral entre o Brasil e a Argentina caracteriza-se pela rivalidade, quando não por uma hostilidade que remonta à época do domínio luso-espanhol na América. Durante o século XIX e até a segunda dé-

cada do século XX, os objetivos da política exterior dos dois países pouco se diferenciaram basicamente da situação herdada do período colonial.

O objetivo brasileiro era estender seu controle territorial: a Oeste, até o planalto boliviano, e

ao Sul, até a foz do Rio da Prata e à margem do Paraná – ou seja, penetrar em território argentino. De sua parte, a Argentina tratou de expandir sua influência até os antigos limites do Vice-Reino do Rio da Prata que, de 1776 até a revolução da independência em 1810, abrangiam a atual Argentina, Uruguai, a zona central do Chile e ainda a Bolívia e o Paraguai. Os dois países levaram adiante uma política expansionista e, portanto, de confronto, na região. Em consequência, a percepção recíproca era determinada pela geopolítica.

Acrescente-se que – desde a colônia até os dias de hoje – o desenvolvimento sempre foi extremamente assíncrono nos dois países² e, em suas relações extra-regionais, apresentaram sempre diferentes preferências. Por um receio quanto à aceleração ascensão econômica da Argentina e ao cerco de seus vizinhos de fala espanhola por ela encabeçados, desde o início deste século (mais precisamente, desde o final do século passado e o princípio deste, quando o Barão do Rio Branco era ministro do Exterior), o Brasil se desfez de laços com a Grã-Bretanha, voltando-se para os Estados Unidos,³ enquanto a Argentina (praticamente, até 1958) manteve firmes os antigos laços com a Inglaterra.

Na segunda metade da década de 60, as relações entre

Brasil e Argentina sofreram nova deterioração com o estabelecimento de regimes militares nos dois países, quando os geopolíticos brasileiros obtiveram acesso direto ao poder. Na doutrina de segurança nacional sustentada pelo General Golbery do Couto Silva, se vinculava o objetivo da defesa do hemisfério ocidental no sentido norte-americano a concepção geopolítica de predomínio brasileiro na região.⁴ Desde então consumou-se a ascensão do Brasil à condição de potência média no panorama internacional e o constante declínio da Argentina. Este deslocamento de poderes na região aconteceu em uma atmosfera de crise, carregada de conflitos.

Certamente o momento mais crítico do relacionamento argentino-brasileiro ocorreu na primeira metade dos anos 70. O peronismo voltara ao poder na Argentina, em 1973, o Peru era governado por militares de esquerda e o Chile, pela Unidade Popular. A campanha eleitoral dos peronistas apresentara traços fortemente antibrasileiros. A velha rivalidade entre Argentina e Brasil sobrepuinha-se ao conflito entre as esquerdas sul-americanas e o expansionismo brasileiro, por trás do qual escondia-se uma estratégia dos Estados Unidos e empresas multinacionais.⁵ No peronismo, os dois componentes – a geopolítica tradicional da Argentina e o antiimperialismo de

esquerda — uniram-se em mistura explosiva.

A pedra do escândalo foi a construção de uma represa no curso superior do Rio Paraná. Exatamente na zona onde o Paraná serve de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, os brasileiros planejaram (e a poucos quilômetros da fronteira argentina) a construção da represa de Itaipu, uma das maiores do mundo. Esse projeto foi recebido como enorme ameaça na Argentina — não era possível prever-se a continuação da navegabilidade dos rios depois do início do funcionamento da usina hidrelétrica. Isso tinha também uma primordial importância para a Bolívia e o Paraguai, pois essas vias fluviais constituíam para esses países o único acesso ao Oceano Atlântico. Daí o oferecimento do Brasil de colocar alguns portos à disposição, por detrás do quê se ocultava, mais uma vez, o velho objetivo geopolítico de separar a Argentina do Paraguai e da Bolívia.

A distensão política — Tentativa de uma integração comercial neoliberal e agravamento dos desequilíbrios existentes

Com o golpe de Estado na Argentina, em março de 1976, e a tomada do poder pelos militares, essa atmosfera foi modificando-se paulatinamente.⁶ Em consequência, houve um acordo

tripartite com o Paraguai para encerrar o conflito de Itaipu (1979) e ocorreram as visitas recíprocas dos presidentes Figueiredo e Videla.⁷ Impõe-se explicar essa mudança na Argentina. Sem dúvida, a política do ministro da Fazenda Martínez de Hoz, que tentou de todas as maneiras granjejar a confiança dos círculos econômicos brasileiros, desempenhou nisso um papel decisivo. Esse objetivo foi conseguido através de uma abertura radical das fronteiras, especialmente para os produtos brasileiros, e de tal maneira que no Brasil também (embora de início apenas nos círculos econômicos) gradualmente começou a mudar a imagem da Argentina. Uma supervalorização do peso facilitou as coisas para os exportadores brasileiros. A política de Martínez de Hoz em parte era subvencionar importações do exterior. Embora o consumo e o consenso político das camadas médias com isso tenham parecido estar assegurados por muitos anos, por sua vez essas subvenções tiveram de ser financiadas com créditos do exterior.

Desta maneira, em poucos anos as exportações brasileiras para a Argentina tiveram um grande aumento: de 349 milhões de dólares em 1978, passaram a 1,1 bilhão, em 1980.⁸ O comércio bilateral global entre os dois países quase triplicou em ape-

nas 4 anos e, em 1980, atingiu uma cifra recorde de cerca de 2 bilhões de dólares – diante dos 760 milhões de 1976.

Mas essa foi uma evolução constantemente deficitária para a Argentina. A partir de 1980, em consequência da crise do endividamento dos dois países, houve uma rápida retração comercial, que em 1985 havia retornado ao nível do início dos anos 70. E, assim, a euforia inicial do comércio terminou em um profundo desencanto.

Problemas estruturais básicos encontraram expressão com o modelo argentino ultraliberal de integração e tornaram-se mais agudos os que então obstruíram toda a cooperação econômica entre os dois países (e os que ainda hoje continuam obstruindo essa cooperação). Refiro-me ao desequilíbrio entre os potenciais econômicos dos dois países, cujo desenvolvimento foi notavelmente desigual nos últimos 30 anos. No que diz respeito a seu potencial econômico, durante os anos 30, a Argentina ainda estava muito à frente do Brasil. Até meados da década de 50 houve um equilíbrio e, desde então, o progresso brasileiro parece irrefreável – enquanto nesse mesmo período o desenvolvimento econômico da Argentina se detém e, desde o final da década de 70, experimenta um retrocesso. Em 1985, o potencial econômico da Argentina havia

voltado ao nível de 1970.

Alguns dados esclarecedores: em 1960, a população do Brasil era de 72 milhões e a da Argentina, de 20 milhões; em 1980, a população do Brasil aumentara para 120 milhões e a da Argentina, para 27 milhões – ou seja, uma relação de 3,6 a 1 passara a uma relação de 4,4 a 1. O Produto Interno Bruto brasileiro, em 1960, foi de 55 bilhões de dólares; o da Argentina, de 32 bilhões de dólares; em 1980, o PIB do Brasil chegou a 229 bilhões de dólares e o da Argentina, a 62 bilhões, transformando-se esta relação de 1,7:1 a 3,7:1. Essa divergência de desenvolvimento torna-se especialmente dramática no setor industrial. O valor agregado pelo processamento industrial no Brasil representou, em 1960, 13 bilhões de dólares e, na Argentina, 8 bilhões; em 1980, eram 63 bilhões de dólares no Brasil, diante de 15 bilhões na Argentina, com o que a relação passou de 1,7:1 a 4,1:1.⁹

De especial importância para a estrutura do comércio bilateral está o fato de que, enquanto na década de 50 dois terços das exportações argentinas para o Brasil fossem de produtos industriais e apenas um terço de produtos primários, no caso das exportações do Brasil para a Argentina, a relação era exatamente inversa. Hoje, a situação é o oposto: em 1985, 66,47% do total

das exportações para o Brasil eram de produtos primários. Apenas oito produtos naturais (trigo, azeite de soja, azeitonas, azeite de oliva, maçãs, pêras, couros e sebo vacum) representavam 51,64% do mesmo. A participação da indústria manufatureira alcançou apenas 33,43%. Ao contrário, no mesmo ano, caldeiras de aço, máquinas-ferramentas, automóveis, tratores e outros produtos da indústria química e siderúrgica representaram 70,42% das exportações brasileiras para a Argentina.¹⁰

A política de especialização unilateral das exportações agropecuárias tradicionais e, no restante, de apenas alguns poucos produtos manufaturados (e estas, por sua vez, principalmente da indústria agropecuária), praticada pelo governo Videla/Martínez de Hoz, consolidou e aguçou ainda mais esse desequilíbrio. Exatamente este demonstrou ser o maior obstáculo para uma ampliação posterior das relações comerciais bilaterais. O comércio de bens industriais promove a dinâmica diversificadora e, consequentemente, expansiva, mas impõe limites relativamente apertados à tentativa de incrementar exportações agrícolas.

A isso acrescentou-se que a abertura do mercado argentino não foi recompensada por parte do Brasil com nenhum tipo de medidas econômico-políticas equivalentes – ao contrário, o

Brasil passou a praticar uma política muito agressiva de subvenção de exportações, com uma política de importações altamente restritiva.¹¹ Na mesma medida em que o comércio entre as duas nações aumentou, do lado argentino o equilíbrio tomou um curso cada vez mais deficitário.

Finalmente, em 1982, a franca irrupção da crise da dívida e a Guerra das Malvinas puseram um ponto final à esse modelo de integração. Um mês depois do início da guerra, a dívida argentina com os exportadores brasileiros subia a cerca de 2 bilhões de dólares.¹² Todos os países da região, mas em especial a Argentina por causa da guerra, tiveram de limitar drasticamente suas importações. O comércio intra-regional deteve-se. As vendas brasileiras para a Argentina diminuíram cerca de 25%. Enquanto em 1981 a América Latina (ALADI) ainda recebia 18,07% das exportações brasileiras, esta participação retraiu-se para 9,4% em 1983 e continuou descendo até os 8,69% em 1985.¹³

Ao mesmo tempo, a estratégia de comércio exterior reorientou-se em direção aos Estados Unidos. Favorecido por sua política de câmbio e altos juros, o Brasil pôde fazer frente às perdas na região através de um aumento das vendas para o mercado norte-americano. Desta maneira, a participação das expor-

tações para os Estados Unidos no total das exportações brasileiras aumentou de 17,65%, em 1981, para 28,55%, em 1985. Em 1981, o Brasil ainda exportou mercadorias para a América Latina no valor de 4,29 bilhões de dólares e, em 1985, apenas 2,23 bilhões. Inversamente, entre 1981 e 1984, as vendas para os Estados Unidos duplicaram, passando de 4,11 bilhões de dólares a 7,71 bilhões.¹⁴

Redemocratização e integração: 1985-1986.

As relações político-diplomáticas entre Argentina e Brasil, logo revigoradas pela redemocratização instaurada nos dois países, iam distendendo-se de forma crescente, enquanto se deterioravam as relações no âmbito comercial. Quando o novo governo democrático argentino assumiu suas funções, no final de 1983, as relações comerciais bilaterais haviam atingido seu ponto mais baixo (1,012 bilhão de dólares, com um déficit de 296 milhões para a Argentina).¹⁵

Entretanto, o governo argentino mostrava-se muito otimista, no que diz respeito às possibilidades de uma cooperação recíproca e, em especial, à elaboração de uma linha conjunta de negociações com o mundo financeiro internacional. Nesse sentido, o Brasil desenvolveu uma estratégia diferente. Com

base nos excedentes resultantes de sua agressiva política exportadora e de sua política de restrição às importações; o Brasil tentou cumprir pontualmente os pagamentos, sem entrar em negociações diretas com o FMI nem com suas imposições. A diferente estratégia dos dois governos na questão da dívida externa e ainda os julgamentos das antigas Juntas Militares na Argentina dificultaram o trabalho em conjunto. Entretanto, a maior dificuldade estava na estrutura e nos pontos de estrangulamento das próprias relações comerciais. Ainda que a transição para a democracia no Brasil tenha facilitado uma aproximação a nível político, estava muito longe de favorecer-lhe a nível comercial. A morte do presidente eleito Tancredo Neves iniciou uma fase de demoras nas decisões da política exterior.¹⁶ A partir de dezembro de 1984, o conflito sofreu uma escalada e as negociações sobre questões comerciais no marco da ALADI fracassaram. Aos poucos, medidas restritivas de um lado (pêssegos, maçãs, peixe e alho, da Argentina) foram seguindo-se às do outro (bananas e café, do Brasil). Assim que chegou a data da renegociação do Acordo de Alcance Parcial nº 1, a delegação argentina ameaçou retirar da lista de preferências uma série de produtos industriais¹⁷ e, no Brasil, foi tomada a decisão política

de modificar-se substancialmente a estratégia de comércio exterior com a Argentina levada a cabo até então. Na mesma medida em que se colocaram freios nas exportações para os Estados Unidos, ganhou importância também para o Brasil, em 1985 – e em conjunto com uma série de fatores, como a redemocratização em ambos os países – a questão da integração com a Argentina.

Em maio de 1985 o governo Sarney deu o primeiro passo para o encerramento dessa guerra comercial, praticamente já declarada.¹⁸ O ponto central da política comercial brasileira já não era mais a obtenção de saldos favoráveis com o aumento das exportações e a limitação das importações, mas o incremento do volume do comércio bilateral. A tentativa do Brasil de obter excedentes e a da Argentina de reduzir seu déficit haviam levado à retração do volume total do intercâmbio. A nova concepção para a inversão desse desenvolvimento agora sustentava que o nivelamento dos desequilíbrios comerciais deveria ser buscado no nível imediato superior. Esta volta de 360 graus foi iniciada com a decisão do governo brasileiro de não prosseguir comprando mais trigo dos Estados Unidos (como maneira de nivelar os excedentes ali obtidos), mas da Argentina. Ficava livre o caminho para continuar as

atuais tentativas de cooperação.

Em novembro de 1985, os presidentes Alfonsín e Sarney puseram-se de acordo sobre um amplo espectro de assuntos e âmbitos para futuro trabalho em conjunto. Mas em muitos setores sociais, especialmente no da indústria na Argentina, esse desenvolvimento foi visto com desconfiança. Havia uma defesa contra uma possível especialização unilateral conforme o modelo "matérias-primas argentinas" (além de trigo, gás e petróleo) em troca de "produtos industriais brasileiros". Os industriais argentinos temiam a reanimação dos fantasmas da política de abertura e desindustrialização de Martínez de Hoz. Essa problemática foi o núcleo das conversações posteriores mantidas pelos dois governos, que se prolongaram até junho de 1986. No dia 29 de julho, foi assinada uma série de protocolos em que estavam consignados os resultados. Em outra conferência de cúpula, nos dias 9 e 10 de dezembro de 1986, foram aprovados cinco outros protocolos e dez documentos complementares. Com isso fixava-se o marco contratual para a integração:

- Até o final deste século, haverá uma tendência à plena integração da América Latina. Em primeiro lugar o Uruguai deverá ser incorporado, e logo a Bolívia; as negociações com

1987, inclui cerca de 600 produtos (não muitos, mas acima dos originalmente estipulados em julho de 1986), que nos dois países deverão ser considerados como de origem nacional.

- Os excedentes deverão ser nivelados periodicamente, a cada quatro meses, mediante exportações, mas, sempre que possível, não através de divisas e sim pela recíproca outorga de créditos dos bancos centrais em divisas próprias, ou por um comércio de compensação.

- A novidade quanto a isto, diferentemente das tentativas anteriores de integração na década de 60, é que hoje a liberalização comercial se vincula à pesquisa (Protocolos 9 e 17), à inversão e à produção (Protocolos 5 e 7), no setor da indústria de bens de capital.

- A compra de trigo argentino por parte do Brasil está fixada em cinco anos, garantindo-se desta maneira a nivelação global do intercâmbio mercantil (Protocolo 2).

- Além disso, satisfaz-se o interesse argentino em um crescimento equilibrado do intercâmbio no setor industrial. Está previsto um pacote de medidas para corrigir possíveis desequilíbrios (Protocolos 1/parágrafos 8, 9 e 10; 6/2 e 3; 7/2). Caso, no âmbito especificado no Protocolo 1, o comércio evolua de modo desequilibrado, automaticamente entra em ação o

mecanismo pelo qual o país que obtém excedentes realiza pagamentos em um fundo comum de inversão, com o qual se financiam inversões no setor que seria deficitário para o outro país. Pretende-se assim corrigir os desequilíbrios a médio prazo, por expansão, e não por uma restrição do volume comercial bilateral. Este é o espírito do contrato, visto a médio e longo prazo.¹⁹

- De importância imediata é a aprovação de um novo Acordo de Alcance Parcial nº 1, também em vigor desde o dia 1º de janeiro. Nele ampliam-se bastante as listas (ALADI) de produtos dos dois países para os quais são reduzidos os custos alfandegários; por sua vez, reduzem-se as listas dos produtos declarados sensíveis, que devem ser protegidos. Além disso, o Brasil renuncia de imediato e em relação a todos os produtos do Acordo Parcial nº 1 ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), uma arrecadação de 12,5% sobre as compras de divisas efetuadas no Banco Central, que afeta principalmente aos importadores brasileiros.

- Por outro lado, o contrato contém a regulamentação das muito complicadas questões de transporte, um plano para situações de emergência no abastecimento de alimentos, a criação de empresas binacionais, cooperação na indústria ae-

ronáutica, no abastecimento de energia e na indústria nuclear. Já foi criado um banco argentino-brasileiro-mexicano (Latinequip), que tratará de possibilitar as inversões no âmbito da indústria de bens de capital e, principalmente, irá ajudar o desenvolvimento de novas tecnologias – especialmente a informática e a biotecnologia. Serão também criados um instituto binacional para pesquisa biotecnológica e outro para o estudo de problemas econômicos bilaterais. O financiamento destes está assegurado nos mesmos protocolos.

Gostaria agora de empreender a tentativa de um balanço geral e uma avaliação mais sistemática de toda a questão. No caso das atuais tentativas de cooperação argentino-brasileiras, será este um fenômeno de momento, de motivações políticas apenas internas a que logo irá seguir mais uma decepção? Ou nelas estarão expressas transformações de maior alcance no contexto nacional e internacional que permitem considerá-las a partir de outra perspectiva?

Como observa, com acerto, um jornalista inglês, a uma primeira instância impõe-se uma sensação de *déjà vu*. Já não passamos por tudo isto na década de 60? Por esta razão irei ocupar-me em poucas palavras do contexto condicionante daquela tentativa de integração e de seu fracasso, para depois

vinculá-la à pergunta de quais são as antigas e as novas condições negativas que limitam as possibilidades de êxito das atuais tentativas de cooperação. Por último, desejo explicitar os fatores que podem atuar positivamente nesse novo trabalho conjunto argentino-brasileiro, sem deixar de atentar para seus possíveis custos e riscos.

As dificuldades estruturais da integração latino-americana

O ponto de partida do pensamento integracionista na América Latina, entre meados e final da década de 50, foi a crise do modelo de industrialização através da substituição de importações. As características dessa crise foram as seguintes:

- estrangulamentos na economia exterior pela deterioração dos termos de comércio e o deslocamento da dependência das importações para bens de capital de alta tecnologia, matérias-primas industriais e energia;
- estreiteza do mercado interno para novas inversões de capital;
- escassez de capital.

Surgiu então na CEPAL a idéia da integração, para mobilizar recursos próprios e ampliar mercados internos através de alianças regionais. Contudo, no período seguinte aconteceu algo que não havia sido previsto no

diagnóstico da CEPAL: o crescimento econômico se produzia sem a integração. Fortaleceram-se as inversões estrangeiras diretas, com o quê foram superados os estrangulamentos financeiros e ampliados os mercados nacionais com novos produtos (bens de consumo duráveis) e novas necessidades.

Mas a crise mais grave seguinte ocorreu em 1973-1974. Por iniciativa do México e da Venezuela, a reação foi a fundação do SELA (Sistema Econômico Latino-americano). Pensava-se então que os dois países, com ajuda dos petrodólares, poderiam financiar o desenvolvimento e integração da América Latina. Entretanto, ocorreu um outro imprevisto, que concedia novo prazo ao modelo anterior, orientado para o mercado nacional: desta vez, eram os créditos externos baratos, provenientes das novas zonas bancárias livres.²⁰

O endividamento provocou nova demanda. O Estado apresentou-se como portador de grandes projetos infra-estruturais internacionais e colaborava na superação da estreiteza do mercado interno, sem que houvesse necessidade de empreender mudanças estruturais muito profundas. Ao mesmo tempo, para alguns países se abriram novas possibilidades de estender a outras regiões suas relações exteriores, política ou econômi-

mente, diversificando assim a dependência unilateral dos Estados Unidos, e sem estarem sujeitos à integração regional latino-americana. Encontraram-se novos sócios, mercados e fornecedores em países socialistas, árabes, europeus ocidentais e do Leste asiático. Mais uma vez a crise do modelo de industrialização tradicional se havia esquivado e mais uma vez se adiara a integração latino-americana.

Como no passado, hoje ainda vale a regra que diz que, quanto mais difíceis de realizar forem o trabalho conjunto e a integração, mais necessários serão. As fazões estruturais das atuais dificuldades de integração baseiam-se nesse mesmo modelo de desenvolvimento e por ele também continuaram essencialmente as mesmas. Em primeiro lugar, a dependência das indústrias latino-americanas de sua posição monopolista, garantida pelo Estado, diante do mercado interno: exporta-se apenas os excedentes. Em segundo lugar, a não complementaridade de cada uma das economias nacionais individuais – ou seja, a competição recíproca em relação aos mesmos produtos e pela mesma fina camada de consumidores da classe média.

Além dos mencionados, há muitos outros fatores de natureza bilateral que impedem uma integração. A indústria brasileira é a mais eficiente, a mais capita-

lizada, a que detém o maior mercado interno, com a infra-estrutura mais ampla e a mais densa rede industrial. Mas, atípicamente, é também a que paga os salários mais baixos²¹ e que tem os menores *inputs* e custos de energia, de transportes e financeiros. Nos dois países, esta situação em parte é reforçada pela política oficial impositiva e mutável e em parte é causada por ela. Contudo, o pessoal de cada Ministério de Economia conhece muito bem o do outro e compartilha da mesma filosofia econômico-política. Isto faz com que hoje pareça mais viável do que nunca uma harmonização da política econômica nos dois países.²²

Entretanto, uma hipótese para o bom desenvolvimento da cooperação não é apenas o funcionamento dos mecanismos de equilíbrio bilaterais estipulados, mas também os mecanismos resultantes do quadro global da política econômica em cada um dos dois países. Estes são (a médio e longo prazo) especialmente desfavoráveis à indústria argentina. Por isso o governo prometeu uma subvenção compensadora de até 15 milhões de dólares. Como se irá financiar isso ainda está por se resolver. Terminam aqui os fatores negativos que poderiam impedir uma integração.

As possibilidades da atual política de cooperação

Apesar do modelo de desenvolvimento ficar praticamente invariável desde a década de 60, ocorreram transformações de tipo estrutural e político que aumentam de maneira considerável as possibilidades de êxito da atual tentativa de cooperação. Do lado argentino, pelo menos a partir do último governo peronista, tomou-se consciência da crise do modelo de industrialização por substituição de importações para o mercado interno. A isto, acrescentam-se as crises do autoritarismo militar e a da política neoliberal de abertura de Martínez de Hoz. Com a crise dos militares e do modelo populista de industrialização, também deslocaram-se do campo político os hábitos de pensamento geopolítico e as recíprocas hipóteses de guerra – outrora um fio condutor das relações Brasil-Argentina.

Na Argentina, pelo menos desde a Guerra das Malvinas e não apenas em círculos militares (cuja preocupação fundamental são a Inglaterra e o Chile), consideram-se hoje como primordiais o controle das ilhas do Atlântico Sul, da mal povoada Patagônia, da plataforma continental e de suas riquezas naturais. As preocupações geopolíticas passaram do Noroeste para “o Sul e o mar” – como disse Al-

fonsín, ao anunciar a mudança da capital para Viedma.

O Brasil, de maneira simetricamente inversa, considera sua fronteira meridional consolidada. Colonizada do ponto de vista estrutural, demográfico, infra-estrutural, cultural e econômico, ligada às principais regiões do país, a região meridional limítrofe com a Argentina, o Paraguai e a Bolívia já não representa mais um fator de insegurança. Também deslocaram-se os focos da preocupação na perspectiva brasileira: os conflitos limítrofes com a Venezuela, a atividade guerrilheira, o tráfico de drogas a partir da Colômbia e os previsíveis distúrbios políticos interno das Guianas, ligados aos problemas sociais do Nordeste e dos centros de alta concentração demográfica, levaram os geopolíticos brasileiros a desviar sua atenção da Argentina.

A partir de 1974, o Brasil desligou-se da política de aproximação dos Estados Unidos e agora pratica uma política de crescente abertura voltada para a África Negra, o Oriente Próximo e a América Latina. Desde então, aumentaram os atritos com os Estados Unidos. Em lugar de desempenhar o papel de uma potência subimperialista, como esperavam os estratégistas da Casa Branca na década de 60, voltando a restringir os espaços de negociação dos demais países da região (espaços

estes surgidos graças ao retrocesso mundial da capacidade hegemônica dos Estados Unidos), que ajuda a conter a relativa perda de influência dos EUA, o desenvolvimento econômico do Brasil – como antes o desenvolvimento político de Cuba e, mais tarde, o da Nicarágua – transformou inteiramente a situação e abriu novos espaços de ação para toda a região.

Em consequência, o número de atores interno e externo aumentou e, com isso, as possibilidades conjunturais e de negociação para a América Latina. O lema do "subimperialismo" brasileiro perdeu sua atualidade.²³

Após a breve interrupção de 1983 a 1985, a tentativa norte-americana de reagir ao enorme déficit de sua balança comercial com um reforçado protecionismo e a queda do dólar, acentua-se hoje a tendência conflitante nas relações entre os dois países. Os Estados Unidos ameaçam o Brasil de não considerá-lo mais como país em vias de desenvolvimento – fugindo a acordos anteriores do GATT – para poder introduzir restrições às importações desse país. Ao mesmo tempo, exigem que o Brasil retire a reserva de mercado na área de informática. Por sua vez, o Brasil tenta, dentro do quadro dos novos tratados do GATT, ganhar a Argentina como aliado nessa disputa político-comercial.²⁴

Desde o início da década de

80, em consequência da queda dos custos salariais nos países da OCDE (resultado do crescente desemprego e da introdução de novas tecnologias), tornam-se muito relativas as vantagens para países com salários baixos. Acrescenta-se a isto o novo protecionismo nos países industrializados. Em todos os mercados internacionais aumentam o protecionismo e a competição; em relação a décadas passadas e outros indicadores econômicos, a tendência atual do comércio mundial é de franco retrocesso. Em caso de um desajuste total ou parcial, desejado ou imposto, do mercado das nações industriais, sem dúvida os mercados regionais irão recuperar sua importância por um grande período.

Por outro lado, o fluxo de capital líquido a partir da região deixa entrever que durante um período também prolongado não haverá nenhuma possibilidade de desenvolvimento financiado do exterior. Em consequência do endividamento, hoje os Estados latino-americanos devem limitar bastante seu investimento produtivo, por isso não podendo, como nas décadas anteriores, assumir a carga da função cumprida até agora — ou seja, opor-se à retração do mercado interno mediante a demanda pública. A necessidade de poupar divisas para pagar as dívidas faz com que o intercâmbio compensado e os acordos comerciais comple-

mentares sejam mais necessários do que nunca. Segundo dados do Banco Central do Brasil, este país transferiu para o exterior, entre 1970 e 1986, 153 bilhões de dólares, em pagamentos da dívida externa.

Isto representa 45,9 bilhões a mais que o total recebido no mesmo período, a título de empréstimos. Se não mudarem as condições atuais, segundo os cálculos do Banco, em cinco anos o Brasil terá pago 50 bilhões adicionais — com o quê terá transferido para o exterior o dobro do recebido, e ainda assim continuará devendo a importância inicial.²⁵ Este desenvolvimento é visto com preocupação na Argentina e no Brasil (os juros da dívida em 1986 representaram cerca de 5 e 9 bilhões de dólares, respectivamente) e aumenta a convicção de que, precisamente diante do intenso desafio tecnológico, devem encontrar-se novos meios não convencionais para solucionar esse problema. Com a moratória parcial da dívida, declarada pelo Brasil no início de 1987, a reforçada cooperação política e econômica com a Argentina também é uma expressão dessa busca esforçada.

Importância da Argentina a partir da perspectiva do Ministério de Relações Exteriores brasileiro

Apesar da argumentação

aqui esboçada, os desequilibrados potenciais econômicos dos dois países são motivo de um ceticismo muito disseminado a respeito das futuras possibilidades da cooperação argentino-brasileira. Por isso gostaria de levar em consideração, brevemente, um argumento importante de muitos críticos que acreditam que o mercado brasileiro é mais importante para a Argentina do que o mercado argentino para o Brasil; que por isso o Brasil não necessita da Argentina e que, apesar de todas as dificuldades para o Brasil, o mercado norte-americano continuará conservando sua prioridade absoluta. Prescindindo-se o fato de que este último caso não é negado por nenhum dos que propiciam a cooperação argentino-brasileira, este ceticismo fica relativizado por dois outros fatos que, a meu ver, são destacados especialmente pelos diplomatas brasileiros:

1. O significado da Argentina não se pode medir apenas por sua participação no comércio exterior do Brasil. Exatamente porque é neste país que tradicionalmente se concentraram a sensibilidade e a resistência contra o "expansionismo brasileiro", a Argentina é, além do mais, a chave política para uma cooperação mais intensa com o resto da América Espanhola.

2. Se decomponsermos a es-

trutura de exportação brasileira segundo o tipo de bens, pelo menos em determinados produtos a América Latina e, especialmente, a Argentina equiparam-se aos Estados Unidos — em bens de capital com alta participação tecnológica.

Quanto maior desenvolvimento tecnológico pressupõe um produto, maior será a importância relativa do mercado argentino para o mesmo. Se, por exemplo, tomamos os produtos de exportação brasileiros da nomenclatura 84.01 até a 84.65, para o ano de 1986, entre os países receptores, os Estados Unidos, em números absolutos e com 350 milhões de dólares, estão evidentemente muito acima da Argentina, com 64 milhões de dólares. Mas, se analisarmos as 65 rubricas em separado, apenas os motores a explosão da filial da Ford brasileira representam quase a metade da cifra total para os Estados Unidos, enquanto as exportações para a Argentina estão repartidas de maneira mais diversificada e igual. Em quase metade destas 65 rubricas, a Argentina ocupa o primeiro e segundo lugar entre os países receptores.²⁶

No Itamarati, a cooperação com a Argentina é considerada sobre o pano de fundo do pretenso desenvolvimento de uma indústria própria de bens de capital, sempre que possível com

alta participação de novas tecnologias. Levando-se em conta exatamente os caros investimentos necessários, que presupõem um mercado interno mais vasto que o já imenso mercado brasileiro, é que a Argentina aparece como o sócio mais adequado.

Riscos e custos da cooperação argentino-brasileira.

O modelo de cooperação escolhido tem alguns aspectos que prejudicam suas possibilidades de sucesso, permitindo certas dúvidas essenciais sobre o sentido dessa integração. De qualquer maneira, os custos serão muito altos para a Argentina. Seria preciso um debate nacional para solucionar a questão de como repartir esses custos. Se levar-se em conta o ajuste salarial, a introdução de novas tecnologias, as racionalizações etc., os sindicatos serão os afetados diretamente; em compensação, se se consideram as empresas que fecham ou as linhas de produção que devam parar, os afetados são os empresários. Mas não há nenhum debate em vista. Nenhum dos três atores – sindicatos, empresários e governo – se mostram dispostos a acordos globais e a longo prazo, a nível nacional.²⁷

Uma característica dessa falta de disposição do governo foi o hermetismo em que se conduzi-

ram as negociações com o Brasil. Os membros do Conselho de Empresários (os sindicatos não foram convidados) que delas participaram com poder de decisão haviam sido selecionados pessoalmente por Alfonsín entre os chamados "capitães de indústria" dos 40 maiores grupos industriais do país, estreitamente vinculados ao grande capital internacional. Outros empresários puderam participar apenas como observadores, mediante pagamento de uma taxa.

A grande vulnerabilidade, o calcanhar-de-aquiles da atual política de integração, tem suas raízes na política interna – esta falta de consenso e de participação social. A extrema vulnerabilidade do Plano Austral e o fracasso do Plano Cruzado poderiam arruinar rapidamente essa integração.

Se a política de estabilização dos dois governos se visse diretamente afetada por dificuldades na política interna – o que é até muito provável, tendo em vista a decomposição da base social que as suporta –, o desenvolvimento econômico dos dois países se verá submetido a oscilações tão violentas e a desequilíbrios recíprocos tão pronunciados, que quaisquer medidas de correção chegariam tarde demais. O acordo extremamente delicado entre a política cambial impositiva, de subvenções, créditos e preços, necessário para

um desenvolvimento positivo da integração, logo estaria ameaçado.

A escassa discussão pública também diz respeito ao futuro papel dos militares e ao manejo da tecnologia nuclear e – não em última instância – da tecnologia do plutônio.²⁸ Sobre o trabalho conjunto específico no plano militar-estratégico pouco se sabe, na medida em que o Protocolo 18, que se deveria ocupar dessas questões, não pôde ser assinado dentro do prazo fixado para dezembro. A maior dificuldade parece haver-se radicado na proposta dos militares argentinos de coordenar os dois sistemas de informação. Com isso esperavam eles obter um acesso aos melhores sistemas de informação das Forças Armadas brasileiras. Em todo caso, os militares brasileiros se opuseram a isso.²⁹

De qualquer maneira e com base nos outros acordos, pode-se calcular o valor potencial da cooperação bilateral no âmbito da produção e exportação de armamentos. Pelo menos um projeto em comum, o avião *Paraná*, está relativamente bastante adiantado. Mas é a construção de um reator nuclear de reprodução rápida (*fast breeder*) prevista o que melhor coloca em evidência e unifica todas as preocupações críticas que se possam levantar contra os aspectos militares da integração e

contra o (jamais questionado) manejo da tecnologia nuclear.

Do lado argentino, as negociações sobre as questões da energia nuclear são levadas a cabo de maneira centralizada pelo governo. Com relação ao desenvolvimento do programa de energia atômica, conta-se no país com o amplo consenso de todos os partidos políticos, do governo, da opinião pública, da cúpula militar e da comunidade científica. Este é o único círculo entre as novas tecnologias em que a Argentina tem realizado progressos, em que pode apresentar um desenvolvimento contínuo e em que pode exibir progressos à frente de outros países latino-americanos – incluindo o Brasil.³⁰ A Argentina aprendeu a tirar proveito do apoio político do governo da Alemanha Federal contra os protestos dos Estados Unidos³¹ e da cooperação no plano técnico e financeiro da empresa alemã ocidental KWU. Fora desse amplo consenso mencionado permanece a maior parte da indústria nacional argentina. Além do mais, também de parte dos Ministérios de Energia e de Economia existe uma oposição indireta, embora não frontal, ao plano nuclear – principalmente pela ausência de possibilidades de financiamento.

Muito diferente é a situação no Brasil. Aqui, a Associação dos Físicos opõe-se de modo

muito crítico ao programa de energia atômica e ao negócio que em 1975 foi realizado com a Alemanha Federal. Além disso, existe um grande movimento antiatômico e um forte consenso entre a comunidade científica, a indústria privada e as autoridades civis para o fomento da informática entre as novas tecnologias. Nesse ponto, ao contrário da Argentina, fizeram-se consideráveis progressos.

Por essas razões os militares, junto ao plano oficial de energia nuclear e com plena exclusão da opinião pública, desenvolveram um programa paralelo secreto, sob seu exclusivo controle. Sobre esse pano de fundo e por receio de pressões internacionais em um momento em que todo o mundo da indústria atômica se encontra em crise, o governo argentino propôs um protocolo complementar com a assinatura de um acordo para o exercício de controle e salvaguardas mútuas. No Brasil essa proposta contou com a aprovação do presidente, do ministro do Exterior, da Comissão Nacional de Energia Nuclear e também da comunidade científica, especialmente dos físicos. Entretanto, o projeto dos controles recíprocos fracassou pela resistência dos militares brasileiros, que têm forte poder no governo.³²

As negociações continuam. Seu resultado é incerto, mas ne-

las se revela um aspecto da realidade, importante e difícil de ocultar: embora hoje o pensamento de um confronto geopolítico nos dois países esteja em um papel secundário, para as Forças Armadas brasileiras a Argentina continua sendo o único inimigo imaginável no hipotético caso de uma guerra.³³ E, como um Exército sem hipóteses bélicas mal poderia existir, a possibilidade de que as tentativas de cooperação fracassem a médio ou longo prazo e que se realize apenas uma escalada armamentista convencional, incluindo a atômica, constitui um risco que, embora não provável, também não é impossível.

Ainda não se podem calcular os custos políticos, sociais e ecológicos a longo prazo da integração procurada. Com alguma probabilidade pode-se prever algumas repercussões sociais. Os custos salariais no Brasil representam aproximadamente 10% do total dos custos de produção – na Argentina, 20%. O nível salarial desigual aumentará sem dúvida a pressão sobre os sindicatos de parte do governo e dos empresários na Argentina. Ainda mais que, historicamente e a longo prazo, os sindicatos estão na defensiva.

A situação no Brasil é outra: aqui o nível salarial é muito mais baixo e a tendência (pelo menos para os sindicatos do setor industrial) é bem mais positiva. O

propósito do governo brasileiro é elevar os salários reais sem que, por sua vez, aumentem os custos salariais. Há um interesse em reduzir os custos de reprodução da mão-de-obra, de baratear e estabilizar o abastecimento de alimentos para a população, de conter o poder dos setores agrários, de revidar seus ataques contra os controles de preços (como no caso do Plano Cruzado), mas permanecendo muito claramente por baixo do umbral de uma profunda reforma agrária.³⁴ Com essa intenção, estão previstas as importações de alimentos da Argentina.

Na Argentina a integração estará então associada a elevados custos sociais e políticos. Mas o governo está em condições de pagar o preço político, na medida em que a oposição se mantenha (como até agora) ocupada consigo mesma e que o peronismo não supere sua crise. A oposição não conta com nenhuma alternativa viável. E, finalmente, a variante de uma abertura controlada para produtos e capitais brasileiros entre as possíveis alternativas de uma abertura econômica para o exterior oferece a melhor possibilidade de manter sob controle os custos e de negociar mais contraprestações equivalentes.

Conclusão e perspectivas

Para que as previsões se

movimentem dentro de um quadro até certo ponto aceitável, gostaria agora de fazer a diferenciação entre o curto prazo (1986-1987) e as perspectivas a médio (1987-89) e a longo prazo (1989-...). O ano de 1986 foi, a curto prazo, o momento mais propício para o ajuste contratual da futura cooperação argentina-brasileira.

No Brasil, a implantação do programa econômico conhecido como Plano Cruzado criou, nessa fase crítica, as condições para que se pudessem dispersar rapidamente os temores iniciais e as possíveis resistências do setor privado – tanto no lado argentino, como no brasileiro. A demanda, e não apenas no âmbito do consumo final, mas em bens de capital e primários para consumo industrial, aumentou em poucos meses em tal proporção que superou as próprias capacidades produtivas e surgiu uma demanda maior de importações.

Para os industriais argentinos também se apresentaram boas possibilidades comerciais. Por um lado, as advertências de que o país seria invadido por uma avalanche de manufaturas brasileiras perderam a força. Em 1986, o comércio bilateral recuperou-se e aumentou de 1,0463 bilhão de dólares, do ano anterior, para 1,3174 bilhão. Enquanto esse comércio foi deficitário para a Argentina, em 1985, em cerca de 69,1 milhões de dólares, em

1986 obteve um saldo favorável de 52,4 milhões de dólares.³⁵

Entretanto, depois das eleições de novembro, o programa econômico brasileiro caiu, em seu conjunto. A balança de pagamentos deteriorou-se de maneira dramática. Naturalmente, com o serviço da dívida, houve outras razões para isso, mas, em geral, o fato deve-se menos ao incremento das importações que à retração das exportações. Deixando de lado que, nos três primeiros meses do ano, as exportações de produtos primários sempre sofreram uma retração sazonal, a crescente demanda interna também fez com que houvesse menos excedentes para a exportação. Sem dúvida, a razão decisiva foi que, depois das eleições de novembro, muitos exportadores reduziram suas operações para o exterior, com a esperança de que logo haveria uma desvalorização do cruzado.

Os excedentes do comércio exterior sofreram uma rápida retração de um mês a outro, caindo de cerca de 1 bilhão de dólares na média mensal nos últimos anos, até pouco mais de 100 milhões de dólares em janeiro de 1987. Daqui para a frente, o serviço da dívida externa absorveu as reservas de divisas do país e provocou sua rápida redução. Declarou-se uma moratória da dívida como reação e tomaram-se drásticas medidas administrativas para a limitação de impor-

tações. Em meados de abril, a CACEX retinha 3 bilhões de dólares em autorizações de guias de importação.³⁶

Naturalmente isso teve consequências negativas para a liberação comercial recentemente estabelecida com a Argentina. O Protocolo nº 1, com a lista conjunta, e o Protocolo nº 4, com as duas listas de preferências, entraram formalmente em vigor no dia 1º de janeiro, mas a concretização de sua implementação foi bloqueada.

Em primeiro lugar, lançou-se mão do argumento de que o trabalho de tradução não estava concluído; a seguir, e sem especificar razões, as autoridades de comércio exterior da CACEX negaram, aos importadores, as autorizações conveniadas na data do acordo. Enquanto isso se passava nos níveis inferior e médio da burocracia da CACEX, as negociações entre os governos, a nível de cúpula, não foram interrompidas e o clima político prosseguia sem perturbações. Os resultados não se fizeram esperar.

Já por meados de abril via-se que, embora de maneira vacilante, apesar da aguda falta de divisas e das restrições gerais à importação, se podia reconhecer, na manipulação das restrições não tarifárias da CACEX, uma evidente preferência pelas importações vindas da Argentina. Por isso, apesar de todas as dificuldades, pode-se prever que, es-

te ano, o volume total do comércio bilateral alcançará o nível de 1980, até agora o mais elevado.

Atualmente as negociações parecem concentrar-se na criação de um sistema comum de pagamentos.³⁷ Procura-se, dessa maneira, uma saída a *médio prazo* para superar as dificuldades presentes, para que no futuro a falta de divisas não represente nenhum obstáculo para o desenvolvimento das relações comerciais. Já se estabeleceu aumentar em abril os créditos recíprocos em moeda própria, de 200 a 400 milhões de dólares. Mas só se chegará a resultados definitivos depois da ocasião da próxima reunião de cúpula, em julho.

Com toda certeza será acordado que os excedentes comerciais resultantes serão liquidados não a cada quatro meses, mas depois de períodos mais prolongados, e que os créditos recíprocos também terão prazos mais extensos, de um ou até de dois anos.

Outra maneira de acabar a *médio prazo* com os estrangulamentos, quando respectivos mecanismos financiadores já não forem suficientes, estará incluída nos acordos a se realizarem em julho e dezembro. Nesses casos, a lista conjunta do Protocolo 1 deverá ser ampliada com novos produtos, com o quê se abrirá de modo complementar ao país deficitário (provavelmen-

te a Argentina) o acesso ao mercado do país com excedentes (provavelmente o Brasil).³⁸

Contudo (tais foram os cálculos brasileiros), em cerca de dois anos essa possibilidade de ampliar-se a lista com novos bens de investimento oferecidos pela Argentina de modo competitivo estaria esgotada.³⁹ O atoleiro surgido assim só poderia ser superado mediante um programa de investimentos conjuntos e de produção no setor de bens de capital. Mas, para isso é necessário um quadro jurídico que regulamente o estatuto das empresas binacionais que venham a ser criadas. Esse protocolo decisivo, que entre outras coisas deverá regulamentar a relação com o capital de procedência multinacional, ainda não pôde ser firmado. Dependendo de que seja ou não consumada a assinatura desse protocolo nas próximas reuniões de cúpula, é que se poderá avaliar em que medida as negociações continuam ou não progredindo.

A direção que, a *longo prazo*, tome o desenvolvimento das relações entre a Argentina e o Brasil depende de uma pluralidade de fatores de ordem nacional, regional e internacional. Entre os fatores a longo prazo está a luta pelas hegemonias no bloco ocidental. Sem a menor dúvida, a vontade dos dois governos de manter abertas determinadas opções desempenha importante

papel para o caso de um deslocamento e uma reordenação a longo prazo da política internacional. Se, em consequência dos processos de crise da política internacional, mantiver-se⁴⁰ ou, inclusive, fortalecer-se a tendência à constituição de grandes espaços econômicos regionais, mais ou menos aglutinados, então aumentará mais a virulência política das atuais tentativas de integração⁴¹.

Mas, ainda que não se chegue tão longe, ainda que – ao contrário – se dê uma nova liberalização às relações comerciais e econômicas internacionais, os dois países – se por dificuldades internas não fracassarem em suas tentativas de manter sob certo controle os desequilíbrios econômicos e sociais nas relações bilaterais – não estarão totalmente mal preparados para a anunciaida rodada da nova partilha das posições de poder internacionais.⁴²

NOTAS

1. Para uma tipologia dos conflitos na América Latina, ver Wolf Grabendorf, "Tipología y potencial de conflictos en América Latina" em *Nueva Sociedad*, 59 (março-abril) 1982; para a Bacia do Prata ver D. Nohlen & M. Fernández, "Cooperación y conflicto en la Cuenca del Plata", em *Estudios Internacionales*, 14 (55) (julho-setembro) 1981.
2. Hélio Jaguaribe, "Brasil e Argentina – da rivalidade à cooperação", Rio de Janeiro 1987 (inédito), p. 4 e ss. Para

o período decisivo posterior a 1974, cf. Sonia de Camargo, "Brasil e Argentina – caminhos que se afastam e se aproximam", em S. de Camargo & J. M. Vásquez, *Argentina e Brasil, Uma Década de Política Exterior* (inédito a ser publicado pela Editora Convívio).

3. Luís Viana Filho, *A Vida do Barão de Rio Branco*, Rio de Janeiro, 1959.
4. Veja-se o estudo atual da questão geopolítica em Shigenori Miyamoto, "Militares e geopolítica na América Latina", São Paulo, 1987 (inédito), e John Child, "Geopolitical Thinking in Latin America", em *Latin America Research Review*, 2, 1979.
5. Cf. a viagem ao Brasil, no início de julho de 1985, de altos funcionários do Departamento de Estado norte-americano e suas declarações posteriores à imprensa, em Vivian Trias, *Imperialismo y Geopolítica en América Latina*, Buenos Aires, 1973, p. 85 e ss.
6. A partir de 1976, o embaixador argentino no Brasil, Oscar Camilion, pessoa próxima ao "desenvolvimentismo", desempenhou um papel decisivo. Camilion teve de lutar em duas frentes – a interna, contra os militares que o haviam nomeado, mas para quem ele ia longe demais em sua política de distensão, e a externa, contra a diplomacia brasileira do ministro Azeredo da Silveira, que tentava colocar obstáculos às negociações de Itaipu. Com a mudança presidencial de Geisel para Figueiredo, e com o novo ministro das Relações Exteriores, Saraiwa Guerreiro, é que as negociações puderam chegar a bom termo.
7. Gerd Kohlhepp, *Itaipu, Geopolitische un energiewirtschaftliche Rahmenbedingungen – sozioökonomische und ökologische Folgen von Grosskraftwerk und Stausee Itaipú am Rio Paraná (Brasilien/Paraguay)*, Tübingen (junho), 1985, e Maria Regina Soares de Lima, "The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu", Nashville, Tennessee (agosto), 1986 (tese de doutorado).

8. Banco do Brasil, *Brasil 1985, Comércio Exterior*, série estatística, p. 84 e ss.
9. Estes dados são provenientes de Wayne Selcher, *Brazilian-Argentine Relations in the 1980s. From Wary Rivalry towards Friendly Competition*, Albuquerque, Novo México 1985; versão em português em *Política e Estratégia*, Vol. III, 1 (janeiro-março) 1985, p. 120.
10. Banco do Brasil, idem.
11. Entre as restrições não tarifárias mais importantes conta-se a contestação ou delonga de autorizações de importação de parte da Carteira de Comércio Exterior (CACEX) e o imposto de 12,5% para as operações financeiras (IOF). Uma lista completa destes mecanismos nos dois países está em M. Hirst & M. Lengyel, *Las Relaciones Comerciales Argentino-Brasileñas: 1975-1985*, Buenos Aires 1986, p. 98 e ss.
12. *Jornal do Brasil*, 3/5/82.
13. Banco do Brasil, ibidem, de 1981 a 1985.
14. Ibidem.
15. Ibidem, 1983.
16. Tancredo Neves foi eleito no dia 15/1/85. No dia 15 de março de 1985 não pôde participar das cerimônias de posse do governo porque já estava doente. Nessa ocasião foi substituído pelo vice-presidente José Sarney, que finalmente assumiu a Presidência depois da morte de Tancredo, em abril.
17. O AAP caducou no dia 30/6/85 com as listas das preferências comerciais bilaterais entre a Argentina e o Brasil, válidas dentro do quadro da ALADI.
18. M. Hirst & M. Lengyel, "Brasil: Las Relaciones con Argentina", em *América Latina Internacional*, 6 (outubro-dezembro) 1985.
19. Carlos Bruno, "Los protocolos de integración con Brasil", *FFE*, Buenos Aires, 1987.
20. Alexander Schubert, *Die Internationale Verschuldung*, Frankfurt, 1985.
21. Certamente isto se refere aos estratos inferiores da escala de salários. Quanto mais alta a hierarquia do pessoal, mais aumentam os custos do lado brasileiro.

CUSTOS DE PESSOAL Argentina Brasil
(em dólares)

Pessoal de alta hierarquia	2.150	2.600
Pessoal de alta hierarquia técnica	670	920
Operários especializados	440	560
SALÁRIOS (em dólares)		
Média na indústria	350	290
Operários da indústria não espec.	360	150
Operários da construção	170	130
Salário mínimo	110	85

(segundo cálculos de *La Razón*, 7/12/86)

22. Naturalmente isto perdeu a validade depois da mudança do ministro da Fazenda Funaro, no Brasil. Contudo, não parece provável a modificação fundamental das relações de cooperação com a Argentina que atualmente estão em curso.
23. Cf. a discussão sobre o subimperialismo e "potências emergentes" nas décadas de 60 e 70, e a maneira como se delineia hoje o problema teórico sobre as análises de perda de hegemonia norte-americana, em Maria Regina Soares de Lima, idem, pp. 9-33.
24. *América Latina/Internacional*, FLACSO, Buenos Aires, Vol. 3, nº 10 (outubro-dezembro), 1986.
25. *La Razón*, Buenos Aires, 9/12/86.
26. Estes dados e estas reflexões são provenientes de um estudo ainda não concluído no Departamento da América Latina do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.
27. Leopoldo Mármore, "La posición de los sindicatos en la democracia actual", contribuição para no colóquio "La Argentina Democrática", Mainz, de 24 a 26/11/86 (inédito).
28. Pode ver-se até que ponto a discussão pública sobre os riscos da energia atômica é deficiente na Argentina através do caso de um sério defeito na central nuclear de Embalse (caso conhecido por sua publicação

- em *Der Spiegel* que não foi noticiado nem comentado na imprensa argentina — nem mesmo na crítica. Uma exceção foi o estudo de Marisa Arienza para a Fundación Universidad para la Paz, em que se questionam aspectos militares e de tecnologia nuclear do acordo entre a Argentina e o Brasil — "Los acuerdos de integración con Brasil: percepciones políticas", Buenos Aires, 1987.
29. Nossa informação é de meados de abril de 1987; para a próxima reunião de cúpula em agosto prepara-se um novo projeto de protocolo.
30. A Argentina possui uma fábrica de processamento e uma fábrica enriquecedora de urânio, construída em segredo — ambas com alta porcentagem de tecnologia própria, embora muito mais cara.
31. Até a presente data a Argentina não permitiu um controle total de sua atividade nuclear de parte da Agência Internacional de Energia Atômica, dominada pelas nações industrializadas. O argumento — a meu ver, justificado — é que, no que pesem os tratados internacionais vigentes, não se tomou nenhuma medida eficaz para a redução do potencial nuclear das grandes potências.
32. Além do Conselho de Segurança Nacional, os militares contam com cinco ministérios sob seu controle direto. Nos tratos com a Argentina sobre as questões nucleares, esteve sempre presente um representante do CSN.
33. Assim entende o especialista do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, coronel Geraldo Lesbat Cavagnari. De parte da Argentina, ao contrário, a situação dentro das Forças Armadas em geral e em seu relacionamento com o Brasil é muito mais indefinida: O espectro das posições possíveis oscila entre o reconhecimento da superioridade estratégica do Brasil, a disposição à cooperação e a tradicional rivalidade.
34. Sobre o papel da agricultura no modelo de acumulação brasileiro, ver Thomas Hertienne, "Fordismus, Entwicklungstheorie und Dritte Welt", em *Peripherie* 22/23, pp. 98-105.
35. Este são dos dados provisórios do INDEC argentino de 11/3/87. Até este momento não se haviam registrado todos os dados de exportação da alfândega, de maneira que o volume comercial total e, em especial, o excedente argentino serão mais altos.
36. Clarice Pechmann no *Jornal do Comércio*, 5-6/5/87.
37. No quadro da ALADI já se testaram e discutiram ultimamente diversas propostas para a criação de mecanismo de pagamento alternativos. Cf. ALADI/CAF/VI/di 3, Montevideu, 10/9/84.
38. Oscar Camillon, que não é um céitico, talvez tenha razão quando extraí um certo ceticismo do reduzido número de artigos incluídos na lista conjunta e prognostica um rápido estrangulamento, que só poderia ser superado mediante a ampliação desta lista. Cf. sua colaboração no número de maio da revista *Integración Latinoamericana*, publicada em Buenos Aires pelo INTAL.
39. Ao contrário, os técnicos argentinos calculam que a produtividade brasileira mais elevada limita-se aos bens de capital para produção em grandes escala. Eles centralizam suas esperanças (a meu ver com excesso de otimismo) no efeito das exportações argentinas de bens de capital para aplicação em séries de produção mais curtas.
40. Esta tese é sustentada por José Miguel Insulza, "Tendências do sistema internacional: notas para uma discussão", em C. Plastino & R. Bouzas, *A América Latina e a Crise Internacional*, Rio de Janeiro, 1985.
41. Um estudo do Weltwirtschaftsinstitut de Kiel, realizado por encomenda do BMZ, passa por alto justamente esta tendência — v. Federico Foders, *Handelspolitik und weltwirtschaftliche Integration von Entwicklungslanden. Das Beispiel Argentinien, Brasilens und Jamaikas*, Munique-Colônia-Londres 1987. Sem fundamentar a suposição ou a esperança de que as nações industriais irão renunciar a suas práticas protecionistas, recomenda-se que a Argentina e o Brasil prescindam de negócios compensa-

dores regionais e de conversações bilaterais, dando preferência a uma integração econômica no mercado mundial.

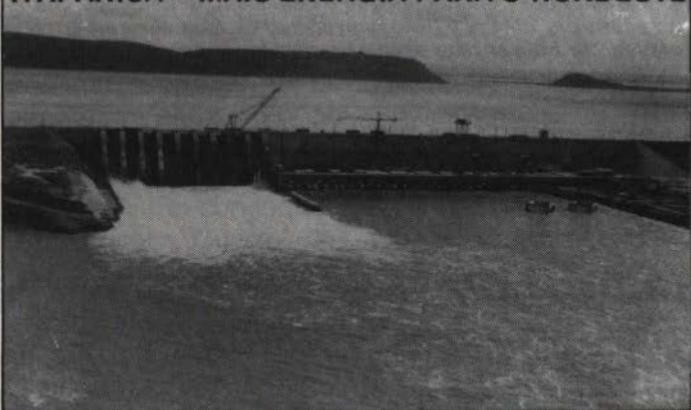
42. Esta posição é sustentada por Hélio

Jaguaribe em *Brasil na Virada do Século*, Brasília, 1986, pp. 107-213, e em "Brasil e Argentina – da rivalidade à cooperação", Rio de Janeiro, 1987 (inédito).

LEOPOLDO MÁRMORA, argentino, é professor e pesquisador em Ciências Políticas no Lateinamerika-Institut da Universidade Livre de Berlim.

Este trabalho baseia-se em conversas com empresários e funcionários do governo e também em dados reunidos em duas viagens de estudo à Argentina e ao Brasil (1986 e 1987), financiadas pela DFG. É parte de um projeto maior sobre a "Regulamentação política na 'grande' crise", desenvolvido na ULB, e constitui a introdução de um trabalho de habilitação que o autor prepara no Instituto Otto-Suhr.

ITAPARICA – MAIS ENERGIA PARA O NORDESTE



A entrada em operação da Usina Hidrelétrica de Itaparica permitiu ao Nordeste encerrar o racionamento de energia elétrica que afetou a Região, em 1987 e início de 1988, e garantirá, junto com outras obras de menor porte, o abastecimento do Nordeste até o final de 1993, quando a Chesf deverá colocar em operação a Hidrelétrica de Xingó. Itaparica, que está hoje com três máquinas funcionando – as outras três, completando a primeira etapa da Usina, entram ainda este ano –, terá uma capacidade final instalada de 2.500 megawatts. Para a formação do reservatório, numa área de 834 quilômetros quadrados, a Chesf promoveu a relocação de aproximadamente 40 mil pessoas, construiu quatro novas sedes municipais, 125 agrovilas, 100 piscigranjas, 85 escolas de 1º e 2º graus, 25 unidades de saúde, 6.000 unidades residenciais e serão irrigados cerca de 20 mil hectares.



UM IDEÁRIO POLÍTICO PARA O ATLÂNTICO SUL

Francisco Heitor Leão da Rocha

Após discorrer sobre a importância estratégica do Atlântico Sul, o autor visualiza políticas e estratégias voltadas para a interação dos continentes que o delimitam, defendendo que a segurança, defesa e desenvolvimento da área somente será efetivo, se houver uma simbiose de interesses em relação à Antártica.

A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO ATLÂNTICO SUL

A História da Humanidade discorre, com clareza, a respeito do Atlântico Sul, como via de comunicações, identificando-o, pela primeira vez, no final do século XV, associado aos portugueses, nos meandros das descobertas das rotas marítimas para as Índias. Com o passar dos anos, na medida em que os interesses co-

merciais foram sendo intensificados, mormente entre a Europa e o Oriente, foi ele ganhando importância estratégica, pois a Rota do Cabo¹ passou a ser mais utilizada, possibilitando os afluxos econômicos e comerciais entre povos e culturas distintas.

Desde a segunda metade do século XIX, o homem, buscando maximizar o tempo, associando-o à remuneração do capital, e em decorrência da acumulação de conhecimentos, encurtou os

caminhos entre os Continentes. Assim, pôde ser empreendida a construção do Canal de Suez, em 1862,² e do Canal do Panamá, em 1914, às vésperas da Primeira Guerra Mundial.³ Essas obras magníficas, esvaziaram de certa forma, a Rota do Cabo, bem mais longínqua e, portanto, onerosa.

Durante quase um século, a Rota do Cabo permaneceu esquecida (apesar de bem utilizada no prolongamento da Segunda Guerra Mundial). O Canal de Suez passou a ser o elo de ligação entre o Ocidente e o Oriente. Nada passava de um lado para o outro, sem o registro do Canal de Suez. Contudo, os desentendimentos entre os homens, especialmente no Oriente Médio, levou ao fechamento do Canal, em 1967. Foi consequência da chamada "Guerra dos Seis Dias", envolvendo, de um lado, Israel e, de outro, o Egito, então dirigido pelo Estadista Gamal Abdel Nasser, falecido em 1971, sem ter concretizado o sonho de reabri-lo à navegação internacional.

Em razão dessa condicionante, a Rota do Cabo, segura e estável, voltou a alimentar a Europa e a América com matérias-primas e manufaturas vitais para o crescimento sócio-econômico do Ocidente. Teve, assim, restaurada sua influência, nos parâmetros observados nos sé-

culos XVII, XVIII e XIX, quando o processo de acumulação de capital e de conhecimento propiciou a chamada Revolução Industrial.

A crise econômico-financeira decorrente da Guerra do Yom Kippur (setembro de 1973), que se abateu sobre o mundo capitalista fez crescer, em importância, a estratégica Rota do Cabo, tornando sua manutenção vital para o Ocidente. A construção de grandes petroleiros, superiores a 150 mil toneladas (limite máximo de capacidade do Canal de Suez) consagrou essa importância para os povos da América, Europa e Sul da África. Mesmo com a reabertura do Canal de Suez, no final da década de 70, como resultado dos entendimentos entre os dirigentes judeus e egípcios, a Rota do Cabo e, por extensão, o Atlântico Sul, não retornou ao ostracismo que ocorreu quando da abertura dos Canais do Panamá e de Suez, no fim do século passado e início do presente. Os aspectos geopolíticos e geoestratégicos o tornaram perene e em franca e irrefutável ascensão. Nada mais natural, portanto, que vê-lo, hoje, não como uma forma alternativa para a navegação internacional, mas como uma rota marítima permanente.

Com o incremento do co-

mércio Sul-Sul, o Atlântico Sul veio tornar-se uma das rotas marítimas mais promissoras do globo terrestre. Haja vista o assentamento de interesses econômicos e comerciais entre, por exemplo, o Brasil, potência econômica emergente, e a África Negra, subdesenvolvida, marginalizada das relações econômicas e do sistema financeiro internacionais, mergulhada em graves problemas sociais, em que avulta o da miséria absoluta. O Atlântico Sul é, assim, uma área de importância crescente para as superpotências. Torná-lo desmilitarizado, no contexto da relatividade de interesses e propósitos, é uma utopia desconfortável para ambas. Daí o estabelecimento de políticas e estratégias que objetivam o fortalecimento do conceito de Segurança Coletiva, quando implementada.

O Atlântico Sul foi, é e será sempre um dos mais importantes vertedouros de ligação entre os Continentes. Quem o controlar, via Rota do Cabo, passará a controlar não somente o Oceano, mas países como o Brasil, Argentina e África do Sul. Isso, sem discorrer sobre o efeito danoso que causaria ao ecossistema da Europa, América e África, em conjunto.

Numa primeira colocação, observa-se não existir nenhuma definição precisa, universalmen-

te aceita, dos limites do Atlântico Sul. Todavia, do ponto de vista geográfico e de maneira genérica, compreende-se Atlântico Sul como a parcela do Oceano Atlântico situada ao sul do Equador, tendo-se essa linha geográfica como a delimitação norte, os Continentes sul-americanos e sul-africano nas configurações oeste e leste, prolongados para o sul por meridianos arbitrários.

O Brasil, com seus mais de 7.400 quilômetros de fronteira marítima, ocupa posição privilegiada na área. Assim, visando ao atingimento dos interesses estratégicos do país, torna-se indispensável deslocar-se o limite norte do Atlântico Sul, do Equador para o Trópico de Câncer. Justificam essa necessidade as seguintes razões: parte do território e da costa brasileiros situam-se no hemisfério norte; o limite sul do Tratado do Atlântico Norte é o trópico de Câncer; entre o Equador e o Trópico de Câncer situam-se áreas de importância capital, tais como o saliente africano e o Arquipélago de Cabo Verde, de um lado, e as inúmeras ilhas que dão acesso ao mar das Caraíbas, de outro.

De maneira mais ordenada, o Atlântico Sul pode ser considerado como tendo os seguintes limites:⁴ ao Norte, o Trópico de Câncer; a Oeste, o Meridiano de 060°W, costa leste da América

do Sul e Meridiano de 070°W; ao Sul, a Costa da Antártida e a Leste, a Costa Oeste da África e Meridiano de 025°E.

Os problemas do sul da África afetam todo o Atlântico Sul.

As antigas províncias portuguesas do Ultramar, todas hoje independentes, enveredaram pelo caminho do socialismo-comunismo e estão propiciando aos países membros do Pacto de Varsóvia penetração na área, via seus portos e posições estratégicas significativas. Esse é o caso de Angola, no saliente africano, próximo ao nordeste brasileiro, especialmente ao Estado do Rio Grande do Norte. Outro é Cabo Verde, que sendo um arquipélago, é dotado de uma posição geoestratégica peculiar, mormente a Ilha do Sal, através da qual é possível controlar a rota marítima do Cabo e a Baía de Walvis. Pesa sobre todos os países do Atlântico Sul o estigma da instabilidade política, decorrente dos graves problemas sociais internos. A única saída plausível, para eles, é a constituição urgente da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), organismo de cunho militar multilateral e regional, composto pelas Forças Armadas dos países membros. Essa organização, caso seja criada, deve buscar o entrelaçamento, via Trópico de Câncer, com a mais fecunda instituição militar

do Ocidente – a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Dada à textura geoestratégica do Atlântico Sul, é desejável que os países da região estabeleçam medidas substanciais, voltadas para criação dessa Organização, enquanto não se vislumbre o açoitamento generalizado do comunismo no sul da América, em que pese as presenças de Cuba, Suriname, República Cooperativa da Guiana e Nicarágua Sandinista.

O Brasil é um país marítimo por excelência. Basta consultar sua história, para o encontrá-lo intimamente ligado ao mar.

O Oceano Atlântico tem sido o caminho natural de expansão do país, intra e interfronteiras. A recente conquista de mercados para manufaturas brasileiras na África Negra deu-se pelo Atlântico Sul.

O incremento do comércio Sul-Sul, partindo da América Latina, mormente do Brasil, decorre da privilegiada posição estratégica do país, com uma costa de quase 8 mil quilômetros.

O mar, especialmente o Atlântico Sul, é o reservatório potencial e natural de recursos minerais, no contexto das 200 milhas náuticas de mar territorial ou zona econômica exclusiva.

Ao se analisar o Balanço Comercial do Brasil e, num sen-

tido mais abrangente, a Balança de Pagamentos, chega-se à conclusão de que 90% do seu intercâmbio comercial é feito por via marítima.

A economia brasileira depende, pois, de inúmeras rotas marítimas que liguem os portos brasileiros aos principais portos do resto do mundo,⁵ sendo as de maior significado para a economia do país:

- a Rota Costeira, entre o Rio da Prata e Trinidad. Em tonelagem, é a segunda rota de importação de petróleo, adquirido na Venezuela, além das demais cargas;

- a Rota Oceânica Europeia, entre o saliente Nordeste e a área Dakar-Cabo Verde. Entre as cargas mais variadas, está se tornando a quarta rota de importação de petróleo, proveniente do Mediterrâneo;

- a Rota Oceânica Centro-Africana, entre a área Rio-Santos-Vitória e o Golfo da Guiné. Atualmente é a terceira rota de importação de petróleo, proveniente da Nigéria.

- a Rota Oceânica Sul-Africana, entre a área Rio-Santos-Vitória e o Sul da África. É a principal rota de importação de petróleo, proveniente do Golfo Pérsico.⁶

Com a localização dessas rotas em Carta Marítima, verifica-se que os mais exponenciais pontos de acesso do tráfego marítimo de interesse do Brasil,

no Atlântico Sul, situam-se nas áreas de Trinidad, Dakar-Cabo Verde e Capetown.

Essas áreas marítimas devem, portanto, merecer atenção especial, no planejamento da segurança externa.

Associativamente, ao se estudar a Carta Marítima do Atlântico Sul, observa-se que as rotas acima passam nas proximidades e ao largo das Ilhas de Fernando de Noronha (Brasil); Cabo Verde (Nação independente da África Negra, ex-colônia de Portugal; Trindade (Brasil); Ascenção (pertencente ao Reino Unido, mas cedida em condomínio, desde o final da Segunda Guerra Mundial, aos Estados Unidos da América (EUA); Santa Helena (Reino Unido); Tristão da Cunha (Reino Unido) e Gough (Reino Unido).

Pode-se, outrossim, dentro dessa mesma conceituação, alocar, no Atlântico Sul, os seguintes pontos estratégicos das Rotas Marítimas: Cabo de São Roque (Brasil); Golfo de San Matias (Argentina); Golfo de San Jorge (Argentina); Cabo de Horn (Chile/Argentina); Golfo da Guiné (Guiana Equatorial); Baía de Walvis (Namíbia/Africa do Sudoeste); Cabo da Boa Esperança (África do Sul) e Cabo das Agulhas (África do Sul).

Das ilhas acima e das áreas concêntricas analisadas, podem-se desenvolver ações defensivas e ofensivas. Por isso, afir-

ma-se que o Atlântico Sul permite uma interação entre o Sul da América e o Sul da África, além da ligação geoestratégica e geopolítica com o Atlântico Norte e com o Oceano Índico.

O ATLÂNTICO SUL E A ANTÁRTICA

A Antártica, localizada no Polo Sul e que poderá ser dividida territorialmente em 25 de junho de 1991 pelos países signatários a aderentes do Tratado Antártico de Washington, está inserida na concepção de Segurança e Defesa do Atlântico Sul, uma vez que não existe uma delimitação fronteiriça precisa entre as águas do Atlântico Sul e o chamado "Continente Gelado".

Para melhor compreensão, à medida que a possível partilha da Antártica se aproxima, procurar-se-á fazer um breve histórico geopolítico e econômico desse território pouco conhecido do homem e que, segundo os especialistas dos países possuidores de bases permanentes na região,⁷ poderá, num futuro próximo, abastecer a humanidade de proteinas e matérias-primas vitais, como o petróleo.

As Regiões Árticas são dotadas de uma superfície de 21.434.400 km², comparável à superfície da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sendo quase três vezes

superior ao tamanho do Brasil e duas vezes e meia o tamanho dos Estados Unidos da América (EUA) e da República Popular da China (RPC). A superfície acima é assim distribuída: 8.376.900km² de terra firme ou gelo e 13.057.100km² de mar.

Segundo o Embaixador Ilmar Penna Marinho,⁸ os territórios árticos são dotados de duas categorias distintas: aqueles que se acham firmemente vinculados aos respectivos continentes; e as ilhas e pequenos arquipélagos, como as de Spitzberg (Noruega), Terra de Francisco José (URSS), Ilhas Sverdrup (Canadá) e as Ilhas da Groelândia, Nova Zembla etc.

Partes significativas das Regiões Árticas já têm donos. Pertencem aos Estados Unidos da América (EUA): o Alasca (386.000km²); ao Canadá: a Terra de Bafin e as Ilhas Sverdrup (1.756.000km²); à Dinamarca: Groelândia (1.849.000km²); à Noruega: incluindo Spitzberg (214.000km²); à Finlândia: 97.000km²; e à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS): 3.900.000km².

Em consonância com o pensamento do Embaixador Penna Marinho, são as seguintes as principais diferenças entre as Regiões Ártica e Antártica:

- as Regiões Árticas são dotadas de espessas camadas de gelo sobrepostas; as Antárti-

cas, de vasta extensão de terra coberta de gelos eternos;

- as Regiões Árticas são sistemas de setores e pertencem, sem contestação, aos países contíguos (Estados Unidos da América, Canadá, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas); as Regiões Antárticas são territórios compactos, cujas superfícies globalizadas perfazem cerca de 14.000.000km² (cerca de uma vez e meia a superfície do Brasil). É chamado de Sexto Continente. Durante o inverno, com o congelamento do oceano austral, que circunda o "Continente", sua superfície pode atingir até 35.000.000km²;

- as Regiões Árticas são habitadas e contíguas do Continente dos países vizinhos; as Antárticas se constituem em verdadeiros espaços oceânicos, desérticos, distantes das regiões habitadas. Por exemplo, a Terra do Fogo (Argentina) dista 3.600km da Nova Zelândia e sua distância geográfica é ainda maior, cerca de 4.700km. Da Tasmânia, dista mais de 5.000km e, do Cabo da Boa Esperança (África do Sul), cerca de 10.000km.

Outra diferença importante entre essas Regiões é a temperatura. Nas Regiões Antárticas, no verão, ela se situa em torno de 0°C, enquanto que no inverno alcança aproximadamente

-20°C, na orla marítima; no interior, no inverno, varia entre -20°C e -65°C, podendo chegar a -88°C, como já foi registrado na Estação Soviética de Kostok. Os ventos podem chegar, quando ensejam tempestades, a 320 km/h. Nas Regiões Árticas, as temperaturas, tanto no verão como no inverno, são mais brandas e as tempestades são ocasionais.

Ainda o Embaixador Penna Marinho assim estabelece os três principais aspectos políticos relacionados à Antártica:

- os Estados que reclamam direito de soberania sobre a Antártica alegam certos direitos sobre ela ou fazem reservas sobre tais direitos; enfim, admitem que a Antártica é passível de repartição entre os Estados;

- a tese contrária de internacionalização das Regiões Árticas ou Antárticas;

- o Tratado de Washington de 1959, congelando até 1991, todas as reivindicações territoriais.

O princípio da internacionalização da Antártica e/ou das Regiões Polares é inspirado no da liberdade dos mares e calçado nas posições defendidas pelas duas superpotências. Não é idéia nova e se contrapõe aos países que reivindicam possessões tanto nas Regiões Árticas, como nas Antárticas, e se baseia em duas proposições fun-

damentais: a liberdade para o processamento de investigações científicas e o resoluto uso da Antártica para fins pacíficos, exclusivamente.

O Tratado Antártico de Washington foi assinado em 1º de dezembro de 1959, mas só entrou em vigor em 23 de junho de 1961. Tem duração de 30 anos, isto é, vigirá até 1991, quando os países signatários originais e aderentes, com poderes plenos, se reunirão em Washington para decidirem o destino do "Continente Gelado", sua partilha ou perenização do princípio da internacionalização. É um compromisso transnacional e provisório. O Tratado, por outro lado, delineia-se através de um preâmbulo de quatorze artigos, nele destacando-se as seguintes características principais:

- é de interesse para a humanidade, quanto as potencialidades do "Continente Gelado" são formidáveis e ainda em fase embrionária de prospecção;

- exclusividade para fins pacíficos, o que tem sido respeitado até os dias de hoje. É o único Continente do planeta Terra ainda não contaminado diretamente pela militarização;

- liberdade de investigação científica. Todos os países que desejarem e tiverem condições podem adentrar a Antártica, desde que essas investigações

científicas tenham conotações pacíficas claras;

- cooperação internacional na investigação e pesquisa da Antártica. Este é um ponto de suma relevância, já que o que se observa nas Estações de Pesquisas Científicas na Antártica é a inexistência de conotação ideológica ou da bipolaridade de poder, pelo menos de forma transparente. São constantes as visitas recíprocas de cientistas, num clima de harmonia. A Base Aérea chilena de Punta Arenas, estrategicamente localizada na entrada das Regiões Antárticas, é utilizada pela grande parte dos países que são possuidores de Estações Permanentes na Região, como base de descanso e de reabastecimento de suprimentos.

Hoje a Antártica não pertence a nenhum país. É uma região internacional. O marco geográfico de aplicação do Tratado é 60° de latitude Sul, incluindo todas as geleiras ou barreiras de gelo lá encontradas.

Segundo o Embaixador Penna Marinho, por força do Artigo IX do Tratado de Washington, três categorias de Estados integram o sistema por ele criado:

- os doze signatários originais, que são membros permanentes, independentemente das atividades que desenvolverem;

- os aderentes ativos, que participarão das Reuniões Consultivas, enquanto exercerem determinadas atividades científicas na Região Antártica; e
- os aderentes não ativos, os quais não participam das Reuniões Consultivas.

O Brasil passou a ser membro aderente ativo do Tratado Antártico, a partir de 16 de maio de 1975, quando o Ministério das Relações Exteriores do Brasil fez a entrega ao Departamento de Estado Americano, depositário do Tratado, do seu Instrumento de Adesão, comprometendo-se a cumpri-lo e respeitá-lo. O Brasil poderia ter sido membro originário do Tratado, pois participara do Ano Geofísico Internacional. Entretanto, apesar do seu pleito, não foi admitido na Conferência de Washington, por não ter realizado, na oportunidade, nenhuma expedição científica ao Continente Austral.

Em suma, as Regiões Árticas e Antárticas estão intimamente ligadas ao Atlântico Sul, tanto em relação à Segurança e Defesa quanto ao desenvolvimento. O Atlântico Sul, na sua acepção mais genérica, é resguardado pela Antártica e exerce funções de seu escudo. Assim, não se pode prescindir de uma análise a respeito do "Continente Gelado", quando se desenvolvem estudos sobre o

Atlântico Sul. Futuramente, seu domínio permitirá que um certo bloco de poder dominante possa alcançar a hegemonia política-militar na área. Infere-se, por isso, o desejo precípua dos países banhados pelo Atlântico Sul e afins de mantê-lo à margem das disputas quanto à bipolaridade de poder.

UM IDEÁRIO POLÍTICO PARA O ATLÂNTICO SUL

Como tentou-se mostrar, existe uma simbiose de interesses e proposições entre o Atlântico Sul e as Regiões Antártica e Ártica. Procurar-se-á, a seguir, visualizar políticas que, se implementadas, servirão para a interação de interesses entre o Atlântico Sul e as Regiões Antárticas, quanto à Segurança, Defesa e Desenvolvimento Coletivo, com vistas a potenciais agressões extra-regionais e/ou continentais. Tais políticas deverão:

- criar preceitos e conceitos voltados para uma maior integração genérica entre o Atlântico Sul e a Antártica;
- gerar condições adequadas para uma maior interação de interesses comuns entre a Argentina, Brasil, Chile e África do Sul, membros tanto do Atlântico Sul, como do Tratado Antártico de Washington;

- estabelecer, entre os países do Atlântico Sul, a idéia motriz, via acordos culturais e científicos, por exemplo, quanto à importância da Antártica para a segurança e defesa da região;

- a medida que o Continente Antártico é a fronteira sul do Atlântico Sul, promover um permanente diálogo franco com os signatários do Tratado da Antártica, dentro do princípio da interdependência e do inter-relacionamento entre as Nações;

- iniciar a adoção de medidas para a extração, do Continente Antártico para o Atlântico Sul, dos princípios da paz coletiva;

- unir o Atlântico Sul e a Antártica, tornando-os "santuários" da preservação da raça humana e do mundo animal e vegetal;

- assentar as bases para uma ação conjunta, futura e imediata, dos dois Continentes, na preservação e exploração racional dos recursos minerais e pesqueiros (73), abundantes na região;

- através de entendimentos, buscar a delimitação precisa das fronteiras dos dois Continentes, possibilitando a consecução de políticas e estratégias destinadas à defesa interna e intracontinentais;

- criar, com os países da América do Sul e do Sul da África que fazem parte do Tratado da Antártica, uma organi-

zação multilateral, consultiva, visando a uniformizar as políticas desenvolvidas no Atlântico Sul com aquelas desenvolvidas na Antártica;

- num sentido global, procurar equacionar as políticas nacionais dos países banhados pelo Atlântico Sul com as dos membros do Tratado da Antártica, sem ferir o princípio da soberania e independência individuais.

As estratégias para a implementação das políticas voltadas para a interação de interesses, preceitos e conceitos entre o Atlântico Sul e as Regiões Antárticas podem ser assim delineadas:

- incrementar a interação de interesses entre os países membros do Atlântico Sul e da Antártica, constituindo-se uma Comissão ou um Conselho Consultivo bicontinental, envolvendo os países do sul da América e do sul da África;

- incentivar, sem conotações ideológicas ou políticas, a aproximação político-diplomática entre Brasil, Argentina, Chile e África do Sul;

- estimular, entre os países membros do Atlântico Sul, a realização de acordos ou tratados científico-culturais que levem a uma maior aproximação com os países signatários do Tratado da Antártica;

- tornar exequível o enten-

dimento entre os países membros do Atlântico Sul e os do Tratado da Antártica;

- acelerar a integração científica e tecnológica entre os Continentes Antártico e do Atlântico Sul, através dos países superpostos;

- promover a obtenção urgente de um compromisso sério, pelos países do Atlântico Sul e da Antártica, pautado no Direito Internacional, que permita a exploração e pesquisa racional de suas riquezas e potencialidades, em benefício do grupo de países, desenvolvendo uma racionalidade crítica, capaz de impedir que os mesmos sejam transformados em disputas política e bélicas, quanto ao conflito Leste-Oeste;

- buscar, extracontinentalmente, os auxílios necessários para a consecução dos objetivos acima delineados, já que sendo os países do Atlântico Sul nações em desenvolvimento, não são dotados de mecanismos e recursos em escala suficiente para a viabilização das políticas pretendidas;

- regulamentar as fronteiras comuns entre o Atlântico Sul e a Antártica; instituindo uma Comissão Conjunta de Nações que assentaria, com precisão, onde termina o Atlântico Sul e onde começa a Antártica, recebendo auxílio das Nações Unidas e de Organismos voltados para a discussão do direito do

mar. Essa Comissão Conjunta Transcontinental teria um prazo, não superior a quatro anos, para apresentar soluções adequadas e definitivas ao problema. Seu laudo final deverá coincidir com a partilha da Antártica;

- propiciar os meios compatíveis para que os países membros dos dois Continentes possam constituir a Organização das Nações do Atlântico Sul e da Antártida (ONASA), semelhante à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Organização dos Estados ou Nações do Atlântico Sul (ONAS);

- a Organização dos Estados ou Nações do Atlântico Sul (ONAS) seria o órgão político institucional de integração, segurança, defesa e desenvolvimento recíproco do Atlântico Sul e da Antártica, sem ferir suscepçalidades ou interesses unilaterais;

- caberia à Organização dos Estados ou Nações do Atlântico Sul (ONAS) a coordenação de estratégias voltadas para uma eficiente integração entre as Nações, na desmilitarização e desnuclearização desses dois Continentes, sem que isso represente a adoção de uma paz utópica;

- a organização acima teria, também, a função de difundir as políticas e estratégias nacionais, compatibilizando-as com os interesses grupais. Não buscaria sobrepor-se aos Órgãos

Regionais existentes e, sim, interagir.

NOTAS

1. A Rota do Cabo (Cabo da Boa Esperança, África do Sul) liga os Oceanos Atlântico e Índico, vitais para a sobrevivência da América, Europa e Sul da África, enquanto Continentes viáveis, do ponto de vista econômico, comercial, de defesa e de segurança.
2. O Canal de Suez liga o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho e foi construído em 1869, pelos ingleses, objetivando encurtar as distâncias geográficas entre o Oriente Médio e a Europa, e, por extensão, a América. O projeto é de autoria do francês Ferdinand Lesseps. Enquanto permaneceu aberto, reduziu, drasticamente, a importância econômica e comercial da rota marítima do Cabo. Entretanto, ele foi fechado em 1967, em decorrência de mais uma guerra entre judeus e árabes. Com o estabelecimento das relações diplomáticas entre Israel e Egito, em 1978, o Canal de Suez foi reaberto para a navegação internacional, mas sua profundidade e estreiteza não permitem a passagem de navios de mais de 150 mil toneladas. Portanto, a Rota do Cabo teve perenizada a sua viabilidade econômica, sem discutir a estratégica, pois esta é natural, em função da segunda crise geral do Sistema Capitalista (setembro de 1973), como consequência, de mais uma guerra entre árabes e judeus.
3. O Canal do Panamá foi construído em 1914, interligando os Oceanos Atlântico e Pacífico. É localizado no Panamá, país que a princípio o entregou, de forma perpétua, aos Estados Unidos da América (EUA), como forma compensatória ou de gratidão pela decisiva ajuda dos americanos no processo de independência dos panamenhos, alcançada em 1903. Vale ressaltar que, até então, o Panamá era um território da Colômbia. Dentro

desse contexto, surgiu a zona do Canal do Panamá, em cuja área, na cidade do Panamá, está localizado o Canal. Pelos entendimentos de 1977/78, mantidos pelos então Presidentes dos Estados Unidos da América (EUA) e do Panamá, Jimmy Carter e Omar Torrijos, respectivamente, o Canal voltará a ser integrado ao território e à soberania panamenhas à meia-noite do dia 31 de dezembro de 1999. Os americanos, no conjunto da política da boa vizinhança, lançada pelo Presidente Franklin Delano Roosevelt, em 1932, para a América Latina, declinou o direito perpétuo sobre o Canal, em troca de salvaguardas.

4. Trabalho Especial (TE-74), elaborado pelo Almirante de Esquadra Henrique Sabóia (atual Ministro de Estado da Marinha), "A Segurança Nacional em Face da Importância Crescente do Atlântico Sul", quando cursou a Escola Superior de Guerra (ESG). A citação da chamada analítica foi retirada do citado Trabalho, à página 03.
5. A citação da chamada analítica foi retirada do citado Trabalho, às páginas 06 e 07.
6. O Golfo Pérsico, desde setembro de 1980, data do início do sangrento conflito entre o Irã (República Islâmica Fundamentalista) e o Iraque, é uma das mais sensíveis regiões do Planeta, notadamente porque por esse Golfo escoam 70% do petróleo hoje consumido no Ocidente. Dentro dessa linha, o Golfo Pérsico é extremamente estratégico, em decorrências, também, da sua proximidade com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).
7. São os seguintes os países signatários do Tratado da Antártica, entre Nações Consultivas (originárias) e Aderentes (possuidoras de bases de pesquisas permanentes no "Continente Gelado"), dotando-os de condições plenas para reivindicarem territórios a partir de 1991: África do Sul; Argentina, Austrália; Bélgica; Chile; Estados Unidos da América (EUA); França; Japão; Noruega; Nova Zelândia; Reino Unido; União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); República Federal da Alemanha

- (RFA); Índia; Brasil (Estação Comandante Ferraz, localizada na Ilha de King George).
8. Conferência proferida pelo Embaixador Ilmar Penna Marinho, na Escola de Guerra Naval (EGN), em 24 de junho de 1982.
9. A Antártica, o desejado "Continente Gelado", é disputado, no contexto da bipolaridade de poder, na medida em que, tanto os Estados Unidos da América (EUA) como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) são signatários do Tratado da Antártida de Washington. São defensores da tese

da internacionalização das Regiões Árticas e da Antártica. Posicionam-se contrários à Teoria da Defrontação, que permite a extração do território continental do país pleiteante, na Antártica, como parâmetro válido para a reivindicação territorial, a partir de 23 de junho de 1991, quando expira o prazo moratório do Tratado supramencionado. A problemática persiste e só será solucionada quando expirar o prazo de vigência do Tratado da Antártica, que é de 30 anos. Até lá, os países medirão forças entre os internacionalistas e os defensores da Teoria da Defrontação.



FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA, 31 anos, nasceu em Teresina, Piauí. É Professor de Economia Internacional da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), e Técnico Sênior da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Estado do Piauí (CEPRO). É formado em Economia, Relações Internacionais, Ciências Políticas e Sociologia. É mestre em História das Relações Exteriores do Brasil. Possui doze livros publicados, dentre os quais merecem destaque os seguintes: "A Guerra no Atlântico Sul - Reino Unido x Argentina", "Pelos Caminhos de uma Nação", "O Fortalecimento Institucional das Organizações Internacionais" e, "A Problemática do Atlântico Sul: Conseqüências da Guerra das Falklands/Malvinas (TE-87, ESG, DAP)". Possui diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), ministrado pela Escola Superior de Guerra (ESG).



O CAMINHO PARA O ACORDO DE MUNIQUE — ALGUNS DADOS SOBRE A CRISE OCORRIDA NA EUROPA, MEIO SÉCULO ATRÁS

Josef Soucek

O autor, como milhares de compatriotas, entre 29 e 30 de setembro de 1938, encontrava-se na frente de batalha para defender a Tchecoslováquia da ameaça nazista. E diz, em carta que encaminhou o artigo à redação de A Defesa Nacional:

"Infelizmente, nossos aliados, contra nossa vontade, apoiaram a Alemanha no Acordo de Munique, e nosso exército e nosso povo, muito disciplinados, cumpriram as ordens superiores.

"Entretanto, logo após, aos milhares, fugimos da Pátria ultrajada, para formar um exército no exterior e lutarmos, ao lado dos aliados que a haviam entregue a Hitler.

O POTENCIAL MILITAR DA TCHECOSLOVÁQUIA

No dia 23 de setembro de 1938, sexta-feira, às 22:30 horas, o governo

tchecoslovaco convocou a mobilização geral de todos os homens com até 40 anos de idade. Entre os dias 23 e 28 de setembro, foram convocados 1.250.000 homens, formando assim um

exército de mais de um milhão e meio de soldados e oficiais. Foram mobilizados menos de 10% da população e concentradas 36.000 viaturas motorizadas, 32.000 viaturas de tipos diversos e 200.000 cavalos. O poder defensivo do Exército tchecoslovaco foi reforçado por 9.632 casamatas, médias e leves, e 38 fortalezas. Menos de uma semana foi o tempo suficiente para colocar em plena prontidão todos os tipos de armas técnicas. Unidades de artilharia foram equipadas com modernos canhões, organizadas em 213 grupos. Além de 1.200.000 fuzis da melhor qualidade, o Exército tinha 62.000 metralhadoras de fama mundial. À disposição, havia, também, 64 baterias de canhões antiaéreos e 77 companhias de metralhadoras antiaéreas de vários calibres. Para os primeiros dias foram preparadas 2.500.000.000 unidades de munição para os fuzis e metralhadoras e, para cada canhão, de acordo com seu calibre, até 2.600 granadas. Na época de mobilização, a Tchecoslováquia tinha 600 carros de combate, 16 trens blindados e 25 navios fluviais de guerra. A aviação tchecoslovaca tinha 568 aviões de primeira linha, 946 de segunda linha, grandes depósitos de combustível e 62.000 bombas.

O PLANO GRÜN

O Exército alemão que já vi-

nha se preparando, durante anos, para a invasão da Tchecoslováquia (Plano "Grün" verde), tinha os seguintes eixos e objetivos: ao norte, em Silesia, 2^a Armada, comandada pelo Gen Gerda von Rundsted, com o objetivo de penetrar no centro da Morávia, em direção a Opava, Olomouc; na fronteira entre Silesia e Saxônia, estava concentrado o 4º Corpo do Exército, com o objetivo de segurar o Exército tchecoslovaco no norte da Bohemia; ao sul da Saxônia, ficou concentrado o 8º Grupo do Exército, comandado pelo General L. Beck, com o objetivo de penetrar em direção a Dresden-Praha; em Durin e no norte da Bavária, ficou concentrada a 10^a Armada, comandada pelo Gen Walter von Reichenau, com o objetivo de penetrar em direção a Plzen. No sudeste da Bavária e noroeste da Áustria, ficou concentrada a 12^a Armada, comandada pelo Gen von Leebe, com o objetivo de penetrar em direção a Pasau-Ceske Budjovice. Ao norte e noroeste de Viena, ficou concentrada a 14^a Armada comandada pelo Gen Wilhem List, com o objetivo de penetrar em direção a Brno.

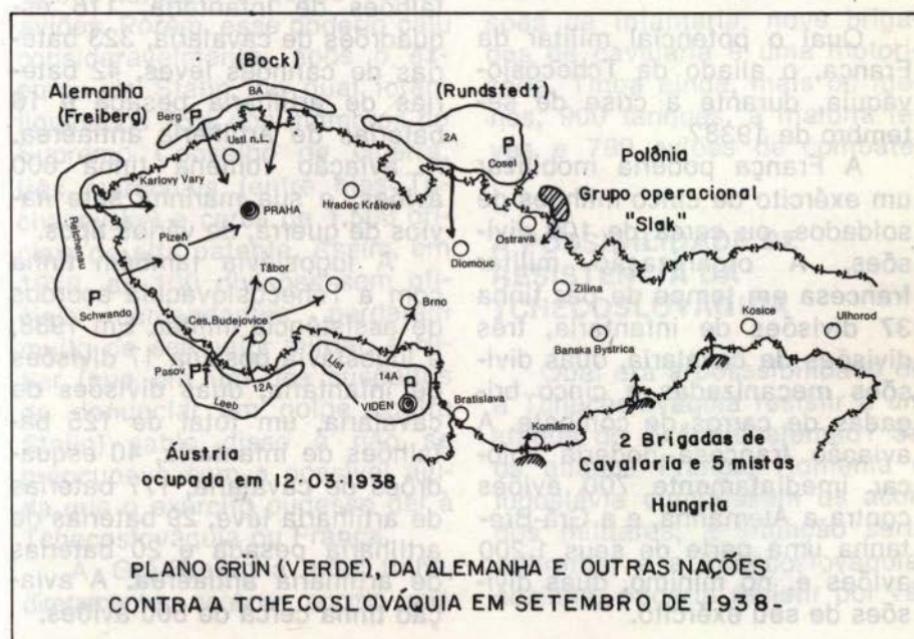
Na reunião com Hitler, no dia 03 de setembro de 1938, foi confirmado que a invasão da Tchecoslováquia iria começar, após um "incidente", no dia 28 de setembro de 1938. Para a invasão da Tchecoslováquia, a

Alemanha tinha concentrado um total de 40 divisões de infantaria e blindadas.

Como Hitler não eliminou a possibilidade de intervenção de outras nações em favor da Tchecoslováquia, ele concentrou contra a França o 1º Exército, comandando pelo Gen L. Beck; contra a Holanda o 5º Exército, comandado pelo Gen Curt Liebermann; o 7º Exército comandado pelo Gen Seutter von Lotzen foi deslocado para a parte sul do rio Reno; parte do Exército alemão foi orientado contra a Polônia e Rússia; o 3º Exército, comandado pelo Gen Georg von Kücheler, estabeleceu-se na fronteira da Prússia Oriental e o

4º Exército, do Gen Kurt von Hammerstein, ficou concentrado em Pomorania. A maioria da Luftwaffe deveria ser usada contra a Tchecoslováquia.

A Alemanha se preocupava com a situação internacional que poderia surgir durante o ataque contra a Tchecoslováquia e com a possibilidade de lutar nas duas frentes. Essa possibilidade deveria ser eliminada com o isolamento da Tchecoslováquia e, para isso, foi aproveitada a atitude hostil da Polônia de Beck, e da Hungria de Horthy; porém, o maior esforço feito pela Alemanha foi explorar as atitudes conciliatórias da Grã-Bretanha e da França.



COMPARAÇÃO ENTRE OS EXÉRCITOS TCHECOSLOVACO E ALEMÃO EM SETEMBRO DE 1938

QUANTIDADES TOTAIS	PAÍSES	DIVISÕES	TANQUES	AVIÕES	HOMENS
	Alemanha Tchecoslováquia	47 45	720 469	2.500 1.582	2.200.000 2.000.000
EXÉRCITOS DE INVASÃO E DEFESA	Alemanha Tchecoslováquia	39 37	720 400	2.400 1.500	1.825.000 1.645.000

OS ALIADOS EFETIVOS E POTENCIAIS DA TCHECOSLOVÁQUIA

Qual o potencial militar da França, o aliado da Tchecoslováquia, durante a crise de setembro de 1938?

A França poderia mobilizar um exército de cinco milhões de soldados, ou cerca de 100 divisões. A organização militar francesa em tempo de paz tinha 37 divisões de infantaria, três divisões de cavalaria, duas divisões mecanizadas e cinco brigadas de carros de combate. A aviação francesa poderia colocar imediatamente 700 aviões contra a Alemanha, e a Grã-Bretanha uma parte de seus 1.200 aviões e, no mínimo, duas divisões de seu exército.

A Romênia, que tinha acordos militares com a Tchecoslováquia, poderia formar 195 batalhões de infantaria, 116 esquadrões de cavalaria, 323 baterias de canhões leves, 42 baterias de artilharia pesada e 16 baterias de artilharia antiaérea. A aviação romena tinha 800 aviões, e sua marinha sete navios de guerra, de vários tipos.

A Iugoslávia também tinha com a Tchecoslováquia acordos de assistência militar. Em 1938, a Iugoslávia possuía 17 divisões de infantaria, duas divisões de cavalaria, um total de 125 batalhões de infantaria, 40 esquadrões de cavalaria, 177 baterias de artilharia leve, 29 baterias de artilharia pesada e 20 baterias de artilharia antiaérea. A aviação tinha cerca de 800 aviões.

A União Soviética matinha, alguns anos antes do Pacto de Munique, certa cooperação militar com a Tchecoslováquia, na base de troca de know-how. Foi planejado que aquele país enviasse para a Tchecoslováquia 700 aviões em caso de agressão alemã, porém o problema foi obter autorização do governo polonês ou romeno, uma vez que nenhum dos dois tinha vontade de permitir essa ação.

Sob a liderança do Marechal M. N. Tuchacevsky, Vice-Comissário para a Defesa, o Exército soviético passou por várias mudanças rápidas, com o objetivos de modernização e mecanização. Em 1937, o exército tinha 97 divisões, 50.000 canhões, 10.000 tanques e quase 10.000 aviões. Porém, esse poderio caiu consideravelmente, após o expurgo de Stalin, no qual foram liquidados 75% dos membros do Supremo Conselho de Guerra, três marechais (entre eles Tuchacevsky) e cerca de 1.500 oficiais de alta patente. Assim, em 1938, as 100 divisões sem oficiais comandantes perderam muito de seu valor militar, e Hitler (que era um dos suspeitos de denunciar um golpe contra Stalin) sabia disso e não se preocupava com a possível ajuda que o exército pudesse dar à Tchecoslováquia ou França.

A Grã-Bretanha não tinha, diretamente, nenhum acordo mili-

tar com a Tchecoslováquia, porém a França hesitava em cumprir o acordo com os tchecoslovacos, receosa de não receber auxílio da Grã-Bretanha. Esta tinha planos de enviar à França duas divisões. Em tempo de crise, a França tinha 2.031 aviões. No início de 1938, eram fabricados 30 "Supermarine Spitfire" (600km/h) por dia na Grã-Bretanha.

A Polônia, apesar de ter assassinado um pacto de não agressão com a Alemanha em 1934, foi, desde o começo, condenada por Hitler. Infelizmente, os líderes políticos poloneses não se deram conta da realidade e, aos invés de juntar forças, atacaram a Tchecoslováquia no momento mais crucial de sua vida. A Polônia tinha 30 divisões de infantaria, nove brigadas de cavalaria e uma motorizada. Tinha ainda, mais ou menos, 900 tanques, a maioria leves e 789 aviões de combate.

A POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA DA TCHECOSLOVÁQUIA

Qual era a possibilidade de a Tchecoslováquia resistir a um ataque do Exército alemão? Se os aliados França, Romênia e Iugoslávia cumprissem os acordos militares, a situação seria diferente, e a Tchecoslováquia, sozinha, poderia resistir por vá-

rias semanas, até que os aliados completassem sua mobilização e, mesmo após a assinatura do Acordo de Munique, em 29 de setembro de 1938, as chances da Tchecoslováquia não haviam desaparecido totalmente, pelas seguintes razões:

- a maioria do alto comando do Exército alemão era contra a invasão da Tchecoslováquia e preparava um golpe contra Hitler no dia 29.09.1938;
- o Exército tchecoslovaco iria lutar com apoio da maioria da população;
- a fronteira com a Alemanha foi fortificada com modernas casamatas, construídas em várias linhas também no interior;
- o armamento do Exército tchecoslovaco era de melhor qualidade (por isto a Tchecoslováquia era o maior exportador mundial de material bélico).

A CRONOLOGIA DO CAMINHO PARA O ACORDO DE MUNIQUE

- 30.01.1933 – O presidente alemão Marechal Paul von Beneckendorf und von Hindenburg convida, para chefiar o novo governo alemão, o líder do partido nazista Adolf Hitler.
- 26.01.1934 – A Alemanha e

a Polônia firmam um tratado de não agressão.

30.01.1934 – Os nazistas assassinam numerosos líderes da S.A.

28.07.1934 – Os nazistas, encorajados por Berlim, matam o chanceler austro-alemão Dolfus, em Viena.

1934–1935 – A Itália invade a Etiópia.

13.01.1935 – O território de Sar é reincorporado à Alemanha.

1935 – É assinado um acordo militar entre a Tchecoslováquia e a URSS.

1935 – É assinado um acordo militar entre a França e a URSS.

27.02.1936 – A França ratifica o pacto militar com a URSS.

07.03.1936 – O território desmilitarizado da Renânia é ocupado pela Wehrmacht.

1936 – Guerra civil na Espanha.

21.08.1936 – Assinado o acordo do eixo Berlim-Roma.

Outubro/1936 – A Bélgica cancela sua aliança com a França.

05.11.1937 – A Conferência de Adolf Hitler com os comandantes militares, durante a qual Hitler dá ordem para a preparação do começo de uma guerra entre os anos de 1943-45. Antes, porém, a Tchecoslováquia

e a Áustria deveriam ser eliminadas.

Outubro/1937 - A Alemanha pede a devolução de suas colônias.

19.03.1937 - Todo o governo austriaco chefiado por Schusching pede demissão, com exceção do nazista Seys-Ingnart.

12.03.1937 - Ocupação da Áustria.

13.03.1937 - É formado novo governo na França, por L. Blum e J. P. Boncour.

11.06.1937 - O Marechal Tukhachevsky e mais 1.500 oficiais são fuzilados.

09.12.1937 - É assinado o acordo comercial entre a Alemanha e a Romênia.

14.03.1938 - Blum garante, ao embaixador tcheco, que a França honraria, sem reservas, seu compromisso com a Tchecoslováquia.

28/29.4.28 - Conferência anglo-francesa em Londres, com a participação de Chamberlain, Halifax, Deladier e Bonnet, durante a qual fica resolvido que era necessário pressionar o governo tchecoslovaco a aceitar as exigências de Hitler.

19.05.1938 - A Tchecoslováquia recebe informações de concentração dos exércitos alemães na Silezia, Áustria, e de que 11 divisões começavam a se mo-

vimentar para a fronteira com a Bavária.

20.05.1938 - O Gen W. Keitel envia o "Plano Grün" corrigido para Hitler.

21.05.1938 - A Tchecoslováquia declara mobilização parcial de seu exército (de 175.000 para 371.000 homens).

28.05.1938 - Na conferência de Berlim, Hitler declara que a Alemanha deveria ficar pronta militarmente, em dois meses, para depois eliminar a Tchecoslováquia.

22.06.1938 - A mobilização parcial do Exército tchecoslovaco é revogada.

08.06.1938 - O partido "Sudetenpartai" entrega, ao Presidente Benes, uma proposta, com 12 itens, para reorganização da Tchecoslováquia.

03.08.1938 - A Inglaterra envia, para a Tchecoslováquia, o representante Runciman.

27.08.1938 - O Chefe do Estado-Maior Gen Ludvig Beck declara que o Exército alemão não estava preparado para atacar a Tchecoslováquia e arriscar-se numa guerra em duas frentes. Foi substituído pelo Gen F. Halder.

11.09.1938 - Os alemães em Cheb atacam policiais tchecos e 18 são feridos.

15.09.1938 - Chamberlain,

visita Hitler em Berchtesgaden.

21.09.1938 – O governo polonês pede, ao governo tchecoslovaco, para promover um plebiscito no território de Tesin.

22/23.9.38 – Chamberlain em Godesberg.

27.09.1938 – Hitler ordena, ao primeiro escalão de invasores da Tchecoslováquia, que fique preparado para atacar no dia 30.09.1938, às 06:15 horas.

28.09.1938 "Quarta-feira negra." O Chefe do Estado-Maior, Gen Halder, e outros pre-

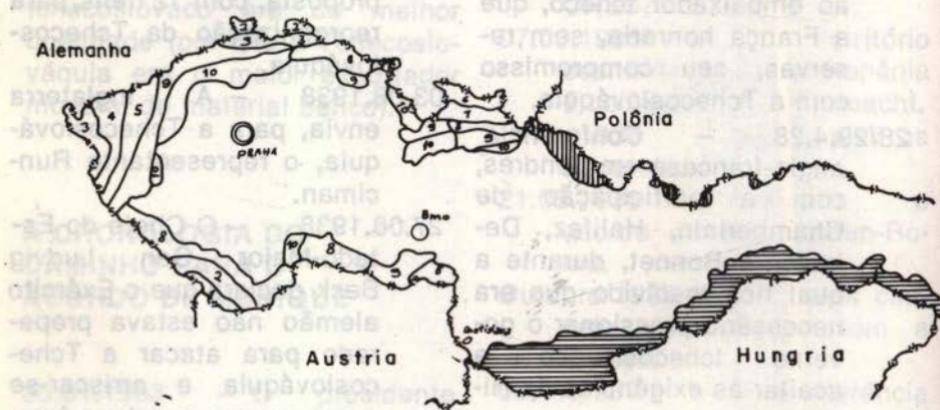
param um golpe contra Hitler.

28.09.1938 – A Marinha da Grã-Bretanha recebe ordem para mobilização. O Exército francês é parcialmente, mobilizado.

29/30.9.38 – Munique.

30.09.1938 – Os quatro representantes assinam o acordo de Munique, sem a presença do representante da Tchecoslováquia, que não tinha o direito de opinar sobre o mesmo, apenas deveria aceitá-lo ou não, até as 12:00 horas do dia 30.09.1938.

AS PERDAS TERRITORIAIS DA TCHECOSLOVÁQUIA, NO FINAL DE 1938, EM CONSEQUÊNCIA DA IMPOSIÇÃO DE MUNIQUE E DA ARBITRARIEDADE DE VIENA



1 – 10 = Territórios ocupados pela "Wehrmacht" entre 1 e 10 de outubro de 1938

= Territórios ocupados pelo Exército polonês em outubro e novembro de 1938

= Territórios ocupados pelo Exército húngaro em novembro de 1938

AS CONSEQUÊNCIAS DA IMPOSIÇÃO DE MUNIQUE E DA ARBITRARIEDADE DE VIENA

TCHECOSLOVAQUIA ANTES DE 30.09.1938

Área 140.508 km ²	14.729.536 habitantes
------------------------------	-----------------------

OCUPAÇÕES

Alemã = 28.291 (20,1%)	3.817.865 (25,9%)
Polonesa = 805 (0,6%)	227.399 (1,5%)
Húngara = 11.833 (8,4%)	972.092 (6,6%)

TERRITÓRIO TCHECOSLOVACO RESTANTE APÓS SETEMBRO 1938

99.579 (70,9%)	9.712.180 (66,0%)
----------------	-------------------

OS EXÉRCITOS EUROPEUS EM SETEMBRO DE 1938

UNIDADE	TCHECOSLOVÁQUIA	ALEMANHA	FRANÇA	ROMÉNIA	IUGOSLÁVIA	POLÔNIA	GRÂ-BRETANHA	URSS	HUNGRIA
Divisão Infantaria	34	35	73	22 (34)	17 (28)	30	17	86	21 RI
Divisão Infantaria Mot.	1	4	2	0	0	0	0	0	0
Divisão Infantaria Leve	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Divisão Blindada	0	5	21 Br Bl	0	0	10/Batalhões	1	0	0
Divisão Montada	1 Brigada	2	0	0	2	0	0	10	0
Divisão Cavalaria	4	-	3	3(5)	2	9/Brigadas	2 Brigadas	26	0
TOTAL DAS DIVISÕES	45	47	78	25	21	30	18	122	21 RI
SOLDADOS	2.000.000	2.200.000	1.000.000	186.000	184.000	500.000	230.000	1.513.400	100.000
Aviões	1.514	2.700	2.100	800	600	1.774	2.031	6.672	
TANQUES	608	720	3.300			600		15.000	
CANHÕES	2.142			2.147	1.022			55.000	
CANHÕES A.C.	1.300								300
MORTEIROS	843								

JOSEF SOUCEK é Presidente da Associação dos Ex-Combatentes Tchecoslovacos no Brasil e Coordenador das Associações dos Ex-Combatentes Aliados em São Paulo.



A QUESTÃO AGRÁRIA — AINDA INRESOLVIDA

Pedro Montenegro Barbosa

para atacar no dia
30.09.1938, às 06:15 horas.
26.09.1938 "Quarta-feira negra."
O Chão do Brasil-Maior,
Gen. L.

não tinha o direito de opinar sobre o mesmo, apenas deveria acatá-lo ou não, até as 10:00 horas do dia

Reprodução de matéria publicada na revista Cultura e Fé, edição Abr/Jun 88, do Instituto de Desenvolvimento Cultural — Porto Alegre, RS.

Nela o autor comenta o texto da Constituição recém-promulgada que trata do assunto.

Autonomia	Sobral	Arivaldo Lacerda	Paulo Vanzetti	Antônio Góes	Antônio	Almirante	Minas Gerais	Alagoas	Paraná
10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Ainda não foi desta vez, lamentavelmente, que o Brasil conseguiu estabelecer um texto constitucional, que viesse definir, com a necessária nitidez, o equacionamento correto da questão agrária.

Neste dez de maio de 1988, mais uma vez, o poder de influência dos grandes proprietários de terra e dos latifúndios, em nosso país, fez valer o seu

peso. E a Assembléia Nacional Constituinte, por mais um "cochilo", incluiu entre as áreas rurais indesapropriáveis as denominadas "propriedades produtivas".

Com isso — através de uma armadilha do Regimento Interno da Constituinte, o tal de "destaque supressivo" — passou-se uma rasteira nos chamados "progressistas", driblou-se a torcida de milhões de brasileiros e

se frustrou a expectativa de mais de dez milhões de agricultores sem terra, que depositavam nos Constituintes da "Nova República" a sua esperança.

Na verdade, foi infeliz a decisão da Constituinte nessa parte. Toda a expressão vaga ou imprecisa em disposição constitucional é indesejável, porque é perigosa, podendo servir a interpretações dúbias e controvérdias. Por isso mesmo, a expressão "propriedade produtiva", a ficar isenta do processo desapropriatório, poderá ensejar – como já acontece atualmente – conflitantes entendimentos judiciais, que poderão paralisar, ou, mesmo, invalidar o ato desapropriatório governamental.

E é de se esperar que, se tal disposição não for reformulada oportunamente, por novo texto legal – constitucional ou ordinário – estabelecendo critérios bem definidos sobre o que se deva entender por "propriedades produtivas", se estará correndo o risco de ataques e embargos abaladores dentro do processo desapropriatório, que poderão travar, ou, até mesmo, anular a ação reformista do Governo. E que poderá ser detida onde mais precisaria atuar: – em meio dos contrafortes dos poderosos feudos agrários existentes no país.

A impressão que ficou é a de que a arremetida intransigente do "Centrão" (e do lobby da UDR) contra a disposição que

permitiria a desapropriação das terras produtivas, que não estivessem cumprindo com sua função social (obrigação que se quer, inafastável a toda propriedade), esconde um objetivo indiscutível: – o de obstaculizar, o quanto possível, a efetivação no país de uma Reforma Agrária, realmente eficaz e abrangente.

Ao se colocarem indesapropriáveis as denominadas "propriedades produtivas", sem restrição ao tamanho que tiverem e às condições econômicas, jurídicas e sociais de sua exploração, tenta-se fazer intocáveis grandes propriedades agrárias e latifúndios anti-sociais que, fraudadores da função social da terra, revelam-se concentradores da renda agrícola e bastiões de resistência à democratização da propriedade rural. Basta que se façam passar por "produtores" de alguma coisa.

Como sempre existe aquele "jeitinho brasileiro", para passar gato por lebre, mesmo sob a capa de uma insuficiente ou deficiente produtividade, conseguirão os latifúndios sobreviver, infensos à desapropriação por interesse social.

E isso não é bom para o país. O Brasil não deve ficar ameaçado de perpetuar, ainda por tempo indefinido, uma distorção agrária que não mais existe, pelo menos em igual proporção, no mundo inteiro. O último levantamento cadastral do INCRA acusa que

na área agricultável do país, de 595.371.393 hectares, os latifúndios por dimensão, apenas em número de 326 imóveis rurais, ocupam uma área de 44.896.281 hectares. E, se afi forem agregados os latifúndios classificados "por exploração" (que são terras deficientemente exploradas), somam o número de 1.202.924 imóveis, atingindo uma área de 371.692.091 hectares.

Esses números são impressionantes e nos permitem uma visão de duas realidades contundentes no setor agrário. A primeira aponta para a imensa extensão de muitas propriedades rurais no país (algumas atingindo mais de 300 mil hectares), e que, mesmo apresentando alguma produção, se constituem em verdadeiros domínios agrários, concentradores de renda e de poder, monopolizadores de extensões territoriais que poderiam ser mais democraticamente distribuídas, desconcentrando o domínio e posse de terra e permitindo, dentro do planejamento técnico competente, uma exploração mais racional e eficiente do solo agrícola, e com mais justiça social. A segunda não é menos chocante. Deixa-nos perceber o quanto é mal aproveitada a terra em nosso país. Da área agricultável total, acima referida, mais de 400 milhões de hectares são insuficientemente e inadequadamente explorados!

E não é só. Outra constatação abaladora é a que nos dá o Decreto nº 91.766, de 10.10.1985, que estabelece o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA): de um potencial de 500 milhões de terras agricultáveis, segundo o Projeto Rá-dam-Brasil, as lavouras ocupam apenas cerca de 80 milhões de hectares. Incluindo-se afi – diz o documento citado – "grandes áreas em descanso num sistema de rotação perdulário". E imóveis classificados como latifúndios, segundo critérios do Estatuto da Terra, mantêm cerca de 170 milhões de hectares como "área aproveitável não-explorada", de acordo com os próprios declarantes (em Fundamentação do Dec. nº 91.766, de 10.10.1988).

Bastariam esses dados para nos trazer a convicção da necessidade inadiável de uma reestruturação ampla do sistema agrário brasileiro. Num país com fome de alimentos, com bolsões de miséria e subnutrição que assolam cerca de 40 milhões de pessoas, nos damos ao luxo de desperdiçar milhões de hectares do solo agrícola, concentrados nas mãos de uma minoria de privilegiados. Uma minoria que, segundo revelações do atual Ministro da Reforma Agrária, mais uma vez reiteradas na imprensa, dia 11 de maio, não passa de 2,6% de todos os proprietários rurais do país.

Essa anomalia gritante da estrutura fundiária brasileira é que faz com que a nação inteira espere e clame por uma solução competente da questão agrária. E era de se esperar, por isso mesmo, que se votasse o seu equacionamento na Constituinte com mais senso e mais lógica do que se viu. Sem os antagonismos e os desacordos traumátizantes que acabaram, por fim, na disposição de um texto imperfeito que, se não for corrigido e melhorado, poderá trazer sério impasse à almejada reformulação do sistema agrário.

Teria sido melhor que não se incluíssem no Projeto Constitucional as disposições que agora estão em seu art. 219, explicitando-se as propriedades que deverão ser indesapropriáveis. Essa é uma matéria que poderia ser melhor equacionada na lei complementar, ordinária, tal como é tratada na legislação atual – o Estatuto da Terra. Ficasse apenas o que se inscreveu no art. 218, que era imprescindível, por se tratar de explicitar e normatizar a desapropriação por interesse social, para fins da Reforma Agrária, garantindo-se a única forma plausível e conveniente da indenização respectiva, capaz de permitir a um país como o Brasil a viabilização do processo expropriatório necessário. E o mais, que se inscreveu no art. 220 e seguintes do Capítulo III.

Mas, já que se achou por bem inserir no texto constitucional a garantia de indesapropriação para as pequenas e médias propriedades (o que, também, não é prudente generalizar, pois pode criar óbices embarracosos à execução técnica de planos de remembramento e recuperação de zonas minifundiárias), não precisaria constar no art. 219 o seu item II, como agora está. Ficaria apenas o seu Parágrafo Único, dispondo que "A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social". E se acrescentaria mais o seguinte: — ... "bem como as condições especiais em que poderão ser desapropriadas".

Pois o que se deve cuidar em uma Constituição é estabelecer normas fundamentais ordenadoras e modeladoras da organização sócio-econômica e política da nação, mas sem criar detalhismos engessadores da ordem jurídica e social, do corpo vivo e do desenvolvimento dinâmico do país. Assim, também, na questão agrária. Não se deveriam criar intocabilidades *a priori* sobre quaisquer propriedades rurais, principalmente sobre aquelas que, mesmo produtivas, podem não estar servindo ao interesse social e se mostram, sob muitos aspectos, nocivas ao bem comum.

A Questão Agrária - Ainda Inresolvida

E é bom que se enfatize: ninguém de bom senso, neste país, é contra a preservação da propriedade realmente produtiva. Ninguém poderá deixar de defender, inclusive, o estímulo e fortalecimento do setor agrícola, que está trabalhando para o suprimento do mercado interno e pela prosperidade do país. Seria insensatez querer desarticular, por uma canhestra intervenção estatal, o tecido agrário produtivo que nos está trazendo divisas externas; até mesmo — como tem acontecido — num esforço de luta contra os freqüentes erros governamentais de sua política agrícola.

Mas o que se quer — e isso não é pecado — é apenas exigir que mesmo essas propriedades produtivas não deixem de cumprir com as exigências de sua função social. Pois, na verdade, cumprir com os requisitos da função social da terra, como se coloca no Projeto Constitucional, não é nada demais. O que afinal se impõe não é nenhum favor. E, muito menos, sacrifício insuportável. É o mínimo que se pode esperar do proprietário criterioso e acatador das leis e das imposições do bem público.

De outra parte, não é de se ter a ação desapropriatória como uma espécie de bicho-papão, que anseia por devorar o patrimônio dos produtores. Sem critério e sem medida. É assim que alguns querem ver o proces-

so desapropriatório: — como uma violência ao direito de propriedade, como um escândalo legal, uma agressão à liberdade de possuir.

Nada disso. Ele é tão antigo quanto a civilização. Surgiu, a princípio, na ordem jurídica, para atender os imperativos de necessidade e utilidade públicas, tomando feição mais ampla e formal, a partir da Revolução Francesa (Constituição de setembro de 1791). Incorporou-se, sucessivamente, na legislação dos diversos povos, como instrumento jurídico imprescindível aos poderes da Administração Pública, para cumprir com seu direito-dever de atender os imperativos do interesse social e do bem comum.

E assim veio para o Direito Brasileiro. A ação de desapropriação por interesse social — que veio complementar a legislação já existente sobre a expropriação fundada em utilidade pública — foi consagrada já no texto da Constituição de 1946. E, como, lucidamente, expressou o grande jurista e professor M. SEABRA FAGUNDES, ela veio para "insinuar ao legislador ordinário a utilização do expropriamento como fator útil à composição dos conflitos coletivos de interesse".

E, queira-se ou não, não se poderá pensar em resolver as graves distorções agrárias e os crescentes conflitos e problemas

sócio-econômicos do campo, sem utilizar o remédio enérgico da desapropriação. Principalmente neste nosso país-continentre, onde alguns milhões de agricultores deverão ser assentados em alguns milhões de hectares.

É preciso que se admita esta verdade: não é possível processo reformista eficiente sem o processo desapropriatório necessário. Nenhuma nação prescindiu de tal instrumento legal. E o Brasil não será a exceção. Embaraçar este instrumento jurídico

é travar a Reforma.

O que é necessário, acima de tudo, é que não se adie, por mais tempo, a solução da questão agrária; uma das mais vitais de nosso país. Mas cuidar para que ela seja equacionada com visão, com equilíbrio, com justiça, com patriotismo; sem ideologismos desfiguradores e demagogia prejudicial e enganosa. E se faça uma Reforma que, sem ferir o sistema produtivo, aumente ainda mais a prosperidade agrícola do país, com mais justiça social e paz no campo.



PEDRO MONTENEGRO BARBOSA – *Procurador de Justiça aposentado. Advogado, membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul. Ex-Assessor Jurídico do extinto IRGA (Instituto Gaúcho de Reforma Agrária). Foi membro da Comissão Governamental que apresentou as Diretrizes e Bases para um Programa Estadual de Reforma Agrária, 1964. Presidente do Instituto de Desenvolvimento Cultural. Autor do trabalho sobre "Estrutura Agrária do Rio Grande do Sul", na IV Semana Social do Rio Grande do Sul, em 1969, promovida pelo ISCRE.*



ESTRANGEIRISMOS QUE INCOMODAM

Roldão P. Simas Filho

"Minha Pátria é a língua portuguesa"

Fernando Pessoa

A invasão de palavras estrangeiras no português coloquial do Brasil, principalmente de origem norte-americana, é comentada, neste artigo, que propõe, ao lado dos exemplos, as palavras vernáculas correspondentes.

(Matéria transcrita da revista Leitura – São Paulo, 7 (76), setembro de 1988 – encaminhada, pelo autor, à redação de A Defesa Nacional).

Anoção de país, pátria, nação, como se queira dizer, está muito ligada à língua. Em geral os países que abrangem regiões onde se falam diversos idiomas enfrentam problemas políticos para manter

sua unidade. Os exemplos são vários, com diferentes graus de dificuldades: Bélgica (francês e flamengo), Iugoslávia (servocroata, esloveno, albanês, húngaro e macedônio), Canadá (inglês e francês), Espanha (cas-

telhano, basco, galego, catalão). A Suíça é uma honrosa exceção de harmonia, mas adota uma forma de governo específica (Confederação Helvética). Por outro lado a coesão nacional oriunda de uma única língua (e religião) é algo muito forte e natural. Quem fala uma língua diferente da nossa é estrangeiro, estranho portanto; recebe logo a designação hostil de gringo. Quem fala nossa língua é conterrâneo, patrício, amigo enfim, com quem nos entendemos e em quem podemos confiar. O melhor embaixador é aquele emissário que aprendeu a dominar o idioma para onde é enviado em missão.

Mecanismos psicológicos tão fortes foram uma das principais razões que levaram Israel a uma decisão radical quando se constituiu como nação: recusou-se a adotar o iídiche — que era a língua culta, até com literatura própria, falada pelos judeus europeus, ou seja, pela maioria dos que emigraram para o novo país — e adotou como idioma nacional uma língua morta e cuja escrita emprega caracteres especiais, não latinos — o hebraico — que pouquíssimos judeus sequer conheciam. Hoje, graças à oficialização e à persistência de seu ensino, o hebraico tornou-se a língua falada e escrita em Israel e é um dos pilares da nova nacionalidade.

A unificação da Itália por

Garibaldi, teve como consequência a oficialização do florentino como idioma italiano, a língua do país, em detrimento dos diversos falares regionais (o vêneto, o calabrés, o genovês, o napolitano) que agiam como empêcthos para a formação do Estado italiano.

A Espanha franquista proibiu o ensino das línguas regionais. Convém lembrar que Franco era galego mas, mesmo assim, vedou o ensino do idioma galego.

Seguramente muito ajudou ao pequeno Portugal para se conservar autônomo o falar da língua portuguesa.

Cabe lembrar um fato curioso, pouco conhecido mas bem significativo ocorrido no Brasil. Quando da separação de Portugal o sentimento nativista estava tão exacerbado que muitos brasileiros renegaram oficialmente seus nomes de família, de origem lusa, e mudaram para sobrenomes com raízes nacionais. Assim algumas famílias Oliveira, Pereira, Souza, Machado etc. passaram a se chamar Paraguaçu, Tupinambá, Tapajós, Paraná, Canguçu etc., sem que tivessem, de fato, sangue indio.

Recebemos de Portugal um imenso país unificado pela língua e formação cultural. É mesmo emocionante constatar que o falar de Manaus é praticamente o mesmo do Rio de Janeiro que, por sua vez, é re-

plicado tanto em Cuiabá como em Uruguaiana. Na década de 50 dizia-se que um dos grandes fatores de manutenção da unidade do País era a Rádio Nacional. Hoje será a rede de televisão nacional, ou seja, a divulgação da mesma língua e até pronúncia igual.

A preponderância econômica norte-americana no mundo ocidental traz junto uma enorme pressão cultural. Uma postura de cunho colonialista induz a se valorizar o que é estrangeiro em detrimento do nacional. Até no campo da linguagem isso é sentido, mesmo em países como a França que vive em luta contra a penetração indevida da língua inglesa no uso diário dos seus habitantes. O México sofre demais a influência da língua de Tio Sam devido à contigüidade dos territórios. França e México, têm, por isso, leis de defesa de suas línguas. O primeiro país publicou no seu Diário Oficial um completo glossário de estrangeirismos, banidos, com os equivalentes vernáculos. O segundo proíbe o uso de palavras estrangeiras como razão social no nome de estabelecimentos comerciais e firmas industriais mexicanas.

Pode-se alegar que tal tipo de pressão cultural é irresistível, que não adianta tentar contrapor qualquer barreira. Felizmente isso não é uma verdade absoluta.

Ha um bom exemplo. Na década de 50 o futebol já era a grande paixão dos brasileiros. O famoso "esporte bretão" – como se dizia pomposamente – transplantado para o Brasil apresentava um frondoso desenvolvimento, mas seus termos ainda eram essencialmente os originais, ingleses. Os locutores esportivos da época, ainda chamados de "speakers", enrolavam a língua para pronunciar "goal-keeper", "center-forward", "hands", "off-side", "half-back", "foul", "half-time", "referee", "corner", "dribble" e os torcedores diziam esses nomes cada um de um jeito. Entretanto um dos melhores locutores, talvez o melhor da época, Oduvaldo Cozzi, esmerava-se em falar um bom português e sistematicamente só usava os equivalentes brasileiros, muitos neologismos por ele mesmo criados. O resultado dessa persistência foi coroado de êxito, quase 100%. Ficaram consagrados arqueiro (ou goleiro), centroavante, mão, impedimento, médio (meio-campista agora), falta, meio-tempo (1º tempo; 2º tempo), árbitro, escanteio, finta. Os que não foram traduzidos foram aportuguesados (gol, futebol, pênalti) mas alguns ainda têm sinônimos traduzidos (goal = tento) ou uma adaptação (penalty = falta máxima). Enfim, demonstrou-se que o uso de termos estrangeiros não é uma fatalidade. Pode-

se e se deve fazer prevalecer a nossa língua.

Na Velha República (a primeira), no governo de Washington Luís, houve um decreto banindo o uso indevido de termos estrangeiros no País. Não "pegou". A Revolução de 30 não o manteve. Em 1937, o Estado Novo proibiu as escolas que ensinavam em línguas estrangeiras filhos de emigrantes, alfabetizando em alemão, italiano, japonês, polonês etc., crianças já aqui nascidas, ou seja, brasileiras, segundo nossa lei, que não aprendiam o português. Tornou-se obrigatório (e exclusivo) o ensino em português das crianças no Brasil. Na época começava-se a perder a influência cultural francesa. Traduzimos o "chauffeur" por motorista, o "menu" por cardápio (neologismo brasileiro; em Portugal é ementa ou lista); a "matinée" por vesperal. A metrópole cultural começou a ser trocada da França pelos EUA. O fecho "éclair" passou a ser chamado de "zíper".

É "bem" hoje o emprego preferencial de palavras inglesas ao invés das portuguesas. É esse o grande risco que corremos, o de pertermos aceleradamente nossa língua materna. Basta abrir qualquer publicação (jornal ou revista) e encontrarmos, sem aspas e sem aportuguessamento, palavras [e até a sigla AIDS (SIDA)]: baby-doll

(camisolinha), baby-sitter (babá a hora), background (fundamento/fundo), barman (garçom de bar), best-seller (mais vendido/êxito de livraria), boom (surto), book-maker (cambista de apostas), bob (rolo), boîte (caixa térmica), black-out (negrum/apagão), blazer (japona), button (botão/broche), cail girl (garota de programa), camping (campismo), charter (fretado), check up (exame preventivo), chip (plaqueta/pastilha), clip (pregador), closet (depósito), container (contentor), commodity (mercadoria), cover girl (modelo), escort (acompanhante), dial (painei), display (mosstrador), drink (aperitivo), drive-in (acesso motorizado), drops (balão), dumping (abafamento), fair play (jogo limpo), feed back (retorno), flash (instantâneo), flash back (imagem do passado), fog (nevoeiro), franchise (licença comercial), freezer (congelador), free way (via expressa), gangster (quadrilheiro / bandido), ghost writer (negro/escritor de aluguel), grape fruit (toranja), guard rail (defesa), hall (saguão), happy end (final feliz), happy hour (hora do chope), hardware (equipamento /computador), hobby (passatempo/mania), house organ (jornal interno da firma), input (entrada), jeans (brim), jingle (mensagem musical de propaganda), joint venture (associação), jogging (corrida a pé / exercício de corrida), kit

(conjunto), know-how (tecnologia), leasing (arrendamento mercantil), living (sala de estar), make up (maquiagem), meeting (encontro / debate), non sense (absurdo), non stop (sem escadas), okay (certo / correto / tá / de acordo), output (resultado / produto), overdose (superdose), outdorr (painei/tabuleta), performance (desempenho), pick up (caminhonete e braço toca-disco), pole position (ponta), pool (conjunto), poster (quadro / cartaz), press release (informação para a imprensa), puzzle (quebra-cabeça), rack (estante / prateleira), raid (incursão), ranking (colocação), rally (prova de regularidade), refil (carga) ring (tablado), rink (pista), round (assalto – no box), royalty (regalia), rush (congestionamento / pico / ponta – no transito), scrapper (moto niveladora), script (roteiro), set (parte/cenário), sexy (sedutor), shimmy (folga na direção), shopping center (centro comercial), software (programa de computador), short (calção/bermuda e curta – no cinema), show (espetáculo), showroom (exposição), skate (patim/patinete), sketch (cena/historieta), slack (blusão), slip (cueca), slogan (lema), sparring (parceiro de treino – no box), speaker (locutor), speech (alocução), spoiler (difusor), spot (ponto de luz), spread (juro variável), spray (aerossol e atomizador, vaporizador, nebulizador),

sprinter (velocista) sprinkler (chuveiro automático), staff (assessoramento), stand (barraca), standard (padrão), star (astro, estrela – artistas), starter (iniciador), stress (tensão), surf (prancha), tape (fita magnética), taxi-girl (dançarina de aluguel), tee shirt (camiseta), teste drive (experiência de direção), ticket (bilhete, entrada, cupom, vale), timer (temporizador), timing (sincronização), thriller (filme de horror), top less (maminhas ao leo), trading (comércio / comércio internacional), trailer (reboque), training (agasalho esportivo), trekking (trilhagem), trust (cartel), turn key (entregue operando), tweeter (alto-falante p/agudos), under-ground (subterrâneo), video tape (vídeo fita), waffle (panqueca), walkie talkie (transceptor portátil), walk over (abandono), water closet (privada), water polo (pólo aquático), week end (fim de semana), western (bangue-bangue), wind surf (prancha a vela), zipper (fecho elástico).

A lista é grande mas é ainda muito incompleta. Constitui porém um exemplo expressivo da avalanche de termos, cujo uso abusivo constitui um grave risco que precisa ser bloqueado enquanto é tempo.

A tradução é possível. Basta pertermos a vergonha de falar a nossa língua materna, que recebemos do berço.

Não é xenofobia combater o

abuso de termos estrangeiros perfeitamente dispensáveis.

A defesa do idioma é a defesa da pátria. Paix que se dei-

xa colonizar culturalmente, re-negando sua língua materna, perde o sentido de nação inde-pendente.



ROLDÃO P. SIMAS FILHO natural de Niterói (RJ), nascido em 18 de junho de 1933. Estudos básicos no Rio e em Niterói. Formado em Química (bacharel e licenciado) em 1957 pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização (pós graduação) em Refinaria de Petróleo. Trabalha na PETROBRÁS desde a conclusão do curso superior, atuando atualmente na área de Organização e Métodos, na sede da compa-nhia, no Rio de Janeiro. Traduziu do francês "Estranhos em Casa", de Georges Simenon, editado pela Nova Fronteira (Rio). Colabora com Eno Teodoro Wanke na elaboração de um Dicionário Lusitano-Brasileiro, em fase de conclusão.

atualmente na área de Organização e Métodos, na sede da compa-nhia, no Rio de Janeiro. Traduziu do francês "Estranhos em Casa", de Georges Simenon, editado pela Nova Fronteira (Rio). Colabora com Eno Teodoro Wanke na elaboração de um Dicionário Lusitano-Brasileiro, em fase de conclusão.



PALAVRAS AOS JOVENS TENENTES

Alocução proferida pelo então Ten Cel Everaldo de Oliveira Reis no Comando do 1º / 7º RO 105 – Olinda, em 19 Nov 68, por ocasião do Compromisso do Primeiro Posto.*

Dentro de alguns minutos estareis prestando vosso compromisso do 1º Posto. Diz o Regulamento, na beleza de sua simplicidade, que caberá ao Comandante dizer-vos algumas palavras. É no exercício desta prerrogativa que aqui me encontro.

Neste momento, desejaria adivinhar vossas mentes. E sinto que a melhor maneira de fazê-lo é identificar-vos com o tenente que fomos há 23 anos. Não saberia julgar-vos por outros valores que não fossem aqueles que possuímos então, dentro de nós: altruísmo, desambição, desejo de servir. Tudo, enfim, que define um jovem. Pois que, juventude, muito mais que estado fisiológico, é estado de espírito.

Desde nossa chegada a este Grupo, Grupo que nasceu sob o signo do sacrifício no cumprimento do dever, tenho meditado sobre esta determinação regulamentar que hoje me obriga a dizer-vos pa-

lavras que vos sirvam de inspiração ao longo da carreira. Busco nos meus quase 30 anos de serviço, esta inspiração. Serviços prestados das barrancas do Rio Uruguai até as salas de aula da Escola de Comando e Estado-Maior, em dias de rotina ou em dias de inquietação; com euforia e até, as vezes, vos confesso, com desânimo, mas sempre — sempre, vos asseguro — com a humildade e a dedicação de um aspirante; e não sei se sou o mais capaz para vos orientar. Quando tantos, com tão poucos serviços, conferem a si próprio o direito de tutelar a nação e a nobre e secular Instituição a que pertencemos, o vosso Comandante, encanecido na tarefa de servir ao país e ao Exército teme, diante da tarefa de “dizer-vos algumas palavras”.

Comando-vos com muito orgulho e muita preocupação. Cada gesto, cada medida, cada pensamento, cada minuto do meu tem-

* Hoje, General-de-Exército, é Ministro do Supremo Tribunal Militar.

po, dedico à tarefa que a Instituição me confiou.

Possuo, em relação ao Exército, uma acendrada gratidão, que converto na mais ardorosa crença.

No Exército entrei há mais de 30 anos como aluno gratuito do Colégio Militar. Nele permaneço e permanecerei, enquanto começar cada dia como se o primeiro fosse.

O menino humilde de 1937 acreditava que conquistaria seu lugar com dedicação. O vosso Comandante, passados trinta anos, não vos pode transmitir outra mensagem senão a de que a crença do menino não foi desmentida.

Quando tantos falam em igualdade de oportunidade, o que vos asseguro, com aval da minha própria experiência é que, na carreira que abraçamos, o reconhecimento do mérito é a pedra de toque.

O que será sempre indispensável, ressalvadas as falhas humanas da Organização, é que conquistemos este mérito e, mais do que isto, possuamos a humildade necessária para respeitarmos o julgamento dos outros. Não vos direi que a estrada será de flores. Aquelas que voluntariamente escolherem uma carreira que tem como escopo "dedicar-se inteiramente ao serviço da Pátria" não têm o direito de esperar por isto. Nunca o fomos, nós militares não o somos, nem pretendemos ser, um superestado dentro do Estado. O que pretendemos ser e temos sido as mais das vezes, é um exemplo para o país. Exemplo que se alicer-

ça na dedicação diurna às tarefas, na capacidade de nos sacrificarmos na 1ª linha na paz ou na guerra, para que a nação atinja os objetivos a que se propôs; no respeito à ordem e à lei, fiadores constitucionais que somos desta lei e desta ordem. Assim é que o vosso Comandante comprehende e pratica a carreira que, como vós, voluntariamente, abraçou. Começa hoje vossa jornada. Na lida cansativa e grandiosa de plasmar em cada recruta que vos é entregue, um cidadão. Dentro de alguns decênios, de vos estarão surgindo os chefes do Exército. Não mais pertenceis então às falanges, mas sim estareis à frente das falanges. Preparei-vos para isto.

Não esperais, porém, nem mesmo desejais que isto vos chegue a golpe de sorte ou a custo de nada. Não é patriótico que se almeje, num país tão carente de trabalho, alcançar o ócio de fim de carreira quando se tem capacidade para servir. Não é grandioso que recebamos os galardões sem que os tenhamos conquistado.

Já vos antevejo alcando vosso lugar no Estado-Maior do Exército. Mas conquistando este lugar e não lá chegando pela morna e abúlica compulsória.

Não estou vos convidando a que sejais indiferentes aos problemas do país. Ninguém nos pode negar, a nós Forças Armadas, o direito de sermos presentes à vida nacional, pois ao longo de toda História pátria, foi sempre dos

quartéis que saiu a solução elevada para os destinos do país nos momentos de crise.

Não podemos é colocar as nossas armas e, mais do que isto, as nossas mentes, a serviço daqueles a quem o Presidente Castello Branco tão bem estigmatizou como "vivandeiras que rondam as cercas dos acampamentos".

O vosso pensamento, o nosso pensamento, deverá ser presente aos chefes — e chefes somos todos nós — aos quais a Revolução Democrática de 64 restituíu toda dignidade.

Juntos fizemos a Revolução de março atendendo aos anseios da maioria, que desejava encontrar os rumos da nacionalidade dentro de um quadro cristão e democrático. Expulsamos do que caricatamente se chamava governo, os corruptos e os comunistas; agora, a todos cabe a tarefa de reformular e não devemos desejar ou almejar o encargo de mentor.

Permaneceremos, porém, e isto ninguém nos impedirá, vigilantes em nossas casernas, para que o roubo e o comunismo não voltem a ser um lugar comum neste país.

Falta agora que vos diga o que o país deve esperar de suas Forças Armadas:-

- que permaneçamos fiéis a nós mesmos; o que quer dizer, capazes de repetir hoje, se necessário for, as páginas heróicas que nossos antepassados escreveram no século XIX e que a FEB, tão magnificamente reproduziu nos campos

da Itália;

- que nos mantenhamos desambiciosos do poder pelo poder, coerentes com a nossa formação e vocação democráticas;
- que, sem esquecermos nossas tarefas básicas de soldados, não fiquemos ausentes do Desenvolvimento Nacional;
- que asseguremos a população ordeira e trabalhadora.

Preparai-vos sempre, diariamente, para a tarefa de dirigir este magnífico Exército, que se vem constituindo, ao longo dos séculos, na espinha dorsal deste país. Mas não vos esqueçais que isto não será conseguido de oitiva. Será preciso muito labor e, em particular, muito estudo, para conquistar desse direito.

O Dia da Bandeira passará a ser para vós um dia por todos os títulos memorável, já que tivestes a feliz oportunidade de tê-lo associado ao vosso compromisso do primeiro posto.

Anualmente, quando estiverdes reverenciando a Bandeira do Brasil, tendes presente que a melhor maneira de fazê-lo será reafirmando intimamente o compromisso que com unção prestareis dentro em pouco.

E, quando muitos invernos tiverdes passado, vereis que cada vez será mais difícil fazê-lo. E se o conseguirdes, exultai! pois, apesar dos anos, permanecestes um jovem Tenente: altruísta, desambicioso e disposto a servir cada vez mais a esta grande Pátria.

O EXÉRCITO E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

1889

Cem anos
de
República
1989



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
PALÁCIO DUQUE DE CAXIAS, 25
— ALA MARCÍLIO DIAS — 3º ANDAR — CENTRO — RJ
CEP 20455

Como parte das comemorações do Centenário da Proclamação da República, a BIBLIEIX promoverá os concursos literários **PANDIÁ CALÓGERAS**, para oficiais das Forças Armadas e Civis e **FRANKLIN DÓRIA** para Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas, cujo tema será **O EXÉRCITO E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA**.

Os originais deverão ser apresentados datilografados, em espaço duplo, com 50 a 75 laudas (formato A4 ou ofício), sem assinaturas, sem identificação do autor e remetidos em envelopes lacrados, contendo, também, uma fotografia 3x4, dados biográficos e endereço completo.

Os trabalhos não serão devolvidos, sob qualquer hipótese.

A entrega deverá ser efetuada até 31 de Agosto de 1989 na Biblioteca do Exército.

O julgamento será efetuado entre Set e Out e a divulgação dos resultados, na 1ª quinzena de Novembro.

Premiação:

- 1º lugar: NCz\$ 500,00
- 2º lugar: NCz\$ 300,00
- 3º lugar: NCz\$ 200,00



DESTAQUES DA IMPRENSA

A partir deste número, a seção "Destaques da Imprensa" terá caráter regular, destinando-se a inserir matéria selecionada da grande imprensa, cuja análise seja considerada de interesse nacional ou de palpável atualidade internacional. É com esses critérios que levamos aos nossos leitores esta nova seção.

A SUPERPOTÊNCIA DO TERCEIRO MUNDO

Descobriu-se hoje que a União Soviética é uma superpotência do Terceiro Mundo. Tem vasto poderio nuclear, faz proezas espaciais e, ao mesmo tempo, seus níveis de consumo e desconforto são típicos do Terceiro Mundo.

A expectância média de vida declinou no último decênio enquanto ascendia a taxa de mortalidade infantil. Sob esses aspectos, os soviéticos se inferiorizaram até mesmo em relação a vários países do Terceiro Mundo. A escassez de bens e serviços, que gerou a civilização das "filas", são evidências de uma economia de escassez e não da economia de abundância, que Marx anteviu como meta do socialismo e que acabou sendo realização do capitalismo. A "glasnost" abriu

frestas na cortina do silêncio, e os institutos internacionais de pesquisa começam a reavaliar, para baixo, a economia soviética. Estima-se que ela representaria hoje 1/3 e não metade do PIB americano; e a sobrecarga armamentista alcançaria 25% do PIB ou seja, o quádruplo do esforço bélico americano, que orça em torno de 6% do PIB. Análises recentes indicam também a rápida desaceleração da economia soviética — a média anual de crescimento real foi de 5% na década dos sessenta, declinando para 2% ao ano na era Brezhnev, e zero por cento na década dos oitenta. Esta recente estagnação é particularmente pungente, precisamente por ocorrer quando no mundo explodem as revoluções de informática, de biogenética, das comunicações e da automação industrial.

É contra esse "background" que de-

vem ser contempladas as investidas originais e criadoras da "glasnost" e da "perestroika". Gorbatchov se especializou na arte de transformar a necessidade em virtude. E de doar o que não está em seu poder recusar. Sob Brezhnev, com suas incursões no Afeganistão, Angola e Etiópia, o perfil político externo cada vez mais se divorciara do substrato de poder interno.

Não é difícil analisar as motivações que levaram o grande comunicador Gorbatchov a apresentar ao exterior, em seu celebrado discurso na ONU, um socialismo de face humana, aventura pela qual Dubcek fora destronado na Tchecoslováquia, em 1968. O primeiro motivo é preservar recursos para a modernização interna, através do encolhimento dos engajamentos externos. A ideologia da "internacionalização do socialismo" foi substituída pela cooptação de métodos capitalistas, no afã de diminuir a ineficiência do dirigismo. O segundo objetivo, traduzido na idéia do "Grande Lar Europeu", é separar os Estados Unidos da Europa. Trata-se de uma isca para que os europeus percam interesse na modernização dos mísseis de curto alcance e no reforço das armas convencionais.

Os estadistas ocidentais mais experientes veêm com suspeita esse neopacifismo oportunista. Segundo Kissinger, tanto os Estados Unidos como a União Soviética "estão" na Europa, um por contingência geográfica e outro por contingência geopolítica. Para equilíbrio do poder mundial, ou ambos ficam na Europa ou ambos dela saem. Nesta última hipótese ter-se-ia que redefinir culturalmente a Europa – que se estenderia do Atlântico até a fronteira oriental polonesa – pois os satélites europeus tendem a gravitar para a cultura ocidental. A Rússia, com seu vasto império asiático, não é realmente parte do "lar comum europeu". Os Estados Unidos, por sua vez, são convidados nem sempre bem-vindos... Uma terceira manobra é seduzir a Alemanha Ocidental com um tentador acento à eventual reunificação alemã. Cria-se assim uma cunha psicológica entre Bonn, Washington e Paris. O quarto objetivo de Gorbatchov é compensar o frustrante declínio econômico interno, através de grande inventividade diplomática externa. O fim da

Guerra Fria é exatamente o de que Gorbatchov necessita para readquirir margem de manobra interna em relação a três obstáculos à vista – a questão das nacionalidades externas e internas; a resistência da Nomenklatura partidária, que se aferra intransigentemente à função de vanguarda do partido e à centralização do poder político; a questão da modernização econômica, que cria sensação de insegurança durante a passagem do Estado onipresente para a economia competitiva.

Além de uma soberba operação de relações públicas, que terá Gorbatchov realmente oferecido ao Ocidente? Primeiramente, uma redução unilateral de crescimentos convencionais, menos significativa do que parece; em tanques, sua superioridade declarada baixaria de 3 para 2,5 tanques para cada tanque ocidental. Na artilharia, a vantagem soviética declinaria de 3,3 para 2,4 por cada peça de artilharia.

Em segundo lugar, a retirada de 500 mil soldados. Isso tem certamente a vantagem de sacudir a modorra que cerca as negociações de armamentos convencionais. Como 50 mil soldados seriam retirados das tropas de ocupação no Leste Europeu, haverá um alívio de pressão soviética, ensejando um pouco mais de espaço às tendências ocidentalistas dos satélites externos, como Polônia e Hungria.

Terceiro, a atenuação da alergia soviética às verificações "in loco". Isso não só permite maior confiabilidade na verificação, como é um ator de criação de confiança ao nível do relacionamento humano.

Espetacular como relações públicas, mas irrealista em termos práticos, é a sugestão russa de uma moratória de até cem anos para a dívida dos países mais pobres. Essa generosidade é fácil, visto que a Rússia emprestou somente a países ideologicamente confiáveis mas economicamente inviáveis. As probabilidades de reembolso são nulas. Em todos os casos, foram empréstimos governamentais, sem responsabilidade de explicações aos acionistas. No caso do Ocidente, os empréstimos são muito maiores, parcela importante provém de bancos privados e se destinaram a países cuja crise

se considera mais de liquidez que de insolvência. A dívida é grande demais para ser perdoada e os países diferentes demais, em recursos, potencial de exportação e gerenciamento econômico para um exercício de filantropia planetária.

Pois que há três tarefas distintas, há três diferentes Gorbatchovs, com variáveis probabilidades de êxito. No plano diplomático, revelou-se soberbo e bem-sucedido estrategista. No plano político, o sucesso é mais duvidoso; desprestigiou-se a velha fórmula da "ditadura do proletariado", mas não se aceita o pluralismo partidário e sim apenas uma forma incipiente de competição "dentro do partido". De qualquer forma, institucionali-

zou-se o rodízio das lideranças, que serão eleitas pelo novo Parlamento e não mais pelo Presidium.

A "perestroika" não surtiu ainda efeitos palpáveis no rejuvenescimento econômico. A economia é o calcinhar-de-aquiles de Gorbatchov. Para modernizá-la é necessário liberar o sistema de preços e aceitar a sinalização do mercado. E a Rússia tem tradicionalmente infinita tolerância para a imprevisibilidade do burocrata e nenhuma tolerância para as vicissitudes do mercado. Preferem os macroerros aos microajustamentos.

Os ocidentais torturam-se em prever o futuro; os soviéticos torturam-se em reescrever o passado.

Transcrito do Jornal O GLOBO, edição de 18.12.88 (artigo assinado pelo Senador Roberto Campos).

PARA ONDE VAMOS

Encontradas as eleições municipais, apurados os votos nas principais cidades, identificados os eleitos, chegou a hora de interpretar as tendências do eleitorado, buscar entender as razões das escolhas e avaliar, no confuso quadro político em que vivemos, o seu significado para o futuro do país. A tarefa é complexa e a ela vem se dedicando os políticos, os analistas e os cientistas sociais. Parece não haver dúvidas, porém, quanto às características principais do voto majoritário: protesto e desforra. Voto de oposição a tudo e a todos que, justa ou injustamente, foram identificados com as dificuldades porque passa a grande massa da população. Sequer percebe-se, a nível nacional, uma eleitoral vinculação doutrinária ou ideológica do eleitor, haja vista inclusive os resultados de Recife, Salvador, Fortaleza,

Florianópolis e Curitiba de um lado do espectro político e no outro de São Paulo, Rio, Porto Alegre, Campinas e de parte do ABCD. Eleição livre é, sempre, um belo espetáculo de participação e de cívismo. Não obstante, não há como ignorar que democracia, embora não se faça sem eleições, não se consolida apenas com elas. O momento, por isso mesmo, enseja a oportunidade de discutir algumas questões essenciais, sendo a primeira (e a mais importante) o que se pretende fazer no país, no campo político e no econômico.

A crise em que estamos mergulhados – e que influenciou as recentes opções eleitorais de forma dramática – é tão grande e tão profunda que nos obriga a todos ampliar a participação e o engajamento na busca de soluções duradoras. O drama nacional não está, apenas, em

reconhecer as dificuldades de natureza financeira, econômica ou social. A Nação como que perdeu a sua identidade e falta-lhe objetivos. Por ser política, a crise atingiu as lideranças e as estruturas partidárias tradicionais, corroídas por alianças de ocasião e viciadas por práticas fisiológicas e clientelistas que não mais encontram respaldo popular. Por ser econômica, aprofundou a desorganização do Estado e das finanças públicas e ameaça comprometer qualquer esforço sério de desenvolvimento econômico, pela virtual paralisação dos investimentos na infraestrutura de energia elétrica, combustíveis, comunicações e transportes. A Nação que nos últimos trinta anos realizou bem-sucedido programa de desenvolvimento econômico, substituiu importações, implantou um parque industrial moderno e integrado, alcançou níveis de produção agrícola extraordinário, encontra-se hoje sem horizontes. O voto de protesto e de desforra já falou. E agora, o que queremos e para onde vamos? De um lado as propostas radicais, autarquizantes e isolacionistas, voltadas à construção de uma sociedade de concepção marxista, arcaica e já abandonada pelas lideranças modernas e pragmáticas da Europa Ocidental da Ásia e agora até da União Soviética e da China. De outro lado a fórmula moderna e não ideológica, a tenta às necessidades sociais e pautada na liberdade de investir, inovar, disputar mercados e crescer integrada nas economias dinâmicas do primeiro mundo. As vitórias do PT em algumas grandes metrópoles (São Paulo e Porto Alegre), o seu crescimento do Rio, Belo Horizonte e cidades importantes do rico interior paulista, representam um fato novo que impõe, a todos os que repudiam o marxismo e suas variantes, reflexão e ação política competente.

Não se trata, apenas do crescimento de um partido político. Há muito mais. A CUT – braço sindical do PT – "no esforço de unificar a classe trabalhadora no enfrentamento com a classe patronal", realizou bem formulado trabalho de análise, editado para a CONCUT em setembro de 1988. Na melhor técnica de pesquisa de mercado capitalista, identificou os funcionários públicos da administração direta e das empresas estatais como alvo

preferencial (daí resultando as greves em Brasília, dos metroviários de São Paulo, dos previdenciários, dos professores estaduais e municipais no Rio). O objetivo seguinte seria conquistar os sindicatos dos trabalhadores nos serviços essenciais (eletricitários, petroleiros) e os bancários e processadores de dados. Os números da pesquisa da CUT falam por si mesmos: dos 15 maiores sindicatos de metalúrgicos 10 são cutistas (inclusive o de Volta Redonda); nos bancários e telefônicos 4 dos 5 maiores; 94% dos previdenciários e expressivo contingente de sindicatos de químicos e petroquímicos. O importante, ressalve-se, não é o tamanho da organização sindical. As centrais americanas e europeias abrangem universos imensos, são poderosas economicamente e têm desempenhado importante papel na evolução pacífica das relações de trabalho e em inegáveis e justas conquistas trabalhistas e sociais. O grave é o engajamento político-partidário e a sua clara vinculação a um projeto de poder voltado à implantação de um regime marxista. O PT enquanto busca o seu crescimento pela via sindical e pela generosa (e algumas vezes ingênua) estrada da democracia e do pluralismo, abriga no seu interior tendências claramente anti-democráticas. Basta citá-las pelo nome: Partido Revolucionário Comunista Brasileiro, Movimento Comunista Revolucionário, Aliança de Libertação Proletária, Organização Revolucionária Marxista, Quarta Internacional etc. etc. Aliás, durante o CONCUT (Congresso da CUT, setembro 88), foram propostas entre outras, as seguintes diretrizes para o triênio 89/91:

1. Ter como objetivo fundamental a conquista do poder, assumindo a condução do Estado, a partir do seu programa para toda a sociedade.
2. Desafiar, aberta e concretamente, todos os limites impostos pelos patrões e seus representantes.
3. Articular lutas de resistência com estratégias de intervenção, tendo em vista atingir mudanças mais profundas na sociedade brasileira.
4. Apoiar a América Central na luta revolucionária, na defesa das revoluções cubana e sandinista e na libertação nacional de El Salvador e Guatemala,

frente às agressões dos Estados Unidos.

5. Confisco de terras e desapropriação sem indenização.

O PT, na sua linha de coerência, nunca escondeu a sua ideologia marxista e os seus propósitos. Muitos eleitores, talvez, movidos pela frustração e desencanto, votaram sem perceber as consequências políticas das suas escolhas. Cabe às correntes não marxistas, com a mesma clareza, explicitar as suas posições e testar, nas urnas se o povo brasileiro deseja, de fato, a opção radical. A democracia brasileira, tão frágil e tão recente, passa por inequívoca prova de resistência. Todos os democratas verdadeiros devem mobilizar-se para impedir abusos e as tentativas, cada vez mais visíveis, de instituir um poder sindical atrela-

do a um projeto político sectário. O direito de greve conferido pela Constituição não pode servir de pretexto para a invasão de propriedades públicas ou privadas, nem muito menos, em seu nome privar a população de produtos ou serviços essenciais. Na Inglaterra, a partir do final dos anos 40, o poder sindical inviabilizou o progresso e a recuperação econômica do país após guerra e foram necessários quase 30 anos para que, sob nova liderança e novos conceitos, os direitos trabalhistas fossem respeitados, mas preservada a prevalência do poder civil eleito por todos e não por classes. A democracia vale o esforço da construção. Na minha mocidade se dizia que "o preço da liberdade é a eterna vigilância." Continua sendo. Mas hoje vigiar apenas não basta.

(Transcrito do jornal O GLOBO, edição de 19.11.88. Artigo assinado por Sérgio F. Quintela, Empresário e membro do Conselho Monetário Nacional, Sérgio F. Quintela, é Vice-Presidente da ABDIB e integrante do Conselho da Universidade Católica do Rio de Janeiro).

RECUPERAÇÃO DO TREM DE ROLAMENTO DE CARROS DE COMBATE

*Josef Soucek**

O preço do trem de rolamento de um carro de combate pode representar até 10% do preço de uma viatura nova. Durante a vida útil de 20 anos ou mais, é necessário trocar seu trem de rolamento, ou parte dele, cerca de cinco vezes, atingindo-se assim quase 50% do preço de um carro de combate novo.

O congresso norte-americano decretou uma lei que obriga o exército a recuperar todo o trem de rolamento dos CC quantas vezes forem possíveis e seu custo não pode ultrapassar 70% do preço de um trem de rolamento novo.

A recuperação dos trens de rolamento de todos os CC do Exército Norte-americano é feita no Red River Army Depot (RRAD).

Em 1964, o Exército Brasileiro, que tinha como Diretor de Motomecanização àquela época o General de Divisão José Codeceira Lopes, decidiu pela recuperação das lagartas e rodas de apoio de todas as suas viaturas.

Após as diversas provas realizadas a NOVATRAÇÃO® ARTEFATOS DE BORRACHA S.A. foi escolhida para executar esses serviços de recuperação, uma vez que classificou-se em primeiro lugar nessas provas e, também, porque tinha um técnico com especialização na Inglaterra em fabricação e recuperação de lagartas e rodas de apoio.

Desde então a NOVATRAÇÃO® recuperou para o Exército Brasileiro lagartas e rodas de apoio para CCL M3A1, Half Track, M113, M41, M579, M108, M24, Sherman, Tamoyo, Osório e Ogum, assim

* Diretor-Presidente da Novatráção Artefatos de Borracha S.A.

como para os exércitos do Uruguai e Equador, perfazendo até dezembro de 1987, os totais que são demonstrados a seguir:

PERÍODO	PARES DE LAGARTAS	RODAS DE APOIO
1964	35	20
1965	18	20
1966	94	-
1967	27	-
1968	68	-
1969	22	110
1970	22	161
1971	15	172
1972	10	80
1973	47	85
1974	78	340
1975	22	196
1976	63	42
1977	17	12
1978	311	295
1979	147	152
1980	123	72
1981	211	96
1982	149	186
1983	123	450
1984	101	145
1985	198	2407
1986	327	3880
1987	129	2789

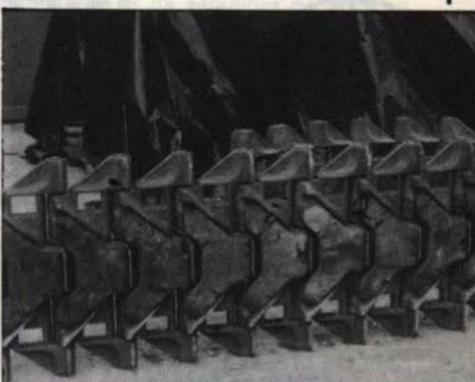
Com a ajuda e a fiscalização do Centro Tecnológico do Exército (CTEx) a NOVATRAÇÃO® implantou seu sistema de Controle de Qualidade para produtos militares e civis, garantindo assim que a porcentagem de reclamações diminua a praticamente zero.

A economia gerada pelas reformas é enorme e milhares de dólares são poupanças com essas recuperações.

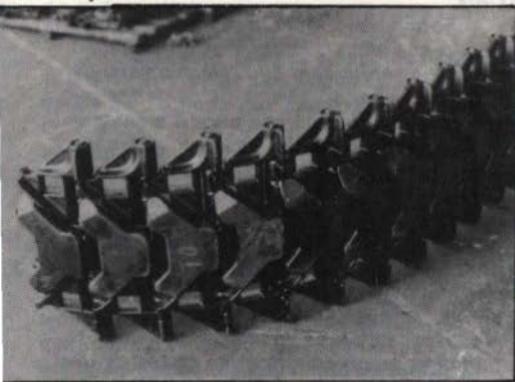
As fotos mostram lagartas T91E3 com ferragens forjadas e usinadas pelas empresas Sifco e Moto Peças S.A. e emborrachadas e montadas pela NOVATRAÇÃO® para serem usadas em viaturas Tamoyo em prova de 2.000 km.



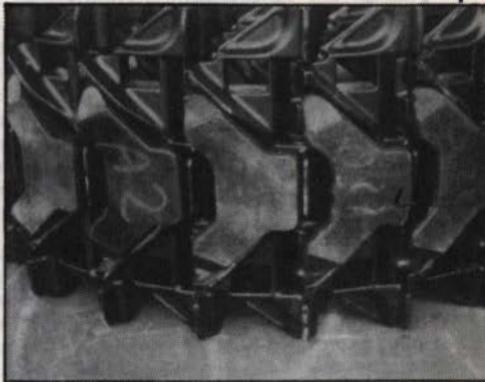
Lado interno, após 2.000 km de utilização.



Lado externo, após 2.000 km de utilização.



Recuperada



Recuperada

Após a prova, as lagartas voltaram para a NOVATRAÇÃO® para serem inspecionadas e recuperadas.

Essas lagartas estavam, entretanto, em perfeitas condições e a NOVATRAÇÃO® somente substituiu as almofadas amovíveis, garantindo com isso uma nova vida útil de 2.000 km.

Experiências nos mostram que este par de lagartas pode vir a atingir até 10.000 km, o que é muito bom se considerarmos que a exigências da NATO são de 8.000 km.



INFORMAÇÕES

IRMANDADE DA SANTA CRUZ DOS MILITARES TEMPLO DA SANTA CRUZ DOS MILITARES

O templo da Santa Cruz dos Militares, levantado na Rua 1º de Março, esquina da Rua do Ourivador, tem a sua história assinalada por fatos curiosos que datam de muitos anos, e que bem revelam o espírito religioso da nossa gente, em todos os tempos, herdado dos descobridores em 1500. E a nacionalidade brasileira assim se formou, tendo como guia espiritual os mandamentos cristãos.

Antigamente, no ano de 1623, havia no local onde se encontra hoje a Igreja da Santa Cruz dos Militares, um pequeno forte, com seus canhões apontados para o mar, pois as águas da baía de Guanabara chegavam até ele, em cuja amurada de pedra se quebravam as ondas por vezes revoltas. Denominava-se Santa Cruz desse forte. O tempo, entretanto, se encarregou de envelhecer e destruir quase completamente essa defesa do velho Rio de Janeiro, e em 1623, Sta. Cruz apresentava o aspecto de desoladora ruína.

A vista da imprestabilidade do forte, que, dia a dia, mais se acentuava, os oficiais e soldados da sua guarnição resolveram se dirigir ao governador da cidade, Capitão Martim de Sá, para pedir-lhe que consentisse na edificação ali de uma ermida, onde os militares pudessem ser sunitados. Obtida a permissão desejada iniciaram logo os trabalhos, e o pequeno emprego ficou concluído em 1628, rece-

bendo a denominação de Santa Vera Cruz.

Formou-se então a Irmandade, cabendo aos oficiais superiores a obrigação de concorrerem com 100 réis mensais, os inferiores com 50 réis, e os soldados rascos com 20 réis apenas para a manutenção do templo, tendo sido eleito para Juiz o próprio Capitão Martim de Sá.

Logo terminada a construção da capela, os navegantes e comerciantes das imediações, passaram a festejar o seu padroeiro S. Pedro Gonçalves, na Sta. Vera Cruz, ao que os irmãos não se opuseram; ao contrário, em virtude de serem muito escassos os recursos de que dispunham, resolvenderam mesmo ceder, praticamente, àqueles festeiros metade da ermida, sob a condição expressa de fizessem eles face a uma parte das despesas, não somente ordinárias, como das obras que acaso tivessem de ser realizadas. E assim foi vivendo e prosperando sempre a Capela da Santa Vera Cruz.

Nos princípios do século 18, a Igreja de São Sebastião, situada no alto do morro do Castelo, e que servia de Sé ao Rio de Janeiro, encontrava-se sensivelmente danificada pelo tempo. Carecendo de obras urgentes, volveu então o Bispo os olhos para a Sta. Vera Cruz, dirigindo-se à Irmandade com o intuito de conseguir que a capela fosse cedida, para ali serem celebrados os ofícios religiosos, elevan-

do-se, ipso fato, à categoria de Sé e Catedral. Isso mesmo foi comunicado a el-rei em 13 de setembro de 1703, e o de-sejo mereceu o beneplácito real.

No entanto, pouco tempo após, tiveram início sérias divergências entre os padres e os militares; estes achavam, com justa razão, que o templo lhes pertencia; que era uma prosperidade construída por eles, com ingentes esforços e indescritíveis sacrifícios. E os desentendimentos tomaram vulto e os padres de S. Sebastião acabaram por deixar de celebrar ali as suas missas. Assim, a Sta. Vera Cruz, foi, durante três anos e meio apenas, a Sé do Rio de Janeiro.

Em 1716, o então governador da cidade, General Francisco Távora, por carta de sesmaria, confirmada mais tarde pelo rei de Portugal, D. João V, cedia à instituição religiosa, não somente o terreno em que assentava a ermida, mas toda a área de terra que fosse ficando nos fundos pelo recuo do mar.

Por cerca de 1760, a ermida que não resistira ao correr do tempo, achava-se quase em ruínas. Se não fosse tomada uma providência imediata para o seu soerguimento teria fatalmente que desaparecer. Os militares então apelaram para os festeiros de S. Pedro Gonçalves, no sentido de auxiliá-los com uma parte das despesas para a reconstrução do templo, que de longa data vinha servindo também a eles para a realização de suas comemorações. Não conseguiram, todavia, o seu intento; não concordaram aqueles, e até deixaram de festejar o seu protetor.

Não desistiram, no entanto, os militares, de reconstruir a sua casa de orações. Anos depois, isto é, em 1780, resolviu a Irmandade começar a ereção definitiva de sua igreja, e convocou os festeiros de S. Pedro Gonçalves para discutirem sobre a cessão dos prédios, que a esse tempo já havia no local, e que, pertenciam às duas confrarias. Ficou nessa ocasião assentado que os festeiros cederiam a sua parte nos prédios, mediante a condição de lhes ser permitida a realização de uma festa anual a S. Pedro Gonçalves, e ainda mais, que a imagem do santo tivesse um altar no novo templo. E tudo isso ficou ajustado e foi cumprido.

A primeira pedra da construção foi

colocada em 1º de setembro de 1780, e os trabalhos tiveram início sob a direção do Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria. Trinta e um anos após, em 1811, foi terminada a igreja que recebeu a denominação de Santa Cruz dos Militares. A 28 de setembro, quando da sua sagrada, foi celebrada missa solene, com a assistência de pessoas da maior evidência na época, inclusive o Príncipe-regente D. João, que para aqui correra fugindo às hordas napoleônicas que dominavam quase toda a Europa, na sua sede de conquista. Nessa ocasião a Irmandade ofereceu ao Regente o título de seu Protetor, o que foi aceito com viva alegria, dado o espírito religioso do príncipe.

O templo tem passado por várias reformas e pinturas internas; contudo conserva ainda a sua primitiva forma.

A nave é toda branca, em estuque trabalhado e revestido de gesso, vendendo nas paredes desenhadas em relevo magníficas obras que recordam o passado do império, inclusive o emblema, além de outras lembranças caras, como condecorações e instrumentos militares, e ainda as ordens honoríficas instituídas pelo nosso primeiro imperador. O púlpito onde se fazem ouvir os pregadores é magnífico em seu desenho.

São três os altares do templo. No da Capela-mor está colocada a Cruz sobre o Monte do Calvário, tendo ao pé a imagem de N.S. da Piedade; mas abaixo estão a do Sagrado Coração de Jesus e a do Senhor Desagravado, que constitui uma das grandes devoções da Irmandade. O altar do lado direito é de N.S. das Dores, e o que fica à esquerda apresenta a imagem de S. Pedro Gonçalves.

Guarda a igreja preciosas relíquias que rememoram feitos heróicos dos soldados do Brasil. Assim, junto ao arco do cruzeiro, encontram-se três bandeiras paraguaias que caíram em mãos dos nossos patrícios por ocasião da batalha de Avaí, ferida em 11 de novembro de 1868. Esses troféus de glória foram oferecidos à Irmandade pelo Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro.

A propósito do Duque de Caxias, queremos transcrever aqui algumas palavras proferidas pelo ilustre militar, quando foi empossado no cargo de Provedor

da Irmandade, e que bem demonstram a sua fé religiosa:

— "Os laços da espada nos unem, as lides da guerra nos ligam e os braços da cruz nos abrigam. Irmãos pela cruz e irmão pela espada, a nossa missão é sagrada: Santificar o culto do Divino Lenho e aliviar da miséria as viúvas e filhos dos que seguem na nobre profissão das armas. Eis afi o justo fim da sábia instituição denominada Irmandade da Santa Cruz dos Militares".

A Irmandade, no tempo da monarquia, foi considerada Imperial, por Decreto de 3 de dezembro de 1828, tendo D. Pedro I se declarado seu Protetor. Esse título D. Pedro II transferiu para si, pouco depois da sua ascensão ao trono brasileiro, em 1840.

Instituiu-se, em 1845, a devoção do Senhor Desagravado, que teve origem em um fato ocorrido na igreja — segundo revela Moreira de Azevedo, em seu livro o Rio de Janeiro, durante uns reparos de pintura que ali se executava.

Foi em 29 de julho, pela manhã. O operário português Augusto Frederico Correia, em dado momento, vendo sobre o altar da Consistório a imagem do Cristo morto, desacatou-a, dirigindo-lhe pesados impropérios. Advertido pelos companheiros de trabalho, respondeu-lhes que não temia a Deus e que "aquilo" era apenas um pedaço de madeira sem maior significação. Só acreditaria na existência do Cristo se ele o matasse às 3 horas (hoje 15 hs) daquele dia.

O trabalho continuou, e ninguém mais pensou no ocorrido.

Quando o relógio anuncjava justamente 3 horas, ouviu-se no templo um lancinante grito, e o operário caiu pesadamente no chão, em frente ao altar de N.S. das Dores, contorcendo-se em horríveis convulsões.

Conduzido em rede para a residência, à Rua do Senado nº 48, ali esteve durante três dias completamente desacor-

dado; no dia 1 de agosto, porém, foi o operário encontrado completamente curado; abraçado a uma imagem da Virgem das Dores.

O acontecimento foi divulgado por toda a cidade e o Bispo D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo (Conde de Irajá), juntamente com outras autoridades eclesiásticas, dirigiram-se no dia 12 do mesmo mês ao local da ocorrência, e ali entoaram preces em desagravo pela ofensa à imagem do Cristo, e Augusto Frederico Correia, de joelhos, pediu perdão pelo desacato, proferindo palavras de fé e arrependimento.

Desde esse dia, comemorava-se anualmente na Igreja da Cruz dos Militares a cerimônia do Desagravo, que consistia em uma procissão interna, sendo a imagem conduzida pelos irmãos, enquanto o capelão, durante o trajeto, rezava, em voz alta, preces de louvor ao Altíssimo . . .

A Irmandade de Santa Cruz dos Militares comemora neste ano de 1989 o seu 366º aniversário de fundação.

É justo que na passagem desse evento remoremos a história de sua fundação, da construção de seu templo, os benefícios prestados à família militar, a contribuição na solução dos problemas da moradia do povo carioca, a assistência religiosa, médica e jurídica aos seus irmãos e pensionistas bem como os inúmeros ofícios religiosos celebrados em seu templo e os que colaboraram para o seu engrandecimento.

Como parte das comemorações do seu 366º aniversário, a atual administração da Irmandade reformou as suas instalações, inaugurou uma Sala de Leitura para os Irmãos, reformou a Sacristia, fez a revisão da instalação elétrica da Sede e do som da igreja, que proporciona também aos seus frequentadores, fora das horas dos ofícios religiosos, música que os mesmos denominaram "Música para Meditação".

Cooperando na solução do problema habitacional da cidade, as administrações da Irmandade vêm enriquecendo também o seu patrimônio com a construção, compra de vários imóveis residenciais e comerciais, bem como reconstruções de imóveis.

Outro ponto da Irmandade que mereceu atenção de suas administrações e principalmente da atual, foi a modernização dos seus serviços internos, a recuperação de seu valioso órgão assim como a mudança de local do seu Museu Sacro para outro de fácil acesso aos visitantes. Por ocasião das obras para o novo local do Museu caíram vários ossos e alças de caixão de uma das paredes. Levado o fato ao conhecimento do Capelão da Irmandade solicitou este o fechamento de pequeno túmulo tendo antes bento os restos mortais. Esse fato foi muito divulgado pela Imprensa local.

Atualmente a Irmandade possui 268 Irmãos, 525 pensionistas e 555 imóveis.

Condições para ingresso no Quadro de Irmãos da Irmandade da Santa Cruz dos Militares;

1. Ser Oficial do Exército, da ativa, reserva de 1^a classe ou reformado.
2. Ter até a data da admissão 55 anos.

3. Obter laudo favorável em inspeção de saúde a que for submetido na sede da Irmandade.

4. Apresentar declaração de professor a Religião Católica.

5. Pagar a Jóia de Admissão em até 12 prestações mensais.

6. Prestar o juramento Compromisório, na Igreja da Irmandade.

7. Uma vez admitido, pagar a anuidade regularmente.

Eis af um pouco da brilhante história da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, com sede à Rua 1^a de Março, 36, Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.010.

(Dados colhidos no livro "Templos Históricos do Rio de Janeiro", de Augusto Maurício. Relatórios e Boletins da Irmandade. Colaboração de Milton Araújo, Irmão da I.S.C.M.)

A FALSA ATA DO CLUBE MILITAR

(Aos pesquisadores de
História Militar)

Tem circulado, com foros de verdade, que o então Tenente Asdrubal Gweyer de Azevedo, recém-egresso da Escola Militar do Realengo (1918-21) e assim, ex-aluno da histórica Missão Indígena, tomou parte, em 25 Jun 1922, às vésperas da eleição do Mar Hermes à Presidência do Clube Militar, de reunião do mesmo. Reunião que Gweyer teria tumultuado, por haver se comportado de modo extremamente indisciplinado, injurioso e descortês com destacados chefes do Exército presentes, quando se debatia o episódio que passou

à história como Cartas Falsas de Artur Bernardes.

Este assunto prosperou ainda mais, com certa credibilidade, nos meios históricos e rodas castrenses, com a publicação do que teria sido a ata da reunião de 25 Jun 1922, na obra História Militar do Brasil. (Civilização Brasileira, 1965, pp. 202-209), de autoria de Nelson Werneck Sodré.

É falsa esta ata! Pois, o Tenente Gweyer nesta época serviu no longínquo 6º BC, em Ipameri-GO, no período (22 Fev 1922-11 Mar 1923), sendo que as-

sumiu a Ajundância, em 23 Jun 1922, a qual exerceu até 23 Jul 1922, não tendo nenhuma participação na Revolução de 1922, conforme sua fé-de-ofício no Arquivo Histórico do Exército.

Werneck Sodré, em nota de pé de página de nº 310 (op. cit), baseou a transcrição de trecho da ata falsa, em tela, na obra que assim indicou: "GWEYER DE AZEVEDO. Discurso pronunciado no Clube Militar no dia 25 Jun 1922. Recife, 1923, pág. 8/11".

A bem da verdade, bem como da honra e da memória do Cel de Infantaria R/1 Asdrubal Gweyer de Azevedo (1899-1970), transcrevemos como esclarecimento os seguintes dados extraídos de sua fé-de-ofício mencionada: - Nasceu em 22 Dez 1899, em Santa Maria Madalena-RJ. Praça de 2 Maio de 1918. Cursou a Escola Militar (1918-21). Foi transferido para a Reserva como Ten Cel, em 14 Fev 1946. Na Reserva foi promovido a coronel, em 7 Nov 1949. Faleceu em 1970, aos 71 anos.

Tomou parte em São Paulo, na Revolução de 5 Jul 1924, pelo que exilou-se em Portugal, de onde foi repatriado, em 24 Jan 1929, sendo a seguir julgado e condenado a dois anos de reclusão, como co-autor da Revolução de 1924. Quando cumpria pena estourou a Revolução de 1930, de cuja conspiração participou. Integrou na época o Clube 3 de Outubro e o Partido Progressista Fluminense. Foi destacado colaborador de Ari Parreira, então Interventor do Rio de Janeiro. Combateu a Revolução de 1932, em São Paulo, quando comissionado coronel da Policia Militar do Rio de Janeiro, co-

mandou a Coluna Gweyer que depois de mobilizada no norte fluminense atuou na frente mineira, do túnel de Passa Quatro.

De 1922-37, durante cinco anos, militou na política fluminense como deputado constituinte, vereador e Prefeito de Campos. Tendo sido cassado o seu mandato em 1937, retornou ao Exército, onde serviu durante nove anos, antes de transferir-se para a Reserva. Nesta fase serviu nas seguintes guarnições: Cuiabá, Corumbá, João Pessoa, Rio de Janeiro, Porto Seguro e Juiz de Fora. Em Porto Seguro defendeu o litoral integrando o 10º BC de que foi subcomandante e comandante interino. Foi alvo neste período de inúmeras referências elogiosas por sua atuação sempre diligente, correta e disciplinada.

Que ele não esteve no Clube Militar, em 25 Jun de 1922, não resta a menor dúvida. Resta saber quem falsificou a ata que lhe foi falsamente atribuída e constante, segundo Werneck Sodré, repetimos, de obra publicada no Recife, em 1932.

É certo que personagens coevos do Cel Gweyer, e que com ele privaram, tiveram dados valiosos para esclarecer esta questão e a dimensão exata de seu envolvimento com a falsa ata da reunião de 25 Jun 1922, no Clube Militar.

Não foi localizada no Exército obra atribuída a Cel Gweyer sob o título: Os Militares e a Política, 1926.

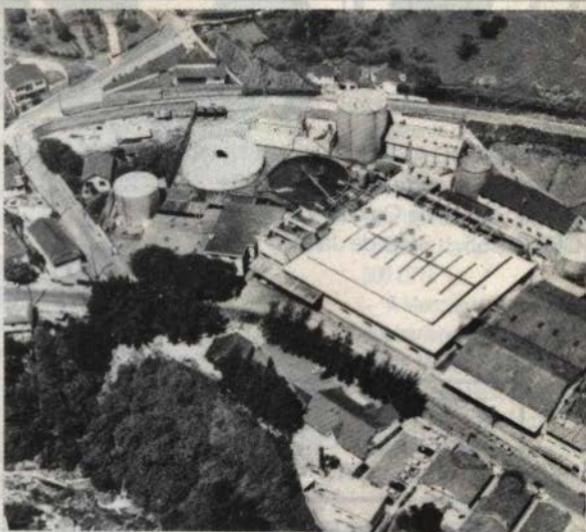
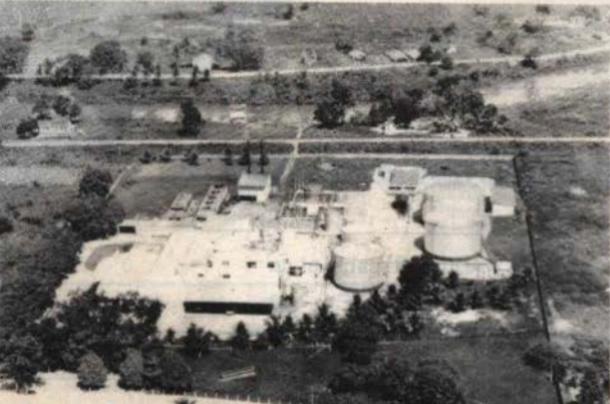
Cláudio Moreira Bento
Diretor do Arquivo
Histórico do Exército

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS FLEISCHMANN E ROYAL LTDA

PETRÓPOLIS - RJ

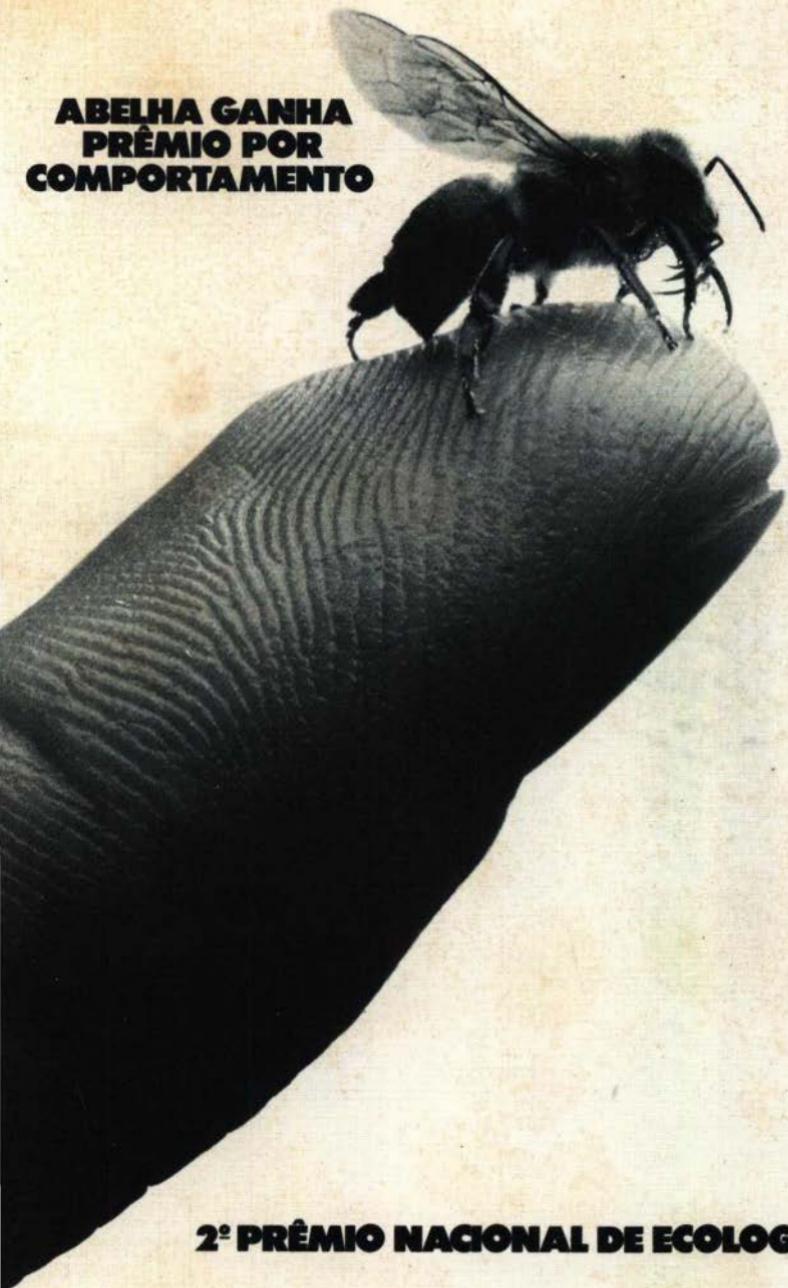
sempre
presentes
em vários
pontos do
território
nacional
fabricando o
produto básico
para o pão -
o fermento
fleischmann.

ESCALA - PE



FLEISCHMANN
ROYAL

ABELHA GANHA PRÊMIO POR COMPORTAMENTO



2º PRÊMIO NACIONAL DE ECOLOGIA

O comportamento das abelhas pode ser definido em função das condições florais do ambiente. Ou seja, é possível prever o comportamento das abelhas baseado no tipo de flor que lhe é mais atrativa.

Trinta e um estudos sobre este assunto deram ao paraense Sebastião Laroça — Mestre em Entomologia pela UFPA, e pela Universidade de Karlsruhe — o Prêmio Nacional de Ecologia 500 OTN.

A Menção Honrosa e 300 reais couberam ao norte-americano Philip Martin Fearnside — mestre em Ciências Biológicas pela Universidade de Michigan — por seu trabalho *Capacidade de Sobrevivência Humana da Floresta Amazônica*.

Estes dois cientistas contaram com outros 55 candidatos de alto nível.

A grande surpresa do concurso deste ano foi o interesse das crianças, que enviaram 1.200 composições e desenhos para a sede do CNPq.

Todas vão ganhar do Conselho, uma publicação especial sobre o meio ambiente na Amazônia, um brinde e como incentivo ao interesse pelo tema.

O Prêmio Nacional de Ecologia é uma iniciativa da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobras, com apoio do Conselho de Desenvolvimento da Pesquisa (CNPq) e SEMA, para incentivar estudos e pesquisas que procurem preservar o meio ambiente, e, consequentemente, a sobrevivência humana.



*Centro de Soldagem de Alumínio Alcan.
A fusão perfeita entre a técnica e o metal.*

O Centro de Soldagem de Alumínio Alcan é o primeiro no Brasil a prestar serviços de assessoria a empresas que se utilizam do alumínio como matéria-prima e buscam as mais modernas formas de soldagem deste material.

Neste Centro você tira suas dúvidas diretamente com os engenheiros, técnicos e soldadores da Alcan, e ainda coloca o seu pessoal para aprender com eles também. Gratuitamente.

Entre em contato com o Centro de Soldagem de Alumínio Alcan e descubra tudo mais que ele pode fazer por sua empresa.

Escrítorio Central: Av. Paulista, 1106, 13º andar, São Paulo, SP.
Tel.: (011) 252-0915. **Fábrica:** R. Felipe Camarão, 414, Sto. André, SP.
Tels.: (011) 446-1566 - R. 311 e 362

Alcan Alumínio do Brasil S.A.

